

Inquérito aos Orçamentos Familiares 2010

PERFIL DA POBREZA EM SÃO TOME E PRÍNCIPE



SUMÁRIO

Páginas

SIGLAS E ABREVIATURAS	III
PREFÁCIO.....	IV
PREÂMBULO.....	V
RESUMO	VI
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I : ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DAS FAMILIAS.....	4
1.1 Estrutura da população por idade e por sexo	5
1.2 Perfil sociodemográfico das famílias	7
CAPÍTULO II : ANÁLISE DA POBREZA MONETÁRIA	11
2.1 Metodologia da análise monetária da pobreza	12
2.2 Perfil de pobreza das famílias em São Tomé e Príncipe	18
CAPÍTULO III : SAÚDE E EDUCAÇÃO DAS FAMILIAS E DA POPULAÇÃO	22
3.1 Situação sanitária da população e das famílias.....	23
3.1.1 Morbidade.....	23
3.1.2 Taxa de consulta	25
3.1.3 Agentes da saúde consultados em caso de doença	27
3.1.4 Acessibilidade financeira aos serviços de saúde	28
3.1.5 Satisfação em relação aos serviços de saúde.....	28
3.1.6 Principais razões de não consulta de serviços de saúde.....	30
3.2 Escolarização e alfabetização no país	31
3.2.1 Instrução e escolarização	32
3.2.2 Principais motivos da não escolarização dos indivíduos na idade escolar.....	36
3.2.3 Taxa de alfabetização dos indivíduos de 15 ou mais anos de idade	38
3.2.4 Acessibilidade financeira aos serviços da educação.....	39
CAPÍTULO IV : EMPREGO E QUALIDADE DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO	41
4.1 Situação no emprego e as principais características dos trabalhadores.....	42
4.2 Tendências dos indicadores ligados a qualidade da inserção no mercado de trabalho	48
4.3 Tendências dos índices de segregação	52
4.4 Tendências dos rendimentos mensais e adequação emprego/formação.....	55
CAPÍTULO V : DESPESAS DE CONSUMO DOS AGREGADOS FAMILIARES E SUAS DOTAÇÕES.....	59
5.1 Despesas de consumo das famílias	60
5.1.1 Despesas médias anuais per capita dos agregados familiares.....	60
5.1.2 Peso dos principais produtos alimentares consumidos pelos agregados familiares.....	61
5.1.3 Lugar de compra dos produtos consumidos pelos agregados familiares.....	62
5.1.4 Distribuição e desigualdade da despesa de consumo dos agregados familiares.....	62
5.2 Outras dotações dos agregados familiares	66
5.2.1 Características dos agregados e da sua habitações.....	66
5.2.2 Bens duráveis na posse dos agregados familiares	69
5.2.3 Outras dotações dos agregados	70
CAPÍTULO VI : ANÁLISE DA POBREZA NAO MONETARIA.....	73
6.1 Percepção da pobreza	74

6.2 Dificuldades ligadas às condições de vida dos agregados familiares	77
6.3 Estratégias de adaptação dos agregados para melhorar às suas condições de vida	78
6.4 Acções prioritárias esperadas pela política governativa	78
CAPÍTULO VII : ANÁLISE DA PROPENSAO DAS FAMILIAS A SEREM POBRES	81
7.1 Abordagem metodológica	82
7.2 Análise e interpretação dos resultados obtidos	84
CAPÍTULO VIII : CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	86
8.1 Conclusão e as principais lições em relação a pobreza no país	87
8.2 Principais recomendações do estudo.....	87
8.2.1 Recomendações sobre as orientações metodológicas	87
8.2.2 Recomendações sobre os eixos possíveis de políticas socioeconómicas	89
8.2.3 Perspectivas para um melhor seguimento-avaliação dos indicadores dos DSRP e dos OMD	92
ANEXOS	93
<i>Anexo 1 : Composição da equipa para a realização do IOF 2010 e do perfil de pobreza</i>	<i>94</i>
<i>Anexo 2 : Composição da cesta dos produtos alimentares para a determinação do limiar alimentar.....</i>	<i>95</i>
<i>Anexo 3 : Lista dos produtos alimentares consumidos por mais de 30% da população total.....</i>	<i>96</i>
<i>Anexos 4 : Modelos econométricos de propensão a ser pobres.....</i>	<i>97</i>
<i>Anexo 5 : Quadro conceptual dos principais indicadores</i>	<i>101</i>
<i>Anexo 6 : Balanço comparativo sobre a metodologia de análise da pobreza em 2000 e em 2010, São Tomé e Príncipe.....</i>	<i>104</i>

SIGLAS E ABREVIATURAS

Siglas	Designações
AFRISTAT	: Observatório Económico e Estatístico da África Subsariana
AGR	: Actividades geradoras de rendimentos
APD	: Ajuda pública para o desenvolvimento
BIT	: Bureau internacional do trabalho
CERA	: Centro de estudos e de investigação aplicada do AFRISTAT
CSP	: Categorias socioprofissionais
DASD	: Departamento de apoios estratégicos e da difusão (AFRISTAT)
DSRP	: Documento de estratégia de redução da pobreza
DSRP-I	: Documento interino de estratégia de redução da pobreza
DSSRP	: Departamento das estatísticas sociais e das estratégias de redução da pobreza
IDS	: Inquérito demográfico sanitário
Inquérito 1.2.3	: Inquérito sobre o emprego (1), o sector informal (2) e o consumo (3)
EUR	: Euros (Unidades monetária da União Europeia)
FRPC	: Facilidade para a redução da pobreza e o crescimento
GSE	: Grupos socioeconómicos
AIMO	: Actividades de alta intensidade de mão-de-obra
IDE	: Investimentos directos estrangeiros
INE	: Instituto Nacional de Estatística
IOF	: Inquérito aos orçamentos familiares
OMD	: Objetivos do Milénio para o Desenvolvimento
P0	: Incidência de pobreza
P1	: Profundidade ou gap da pobreza
P2	: Severidade da pobreza
PIB	: Produto Interno Bruto
PNUD	: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
QUIBB	: Questionário unificado para os indicadores de base de bem-estar
LCN	: Limiar calórico normativo
SISP	: Sistema de informação para o seguimento da pobreza
SMIG	: Salário mínimo interprofissional garantido
STD	: Dobras de São Tome e Príncipe
STP	: São Tome e Príncipe
TBE	: Taxa bruta de escolarização
TCP	: Trabalhadores por conta própria
TLE	: Taxa líquida de escolarização
Z	: Limiar de pobreza
ZA	: Componente alimentar do limiar de pobreza
ZNA	: Componente não alimentar do limiar de pobreza

PREFÁCIO

Há mais de uma década, a luta contra a pobreza constitui o objectivo fundamental das políticas de desenvolvimento económico e social das autoridades públicas, na maioria de países em vias de desenvolvimento em geral, e nos países da África Subsariana em particular.

Em São Tomé e Príncipe, uma nova dinâmica de desenvolvimento económico e social delineia-se com os objectivos claramente demonstrados pelos Governos no sentido de orientar a sua política em quatro eixos estratégicos que são a boa governação, o crescimento e o desenvolvimento, a coesão nacional e social e o Estado de Direito.

Do conjunto dos objectivos visados por este programa, pode-se destacar entre outros, o desenvolvimento e a dinamização do sector privado, e o reforço das actividades agrícolas (de subsistência e de rendimento), mas também a pesca com atenção para o aumento da sua produtividade. O desenvolvimento dos serviços da administração e o alargamento das relações comerciais que permitirão a chegada de novos parceiros que o país poderá rentabilizar com o fim de atingir os objectivos de desenvolvimento. De igual modo, o reforço das capacidades de investimento nos sectores sociais, a criação de empregos e o início de uma política voluntarista de luta contra a pobreza na base do relançamento económico durável constituem desafios de que o país pretende fazer face a médio prazo.

É por isso que, hoje, mais do que outrora, o país pretende basear a sua escolha de políticas económicas e sociais nos indicadores estatísticos pertinentes, fiáveis e actualizados. A elaboração da ENRP interina (ENRP-I) revelou um défice importante de informações estatísticas. Com efeito, não existia dados recentes que permitissem determinar claramente a situação presente, tendo o país realizado o seu último inquérito nacional sobre as condições de vida das famílias e de pobreza em 2000. As estatísticas que permitiram definir o diagnóstico da situação sobre as condições de vida das populações na ENRP I, provinham assim de fontes aleatórias e muitas vezes pouco coerentes. Por conseguinte, o inquérito nacional para a avaliação da pobreza foi realizado em 2010 (IOF 2010).

De igual modo, o Instituto Nacional de Estatística (INE) realizou um inquérito nacional relativo essencialmente às condições de vida das famílias com vista a avaliação da pobreza. Este inquérito permitiu medir o progresso alcançado no domínio das condições de vida das populações e da pobreza e dispor de uma situação actual baseada em dados fiáveis. Essas informações estão doravante disponíveis para todos os utilizadores interessados.

Gostaria, aqui, de prestar uma homenagem ao Governo e, em especial a agência local do PNUD por nos ter encorajado e apoiado financeiramente na realização desta actividade. Gostaria de agradecer também todas as outras agências locais das Nações Unidas, tais como a (Unicef, Unfpa etc) pela sua sincera colaboração.

Não poderia esquecer do Observatório Económico e Estatístico de África Subsariana (AFRISTAT) que disponibilizou, sem qualquer reserva, os seus especialistas para apoiar tecnicamente a equipa de quadros nacionais do INE.

Que toda a população de São Tomé e Príncipe encontre aqui, a expressão da minha profunda gratidão, pela sua participação na realização desta importante operação.

Finalmente, endereço os meus agradecimentos à todas as pessoas que, de forma directa ou indirecta, contribuíram para o sucesso desta operação, e particularmente aos membros da equipa técnica permanente do IOF 2010.

O Ministro do Plano e Desenvolvimento

Dr. Agostinho QUARESMA DOS SANTOS FERNANDES

PREÂMBULO

O processo de elaboração do Documento de Estratégia de Redução da Pobreza (DSRP) necessitou da realização em 2010 de um inquérito nacional recente sobre as condições de vida das famílias e a avaliação da pobreza (IOF2010). Este inquérito foi realizado entre 2009 e 2010 pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), com o apoio técnico de AFRISTAT. Esta assistência técnica foi assegurada com um financiamento mobilizado pela agência local do PNUD.

Tendo em conta os objectivos de desenvolvimento económico e social que o Governo de São Tomé e Príncipe pretende alcançar nos próximos anos, seria realmente desejável renovar esta operação de cinco em cinco anos da parte de consumo e de dois em dois anos para a parte ligada aos principais indicadores sócio económicos, tendo em conta não somente, as eventuais melhorias a considerar, como também as novas necessidades manifestadas pelo Estado ou outros agentes. Estas operações deveriam ser conjugadas com outras visando a obtenção de informações relativas a situação sanitária das mulheres e das crianças (inquérito demográfico da saúde, situação do trabalho das crianças, etc.), mas também um inquérito ou um recenseamento agrícola.

A realização desta segunda edição vai servir como inquérito de referência em termos do conhecimento da pobreza no país. O perfil da pobreza de 2010 em São Tomé e Príncipe está conforme a metodologia harmonizada adoptada pelos Estados membros da AFRISTAT. **É importante que o INE tome todas as medidas necessárias e assim, com o apoio financeiro do Governo e dos parceiros técnicos e financeiros, reforçar e consolidar as conquistas actuais.**

Embora rica de informação, este perfil 2010 não esgotou certamente todas as análises que eram possíveis serem feitas com o IOF 2010. Convinha assim que, os parceiros técnicos e financeiros nos encorajassem a promover uma maior valorização dos dados deste inquérito com a multiplicação dos trabalhos de análise mais profunda para desenvolver certos temas que não puderam certamente ser tratados neste documento. De igual modo, outras análises mais profundas poderão ser feitas em função das orientações prioritárias do DSRP e contribuirão para remediar as insuficiências que foram encontradas. O INE fica portanto aberto a todas as propostas neste sentido, especialmente se estas permitirem sobretudo, reforçar as capacidades estatísticas dos seus quadros.

A Directora Geral

Elsa Maria Cardoso

Abstract

RESUMO

Principais características sociodemográficas dos agregados familiares e da população

Em 2010, segundo o inquérito sobre as condições de vida das famílias realizado pelo INE, São Tomé e Príncipe tinha cerca de 163 763 habitantes dos quais 51,4% são mulheres (correspondente a 37 082 agregados familiares dos quais 38% são dirigidas pelas mulheres) com uma idade média estimada de 22,8 anos e 54,2% de indivíduos que têm menos de 20 anos de idade, trata-se de uma população bastante jovem. Ela é composta essencialmente pelas famílias nativas (95,4%). A repartição regional da população não mudou de forma significativa em 2010 em relação ao ano 2000. Com efeito, constata-se que a região do Centro alberga 63% da população e as regiões do Norte, do Sul e de Príncipe, albergam respectivamente 19%, 14% e 4%.

As tipologias dominantes dos agregados familiares são casais com filhos (36,2%), famílias alargadas (21,5%) e as famílias monoparentais nucleares (15,5%). Essas famílias estão identificadas como sendo as que têm tamanhos bem superiores a média nacional e são compostas por 4,4 membros totalizando 81% da população total.

As mulheres chefes de família são em geral líderes de famílias monoparentais, sobretudo nucleares enquanto os homens são os líderes de casais com filhos. A composição dos agregados familiares mostra que os filhos do chefe representam mais de 50 % dos seus membros. Nas famílias dirigidas pelas mulheres, comparadas com as dirigidas pelos homens, regista-se uma presença relativamente elevada de chefe de família com filhos (respectivamente 35% e 22%).

Da necessidade da mudança da metodologia da avaliação da pobreza

Segundo a metodologia adoptada em 2000, baseada numa abordagem relativa, o limiar da pobreza correspondia a 2/3 de despesa média per capita harmonizada dos agregados familiares. Realmente, esta abordagem relativa é pertinente num país em que a maior parte da população consegue satisfazer as suas necessidades essenciais vitais. Nos países em desenvolvimento de África, este contexto não prevalece e a maior parte da população enfrenta problemas na satisfação das necessidades alimentares e não alimentares vitais. É recomendável optar por uma abordagem absoluta, baseada no método do custo das necessidades essenciais (CNE).

Segundo as mesmas bases metodológicas de 2000, o rácio de pobreza relativa baixou, passando de 53,8% em 2000 para 49,6% em 2010 igualmente com uma melhoria da profundidade da pobreza (estimada respectivamente em 19,2% e 15,9%). Em relação ao limiar da pobreza, Caué e Lembá permanecem os distritos mais pobres tanto em 2000 como em 2010 e Água-Grande e Mé-Zóchi (em 2000) e Mé-Zóchi e Cantagalo (em 2010) sendo os menos pobres.

Segundo a abordagem absoluta, baseada no custo das necessidades essenciais, os distritos observados com as taxas de pobreza mais elevadas são o de Caué (84,5%) e de Lembá (73,4%) e as taxas mais baixas em Mé-Zóchi (56,6%) e em Cantagalo (65,9%).

É de realçar assim que as duas abordagens (relativa vs absoluta) dão resultados tendenciais muito diferentes da classificação dos distritos em relação a amplitude da pobreza. Mas doravante, a que convém melhor considerar para as futuras avaliações da pobreza, é o método do custo das necessidades essenciais.

O perfil de pobreza em 2010

O IOF 2010 permitiu constatar que 66,2% da população total de São Tomé e Príncipe é pobre. Ou seja, 66,2% da população total do país teria uma despesa anual per capita inferior a 10 975 730 dobras, o que corresponde ao limiar da pobreza estimada para o país em 2010, isto é, uma despesa per capita inferior a cerca de 30 070 dobras por dia e por pessoa.

Os distritos em que as taxas de pobreza são superiores a 70% (Caué, Lembá, Príncipe) só explicam 19% da pobreza nacional. Ao contrário, os distritos de Água-Grande, de Mé-Zóchi e de Lobata que albergam 74,1% da população total do país, contribuem com 71,2% da pobreza nacional. São também caracterizados pelas maiores

profundidades de pobreza, o que demonstra em média as condições de vida muito mais difíceis para os pobres nesses distritos.

Quem são os pobres em 2010 ?

A pobreza afecta relativamente mais as mulheres (71,3%) do que os homens (63,4%), ambos dispondo em geral de um baixo nível de instrução. A pauperização das populações parece estar muito ligada a sua situação no emprego, afetando menos as pessoas empregadas do que os inativos ou os desempregados. No emprego, as pessoas activas mais expostas a pobreza são os trabalhadores independentes do sector privado agrícola (68,4%) e do sector privado não agrícola (67,7%) enquanto que os outros ativos registam níveis de pobreza inferiores a 60%. Um terço de emprego ocupado pelos pobres é caracterizado por uma remuneração mensal inferior ao SMIG (822 255 STD) contra um quarto de emprego para os não pobres. Por outro lado, uma grande proporção de pessoas ativas pobres conservam-se muito mais tempo o seu emprego, para além dos 65 anos. Os pobres distinguem-se igualmente pelo baixo nível de alfabetização (80,6% contra 93,5% para os não pobres). Com um tamanho médio estimado em 5,3 indivíduos (contra apenas 3,3 pessoas nas famílias não pobres) os pobres encontram-se claramente mais vezes do que os não pobres nas famílias do tipo monoparentais alargada (17,7% contra 8,2% para os não pobres) e famílias alargadas (27,4% contra 25,9% para os não pobres). Em relação a saúde, as populações pobres têm uma propensão a subestimar a amplitude da sua situação de morbilidade. Constata-se certa especialização na responsabilização da família pelo chefe e seu cônjuge (90%) nas famílias não pobres, nas famílias pobres realça-se de preferência certa diversificação, chefe e cônjuge contribuindo em média com 75,6%, os filhos com 19,8% e os outros membros parentes do chefe com 3,7%.

As principais orientações de políticas económicas e sociais a considerar

A análise dos dados do IOF 2010 permitiu realçar os eixos potenciais de orientação da política social e económica do país, estruturada entre outros, em torno dos temas e eixos estratégicos seguintes :

No domínio da saúde

- Melhorar e/ou reforçar a qualidade dos serviços de saúde;
- Aprofundar o estudo sobre o custo de acesso financeiro as prestações de serviço de saúde;
- Reforçar as acções de sensibilização das populações sobre certos comportamentos sanitários de risco (automedicação, tendência de subestimar as manifestações de certas doenças, etc.);
- Dedicar um interesse particular a responsabilidade sanitária de pessoas de idade superior ou igual aos 60 anos muitas vezes vítimas de doenças (morbidade elevada);
- Reforçar as intervenções ao favor da luta contra as principais doenças endémicas (paludismo, problema respiratório, parasitose, infecções intestinais etc.) e sensibilizar às populações no sentido de melhorar a sua qualidade de vida.

No domínio da educação

- Reforçar as medidas de apoio do Estado na escolarização para além da educação de base;
- Reforçar as iniciativas ao favor da alfabetização dos adultos;
- Contribuir para reduzir, por um lado, as principais causas do elevado abandono escolar entre os ciclos primário e secundário, e por outro, as razões da não escolarização tanto no primário como no secundário;
- Contribuir para reduzir as disparidades regionais dos níveis de educação;
- Prestar uma atenção particular no respeito a idade da primeira escolarização das crianças ;
- Sensibilizar os pais e encarregados de educação a encorajar as meninas no sentido de prosseguirem muito mais tempo os seus estudos.

No domínio do emprego

- Promover /favorecer o desenvolvimento de polos económicos regionais com incidência particular no desenvolvimento das actividades agrícolas;
- Reforçar o seguimento da implementação das medidas de protecção social dos trabalhadores bem como do direito do trabalho;

- Investir a curto e/ou médio prazo, não somente nas actividades com alta intensidade de mão-de-obra (AIMO), mas também nas actividades geradoras de rendimento (AGR);
- Reavaliar as disposições do código da família com particular atenção a situação das mulheres abandonadas com os seus filhos;
- Investir nos programas de integração dos jovens de 15-24 anos que não se encontram nem no sistema educativo nem no mercado do trabalho através de actividades de formação profissional dirigidas;
- Investir nos programas de reforço das capacidades e/ou de formação contínua das pessoas empregadas, particularmente das mulheres;
- Promover o espírito de empreendedorismo e enquadrar os diferentes agentes neste sentido.

No domínio da melhoria das condições e de qualidade de vida

- Garantir preços acessíveis dos produtos de primeira necessidade;
- Reforçar a melhoria da qualidade de vida;
- Valorizar a rede de apoio comunitário a fim de consolidar uma política social mais formal e activa;
- Sensibilizar às populações no sentido de superarem os seus preconceitos psicossociológicos em relação a pobreza.

As principais orientações para a implementação de um sistema de informação para o seguimento da pobreza (SISP)

- Encontrar um consenso no que deve ser a estratificação do país, principalmente no que concerne a divisão administrativa e os critérios de identificação dos meios urbanos e rurais;
- Enriquecer as ferramentas metodológicas para a recolha de dados de base tendo em conta as necessidades de informações para a orientação das intervenções públicas ;
- Sistematizar a recolha dos preços no quadro do inquérito sobre as condições de vida das famílias;
- Investir no reforço das capacidades estatísticas dos quadros nacionais;
- Considerar as recomendações metodológicas da medida e da análise da pobreza adoptada em 2010 para as próximas avaliações da pobreza;
- Encontrar consenso no que concerne as principais orientações do sistema de informações para o seguimento da pobreza no país;
- Encorajar ou promover as actividades em favor do desenvolvimento e do arquivo dos bancos de informações (base de dados com metadados associados), não somente para todas as principais operações estatísticas realizadas pelo país, como também para os dados de rotina das diferentes estatísticas administrativas;
- Iniciar e/ou reforçar o processo de dinamização do sistema estatístico nacional (incluindo a estratégia nacional de desenvolvimento da estatística).

INTRODUÇÃO

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é um arquipélago que pode ser considerado como um dos países mais pequenos de África com uma superfície de 1001 km² e uma economia relativamente pequena. A maior ilha, São Tomé, tem uma superfície de 864 km² e a menor, Príncipe, tem 137 km², estas duas ilhas distam entre si 152 km². O arquipélago está situado no oceano Atlântico, mais concretamente no Golfo de Guiné a uma distância de aproximadamente 300 km das costas Gabonesas e a linha do equador passa à dois quilómetros de Ponta Lamaporco, o ponto sul da ilha de São Tomé que a separa do Ilhéu das Rolas. A população do país em 2010, é estimada em 163 763 habitantes dos quais 51,4% são mulheres. O desenvolvimento económico, político e social é caracterizado por uma série de constrangimentos e desafios apresentados abaixo.

Um contexto macroeconómico frágil

O segundo acordo trienal assinado pelas autoridades em Março de 2009 no quadro da Facilidade para a Redução da Pobreza e o Crescimento (FRPC) define o quadro geral da política orçamental do país. Trata-se de optar por uma política macroeconómica mais restritiva. Esta política orçamental preconiza conter as despesas primárias actuais através de uma melhor gestão das finanças públicas. Paralelamente, as medidas jurídicas e técnicas combinadas com o aumento dos impostos incididos nas importações ligadas aos futuros projectos de investimento deveriam progressivamente melhorar as receitas orçamentais. A política monetária procura manter a ancoragem da dobra (STD) com o Euro (EUR), introduzido em Janeiro de 2010. Ainda amplamente ligados ao preço do petróleo e dos bens alimentares importados, a inflação baixou para cerca de 12,3% em 2010 (contra 17% em 2009) graças ao rigor económico imposto por esta ancoragem. Esta tendência decrescente deverá se verificar enquanto a política orçamental respeitar os seus objectivos e os preços dos produtos alimentares internacionais manterem-se estáveis.

Os grandes desafios do desenvolvimento no país

Entre os factores que contribuíram para a explicação da desaceleração do crescimento económico no país, pode-se citar o atraso observado nos desembolsos da ajuda pública ao desenvolvimento (APD), mais ainda, a queda dos investimentos directos estrangeiros (IDE) e das actividades do turismo provocados pela crise internacional. De igual modo, a subida dos preços das importações do petróleo e dos produtos alimentares juntamente com importantes entradas de divisas provenientes da ajuda externa e as actividades de prospecção do petróleo contribuíram para amplificar mais o nível da inflação estimada no período de 2004 a 2008 em 19,5% com um pico de 26% em 2008. Entretanto a taxa de inflação diminuiu passando para 17% em 2009 continuando a baixar até se fixar em 12,3% em 2010 com uma previsão para 7,4% para 2011. O objectivo do Governo é de aumentar os seus esforços para reduzi-la ainda mais a médio prazo. Por outro lado, o país enfrenta significativos desafios estruturais (aumento do peso da dívida, vulnerabilidade aos choques externos, economia pouco diversificada) que entrava o seu desenvolvimento.

A repartição sectorial do PIB mostra que a economia nacional é impulsionada principalmente pelos seguintes sectores: comércio a grosso e a retalho, hotéis e restauração, agricultura, exploração florestal, a pesca e a caça, transporte, armazenagem e comunicação, finanças, imobiliário, serviços as empresas e serviços das administrações públicas. O sector agrícola que representa apenas 17% do PIB, emprega mais de 60% da população activa. Entretanto, é caracterizado pelas infraestruturas deficientes, os serviços públicos de apoio ao enquadramento são quase inexistentes e com um pequeno número de operadores, o que explica a sua fraca produtividade. Com uma agricultura de subsistência bastante frágil e pouco organizada, o país deve necessariamente importar a maior parte dos bens para o consumo alimentar.

O aumento das receitas internas depara-se com três dificuldades principais: a omnipresença das actividades informais, a fuga ao fisco e a degradação das infraestruturas, principalmente no domínio da energia caracterizada pelos aprovisionamentos irregulares. O imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas afecta apenas 20 empresas entre os quais os bancos comerciais, a principal operadora das telecomunicações, os hotéis e alguns operadores de importação/exportação. Os outros agentes (pequenas empresas de retalho, actividades ligadas ao transporte e aos serviços financeiros) que representam quase 65% do PIB provêm do sector informal ou beneficiam de isenções fiscais. A introdução, a partir de 2010 de um número de identificação fiscal único para cada particular e cada empresa deverá expandir gradualmente a base fiscal.

Os serviços públicos e o sector da construção imobiliária, impulsionados pela construção de infraestruturas turísticas e de habitações bem como manutenção das estradas, constituem com as principais indústrias de transformação alimentar (cervejaria, fabrica de sumos, de óleo de palma, de chocolate, e padaria) uma das partes mais importantes do sector secundário. Quanto a indústria manufactureira, ela representa 7% do PIB e sofre principalmente da pequenez do mercado interno, da falta de capital humano, do custo relativamente elevado da energia e da dependência em relação as matérias primas importadas. A fraqueza e a qualidade pouco competitiva da produção local provocam uma procura crescente dos habitantes pelos produtos estrangeiros menos caros e de melhor qualidade.

Quanto aos desafios ambientais, estão certamente ligados a pobreza nas zonas rurais. A desflorestação aumenta devido a transformação local das madeiras tropicais em carvão ou a sua venda ao estrangeiro, a falta de meios e de pessoal para preservar a fauna e a flora locais.

Um contexto social “apagado”

O crescimento registado nestes cinco últimos anos não foi suficiente para resolver os desafios sociais e do desenvolvimento. Se os progressos substanciais são notáveis em certos domínios (ensino primário universal, redução da mortalidade infantil, melhoria da saúde materna, tratamento do sida e do paludismo), outros grandes desafios estão igualmente por superar ao nível das condições de vida das famílias e do desenvolvimento social.

As probabilidades de realizar os Objectivos do Milénio para o Desenvolvimento (OMD) relativos a extrema pobreza, a igualdade dos sexos e a instauração de parcerias para o desenvolvimento são ainda muito pequenas. A pobreza atinge 66,2% da população segundo as estimativas do inquérito sobre as condições de vida das famílias de 2010 e é relativamente elevada nos distritos de Caué, de Lembá, de Príncipe, de Água-Grande e de Lobata. As necessidades de alojamentos decentes estão ainda muito elevadas e menos de 20% das famílias afirmam que estão satisfeitas com esses alojamentos em relação aos seus sistemas de acesso a água potável, de tratamento dos lixos dos particulares, o saneamento da água das chuvas e ao fornecimento de energia eléctrica.

As tendências dos principais indicadores de mercado do trabalho em 2010, apesar de uma taxa de actividade de 77,3%, confirmam os limites estruturais da economia nacional: baixa oferta de emprego com uma taxa de emprego estimada em apenas 45,1% e uma precariedade relativamente elevada desses empregos visto que 40,6% da população activa tem um emprego que é vulnerável. Por outro lado, 23% dos jovens de 14-24 anos estão na situação de desemprego (na óptica do BIT) enquanto que este indicador é estimado em 11,7% para os indivíduos de 15 ou mais anos de idade. Além disso, se 25,3% da população activa tem um rendimento mensal médio inferior a dois terços do rendimento médio mensal, constata-se que 30,1% desses activos dispõem de um salário médio mensal inferior ao salário mínimo interprofissional garantido (SMIG) estimado a partir de 2010 em 822 255 dobras.

Os principais indicadores de escolarização e de alfabetização mostram que em 2010 a taxa de alfabetização dos indivíduos de 15 ou mais anos de idade está estimada em 87,7%, a taxa bruta de escolaridade no ensino primário é de 136,1% e a taxa líquida é de 87,5% enquanto que no secundário,

estão estimados em respectivamente 53,3% e 35,3%. E também ressalta que 10,8% de indivíduos de 5 ou mais anos de idade nunca foram à escola e que 29,1% de jovens de 15-24 anos não estão nem no sistema escolar nem no mercado de trabalho. Esses indicadores caracterizam a amplitude dos problemas do sistema educativo do país, marcado entre outros por um grande abandono escolar entre os ciclos primários e secundário, falta de ocupação e um desemprego relativamente elevado dos jovens de 15-24 anos, muito mais grave do lado das meninas. Assim embora alguns avanços registados, os indicadores sociais mantêm-se medíocres. O crescimento, pouco diversificado, não permite a criação de empregos para os pobres em geral e os jovens citadinos e as mulheres em particular.

Razão de esperar um futuro melhor para o país

Em resposta a todos os desafios, no curto prazo, as performances económicas do país dependerão da estabilidade política e dos esforços que o Governo envidará para racionalizar o modo de vida da população e assegurar uma gestão macroeconómica sólida. De igual modo, o Estado compromete-se em reforçar a colaboração com o sector privado para o encorajar a retomar os seus investimentos e em melhor organizar-se e se desenvolver-se, investindo no desenvolvimento agrícola de forma a aumentar a produtividade, a desenvolver e alargar as relações comerciais e diplomáticas com os parceiros emergentes (China, Angola, Nigéria, Índia, Brasil etc.) para além dos seus parceiros tradicionais na perspectiva de ser menos dependente de financiamentos externos, investindo bastante na melhoria dos serviços públicos visando o acesso à electricidade, ao saneamento e à saúde, à educação e à gestão dos detritos.

Importantes esforços são necessários para permitir ao Estado definir uma estratégia pertinente para a mobilização de receitas internas mais importantes. O formidável potencial turístico e pedológico do arquipélago explicam todo o interesse manifestado pelas autoridades no sentido de muito brevemente fazer dele não somente o polo turístico fundamental, mas também um grande porto de águas profundas.

O programa do Governo que tem por objectivo transformar o país e diversificar a sua economia pretende reforçar quatro grandes eixos, principalmente a boa governação, o crescimento e o desenvolvimento, a coesão nacional e social e o estado de direito com incidência particular no reforço da capacidade da justiça.

É para redefinir as orientações da sua política económica e social e ultrapassar todas as dificuldades e os desafios identificados que o Governo de São Tomé e Príncipe realizou, entre 2009 e 2010, um inquérito junto às famílias para avaliar a pobreza (IOF). Os resultados serão usados para elaborar o relatório de seguimento de DSRP-I assim como os principais indicadores dos OMD, para sustentar o DSRP-II e para orientar o Plano de Desenvolvimento do país. Além disso, os resultados deste inquérito permitirão a reatualização dos índices dos preços do consumidor cujo ano de base é antiga de mais de 12 anos.

CAPÍTULO I : ESTRUTURA E COMPOSIÇÃO DOS AGREGADOS

Os dados relativos a este capítulo permitem analisar a estrutura por idade e por sexo da população total de São Tomé e Príncipe (STP). Elas permitem avaliar igualmente a composição dos agregados familiares.

1.1 Estrutura da população por idade e por sexo

As taxas de crescimento da população variam muito entre as regiões

Entre 2000 e 2010, a população total de São Tomé e Príncipe aumentou de 28,4%, devido principalmente a um crescimento das famílias de mais de 30% nos distritos de Me-zóchi, de Lobata, de Caué e de Cantagalo. Nesses mesmos distritos, o crescimento foi acompanhado de um aumento significativo das população de mais de 40% em relação a 2000.

Dependendo das regiões, constata-se uma certa heterogeneidade das taxas de crescimento relativo da população com valores muito elevados na região do norte (40,4%), mais baixos nos do sul e do centro (respectivamente 31,2% e 25,2%) e muito mais baixos na Região Autónoma do Príncipe (18,7%). Essas evoluções correspondem a taxas de crescimento anuais médias igualmente muito variáveis com os valores estimados respectivamente em 3,4 %, 2,8%, 2,3% e 1,7% respectivamente. Globalmente, a taxa de crescimento anual média da população entre 2000 e 2010 é estimado em 2,5%. Com tendências próximas, a evolução da estrutura das famílias é idêntica a estrutura da população.

Tabela 1 : Evolução da estrutura da população por distrito e região entre 2000 e 2010 em STP

	Situação em relação às famílias				Situação em relação à população				Variação (%)		Taxa de crescimento Anual média (%)	
	2000		2010		2000		2010		Família	População	Família	População
	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%	Efectivo	%				
Região do Norte	4 955	17,8	6 910	18,6	22 227	17,4	31 196	19,0	39,5	40,4	3,4	3,4
Lembá	2 119	7,6	2615	7,1	9 102	7,1	12692	7,8	23,4	39,4	2,1	3,4
Lobata	2 836	10,2	4295	11,6	13 125	10,3	18504	11,3	51,4	41,0	4,2	3,5
Região do Centro	17 329	62,3	22 947	61,9	82 064	64,3	102 782	62,8	32,4	25,2	2,8	2,3
Água Grande	11 206	40,3	13682	36,9	52 428	41,1	61084	37,3	22,1	16,5	2,0	1,5
Mé-Zóchi	6 123	22,0	9265	25,0	29 636	23,2	41698	25,5	51,3	40,7	4,2	3,5
Região do Sul	4 025	14,5	5 372	14,5	17 182	13,5	22 549	13,8	33,5	31,2	2,9	2,8
Cantagalo	2 904	10,4	3873	10,4	12 441	9,8	15805	9,7	33,4	27,0	2,9	2,4
Caué	1 121	4,0	1499	4,0	4 741	3,7	6744	4,1	33,7	42,2	2,9	3,6
Região do Príncipe	1 509	5,4	1 852	5,0	6 097	4,8	7 236	4,4	22,7	18,7	2,1	1,7
Príncipe	1 509	5,4	1852	5,0	6 097	4,8	7236	4,4	22,7	18,7	2,1	1,7
Total	27 818	100,0	37 081	100,0	127 570	100,0	163 763	100,0	33,3	28,4	2,9	2,5

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Mudanças estruturais da população em geral, constante

A análise da repartição da população por distrito e por região mostra que ela não mudou significativamente. Com efeito, a região do centro continua mais povoada, contendo 63% da população total do país, seguindo a região Norte (19%), depois a região Sul (13,8%) e a Região Autónoma do Príncipe (4,4%). Constata-se porém um crescimento da parte relativa aos povoamentos na região do Norte em detrimento das regiões do Sul e de Príncipe. De facto, isto poderia traduzir-se na saída destas últimas regiões para a primeira, ou numa migração para o exterior das populações das regiões do Sul e do Príncipe.

Uma população bastante jovem com idade média de 22,8 anos

O inquérito ao orçamento das famílias de 2010 permitiu estimar em 163 763 o efetivo total da população de São Tomé e Príncipe dos quais 51,4% são mulheres. Este número corresponde a cerca de 37 080 famílias dos quais 38,1% são dirigidas por mulheres.

A idade média da população é de 22,8 anos (22,0 para os homens contra 23,6 para as mulheres) e em todos os distritos, fica inferior a 24 anos. A idade média das mulheres chefes de família é igualmente maior do que a de homens dirigindo as famílias (respectivamente 47,9 e 42,1 anos). Realça-se além disso que de forma sistemática (ver tabela 3) em todos os distritos, as mulheres chefes de família são mais velhas do que os seus homólogos homens.

Tabela 2 : Estrutura e idade média (em anos) da população e dos chefes de família segundo o sexo

	Homem		Mulheres		Total	
	%	Idade média (em ano)	%	Idade média (em ano)	%	Idade média (em ano)
População total	48,6	22,0	51,4	23,6	100,0	22,8
Efectivo de Famílias	61,9	42,1	38,1	47,9	100,0	44,3

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 3 : Idade média dos chefes e da população por sexo segundo o estrato

	Idade média dos chefes de família			Idade média da população		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	41,5	46,5	43,8	21,2	23,6	22,5
Mé-Zochi	43,7	50,0	46,2	22,9	24,6	23,8
Cantagalo	42,3	48,3	44,3	22,8	23,3	23,0
Caué	44,5	46,8	45,0	23,2	22,2	22,7
Lembá	40,1	47,0	42,1	20,7	22,1	21,4
Lobata	42,1	50,4	44,6	22,7	23,6	23,1
Príncipe	37,9	45,6	40,4	21,3	22,2	21,7
Total	42,1	47,9	44,3	22,0	23,6	22,8

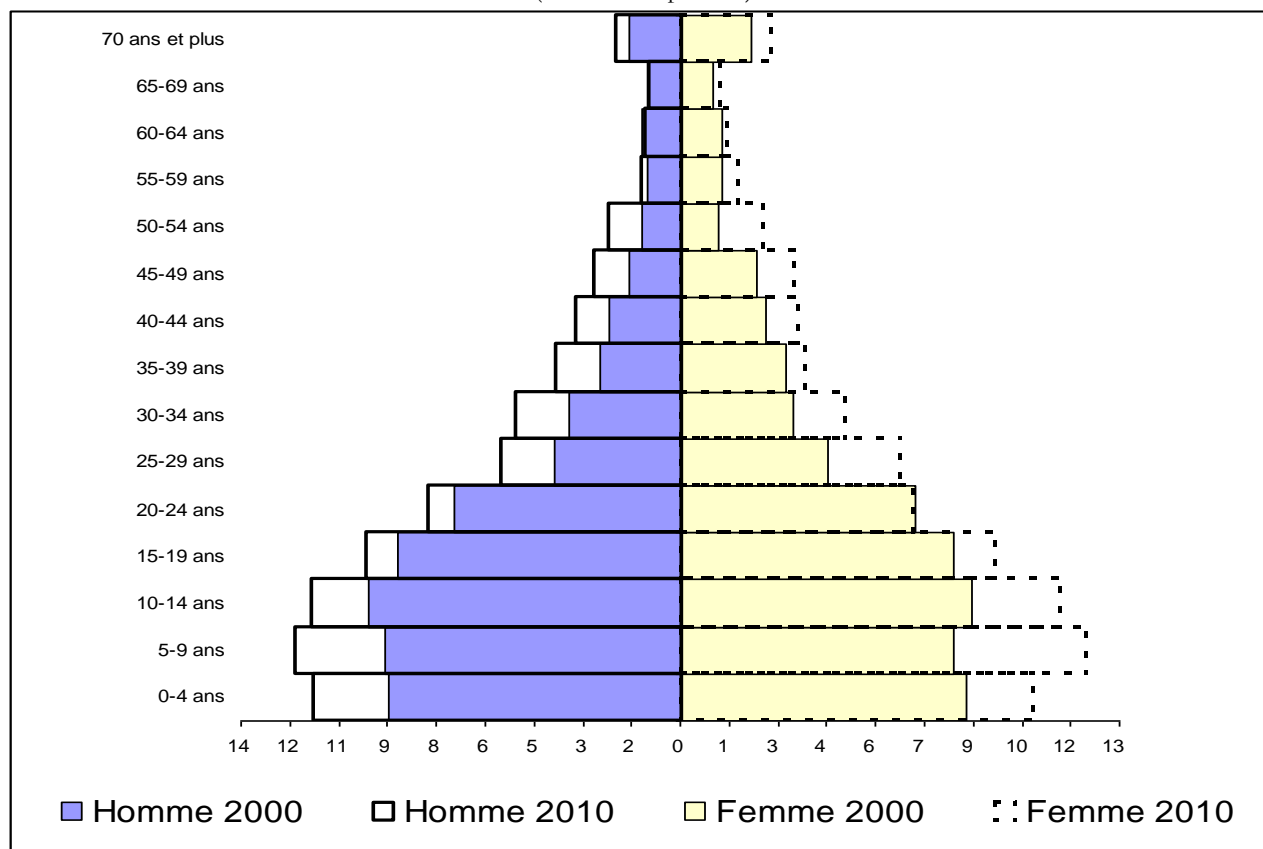
Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

A análise da pirâmide das idades (ver gráfico 1) permite pôr em evidência sobretudo em 2010, uma forma atípica em relação a aquela encontrada nos países de África em vias de desenvolvimento. Com efeito, a pirâmide das idades da maior parte de países em vias de desenvolvimento apresenta em geral uma base muito alargada e se reduz muito rapidamente com a idade. Esta forma é característica de países com natalidade alta e com a taxa de mortalidade relativamente elevada, em particular entre crianças.

No caso de São Tomé e Príncipe, a pirâmide de 2000 parece conter algumas nuances, muito comum a forma geralmente encontrada nos países em vias de desenvolvimento. A base é com efeito muito alargada e torna-se estreita à medida que a idade aumenta. Em 2010, denota-se uma deformação muito visível da pirâmide em relação a de 2000. É de realçar, com efeito um aumento mais forte da pirâmide nas faixas etárias de 5-9 anos e 10-14 anos, muito mais forte do que ao nível da base. Este fenómeno parece justificar não somente uma queda da natalidade desde os anos 2000, mas também uma queda de mortalidade infantil e infanto-juvenil entre essas duas datas. Para explicar este resultado, pode-se assumir que são resultado das medidas específicas de políticas de natalidade adotadas pelo Governo e que estão em vigor no País, ou avançar mesmo que houve uma diminuição maciça das famílias com crianças nesta faixa etária.

Para além deste resultado, a pirâmide de idade apresenta algumas irregularidades com reduzida população sobretudo nas mulheres, na faixa etária de 20-24 anos, e nos homens na faixa etária de 55-69 anos (efeito de mortalidade masculina mais elevada).

Gráfico 1 : Pirâmide das idades da população em São Tomé e Príncipe em 2010
(Milhares de pessoas)



Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

1.2 Perfil sociodemográfico dos agregados

A análise do perfil sociodemográfico das famílias em 2010 é baseada numa tipologia dos agregados em dez modalidades (ver quadro 1). Esta tipologia tem em conta várias variáveis, nomeadamente a composição e o tamanho do agregado, assim como o estatuto matrimonial dos membros (em certa medida). Uma única análise de uma ou de outra dessas diferentes variáveis não seria suficiente para enriquecer o conhecimento sobre a tipologia dos agregados familiares.

As tipologias dominantes : casal com filhos e famílias alargadas

Os casais com filhos representam o tipo dominante com 36,2% dos agregados, seguidos de famílias alargadas (21,5%), as famílias monoparentais (15,5%), os agregados unipessoais (11,9%), os agregados monoparentais (10,5%) e os casais sem filhos (4,4%). Os agregados familiares do tipo casais com filhos, as famílias alargadas e os agregados monoparentais representam 95% da população total do país (ver quadro 4).

O tamanho médio dos agregados familiares está estimado em 2010 em 4,4 pessoas (4,5 pessoas nos agregados dirigidos pelos homens contra 4,2 para aqueles que são dirigidos pelas mulheres). Ele varia

igualmente segundo o tipo de agregado entre um valor máximo de 6,1 pessoas nos agregados monoparentais alargados, para um mínimo de uma pessoa nos agregados unipessoais. Os agregados de casais com filhos, os agregados monoparentais nucleares e famílias alargadas têm um tamanho médio estimado respectivamente em 4,9, 3,9 e 5,5 pessoas. As famílias alargadas não representariam assim a categoria de agregados que têm uma dimensão média mais significativa. Isto pode significar que na realidade em São Tomé e Príncipe, as uniões poligâmicas são muito menos frequentes do que se poderia pensar.

Quadro 1 : Sobre a tipologia dos agregados

A tipologia dos agregados considerada distingue seis grupos heterogêneos, definidos como se segue :

Agregado unipessoal : É composto por uma só pessoa e geralmente o chefe de família;

Casais sem filhos : composta por duas pessoas de sexo oposto, que vivem maritalmente, não tendo nem filhos, nem parentes ou outras pessoas;

Casais com filhos : É um agregado composto por um homem, a sua esposa e seus filhos, sem outras pessoas que sejam parentes ou não ;

Agregado monoparental nuclear: Trata-se de agregados em que apenas um dos cônjuges está presente por qualquer motivo (morte, separação física/divórcio etc.) e vivendo unicamente com os seus filhos, sem outras pessoas que sejam parentes ou não ;

Agregados monoparentais alargados: Trata-se de agregados em que um só cônjuge está presente por qualquer motivo (morte, separação física/divórcio etc.) e vivendo não só com os seus filhos, mas também com outras pessoas, sejam estas parentes ou não;

Agregados de família alargada: Trata-se de todos os outros casos possíveis, nomeadamente de agregados polígamos ou poliandros que vivem não somente com os seus filhos, mas também com outras pessoas no agregado, sendo estas últimas parentes ou não.

Tabela 4. : Tipologia e principais características dos agregados e da população

Tipo de agregado	Agregados Familiares (%)	População (%)	Tamanho Médio dos agregados	% de estrangeiros	% de Mulheres chefes de agregado	Idade média do chefe de agregado de sexo...		
						... masculino	... feminino	Total
Unipessoal	11,9	2,7	1,0	9,1	4,3	44,4	59,4	49,7
Casal sem filhos	4,4	2,0	2,0	2,7	0,8	47,8	46,0	47,5
Casal com filhos	36,2	40,4	4,9	2,8	3,3	38,2	36,6	38,1
Monoparental nuclear	15,5	13,6	3,9	4,3	14,3	50,3	40,7	41,4
Monoparental alargada	10,5	14,5	6,1	4,7	9,3	47,7	52,9	52,3
Família alargada	21,5	26,9	5,5	5,9	6,1	46,7	55,8	49,3
Total	100,0	100,0	4,4	4,6	38,1	42,1	47,9	44,3

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

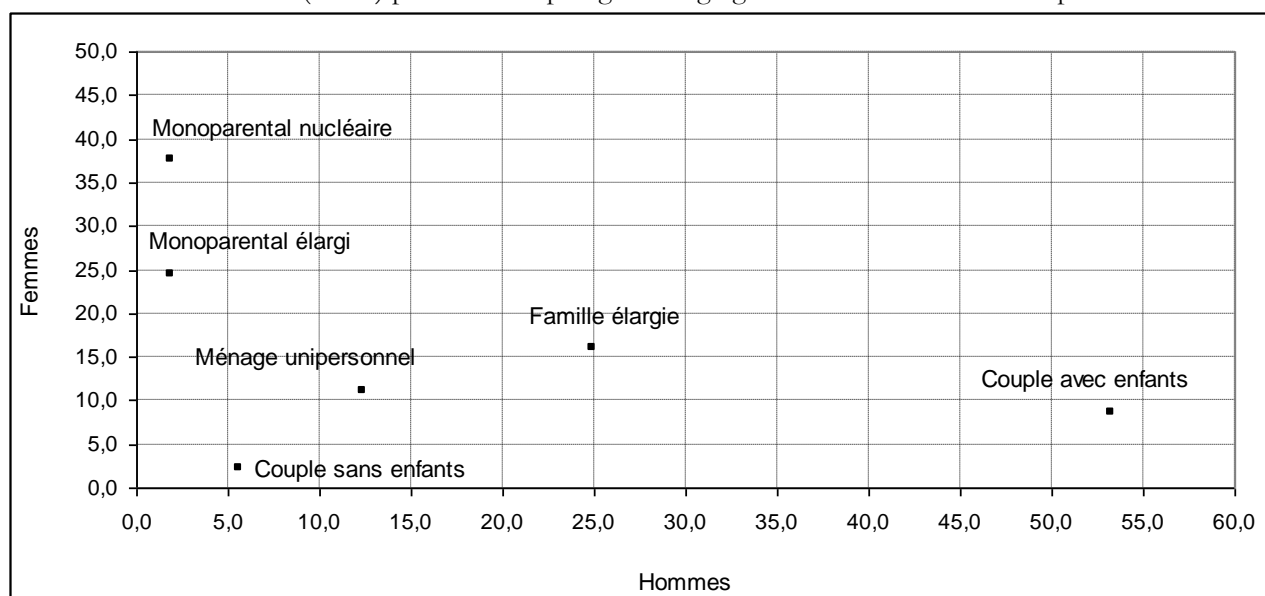
Apenas 5% dos chefes dos agregados são de origem estrangeira

Os agregados que residem em São Tomé e Príncipe são essencialmente os nativos (95,4). Apenas 4,6% dos chefes de agregados são de origem estrangeira, provenientes em geral de Cabo-verde, Angola, Portugal ou do Gabão. De forma paradoxal, os distritos que parecem acolher mais os agregados de origem estrangeira são Caué (9,2%), Lembá (8,8%) e Lobata (7,9%) e não a capital Água-Grande. Em dois distritos onde residem o maior número de agregados (Água-Grande, Mé-Zóchi), regista-se uma pequena percentagem de agregados de origem estrangeira (respectivamente 3,3% e 1,8% de estrangeiros). Esses agregados de origem estrangeira são do tipo unipessoal (9,1%), família alargada (5,9%), agregado monoparental alargado (4,7%) e nuclear (4,3%).

Os agregados monoparentais são os que em geral são dirigidos pelas mulheres ou casais com filhos dirigidos pelos homens

Para além destes primeiros resultados, a análise da tipologia de agregados segundo o sexo do chefe de família, permite caracterizar uma oposição muito clara entre os homens e mulheres (ver gráfico 2). Com efeito, o gráfico 2 mostra que as mulheres chefes de família são as que mais estão no comando das famílias monoparentais (nucleares, alargadas), enquanto que os homens estão muito mais presentes nos casais com filhos e, com menor dimensão, nas famílias alargadas. Raras são as mulheres que dirigem os agregados com o perfil de casais sem filhos (apenas 1%), de casais com filhos (3,3%) ou ainda de agregado unipessoal (4,3%). Pelo número de razões que podem explicar esta situação, sobretudo num contexto africano, pode-se pensar nas restrições sociais ou étnico-sociológicas da responsabilidade e do papel da mulher. Visto neste ângulo, a proporção relativamente grande de mulheres que lideram os agregados monoparentais nucleares (14,3%), alargados (9,3%) e de famílias alargadas (6,1%) faz pensar que se trata de viúvas, ou de mulheres "abandonadas" pelos seus maridos (cônjuges).

Gráfico 2 : Perfil (em %) por sexo da tipologia dos agregados em São Tomé e Príncipe em 2010



Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

A conclusão precedente é comprovada pela análise do perfil da tipologia dos agregados segundo os distritos. Consta-se com efeito que em 62% dos casos, as famílias dirigidas pelas mulheres são do tipo monoparental (nuclear, alargada) e em 16% dos casos, elas lideram as famílias alargadas com as seguintes tendências respectivamente por distrito: 71,5% e 11,8% em Lembá, 63,2% e 16,4% em Lobata, 62,8% e 16,3% em Água-Grande, 61,5% e 18,1% em Mé-Zóchi, 59,3% e 12,2% em Caué, 57,1% e 10,4% em Cantagalo, 53,1% e 17,7% no Príncipe.

Quanto aos homens, eles são os que em geral assumem a direção dos agregados do tipo "casais com filhos" (53,2%), "família alargada" (24,9%) e de "agregado unipessoal" (12,4%). Mais de 90% dos agregados dirigidos pelos homens são desses tipos e isso é comprovado em todos os distritos do país com a excepção de Cantagalo (84,8%).

Mais de 50% dos membros dos agregados são crianças

A análise da composição do agregado familiar (ver tabela 5) mostra que cerca de 52% dos membros dos agregados são os filhos dos chefes (55,2% nos agregados dirigidos pelos homens contra 46,2% naqueles dirigidos pelas mulheres). Este valor varia entre um máximo de 60,5% e um mínimo de 46,1% no Príncipe. Os encarregados da educação (pai/mãe, outros parentes) do chefe do agregado representam em média 27,1% do efectivo total do agregado, mas esta taxa varia entre 32,1% (Água-Grande) e 17,4%

(Caué). Com excepção do Príncipe onde se regista 11,2% de membros não parentes no agregado, em todos os outros distritos, esta percentagem oscila entre 2% e 6%. Quanto as empregadas de casa, elas estão pouco presentes nos agregados, certamente porque as pessoas que desempenham este papel são muitas vezes os parentes próximos. Elas não são portanto consideradas como empregadas domésticas mesmo que elas desempenhem efectivamente este papel.

É de realçar de igual forma um facto sociológico notável nos agregados dirigidos pelas mulheres : é a importância dos parentes (pai/mãe, outros parentes). Em média, esses parentes representam 35,1% do efectivo total dos agregados dirigidos pelas mulheres (22,1% nos agregados dirigidos pelos homens) mas esta taxa varia segundo os distritos: 38,9% em Cantagalo (contra 12,9% nos agregados dirigidos pelos homens), 36,8% em Água-Grande (contra 26,2% para os agregados dirigidos pelos os homens), 36,1% em Lobata (contra 20,9% nos agregados dirigidos pelos homens), 35,3% em Lembá (contra 17,8% nos agregados dirigidos pelos homens), 34,2% em Mé-Zóchi (contra 22,3% nos agregados dirigidos pelos homens), 28,6 % e 28,5% respectivamente em Cantagalo e em Caué (contra respectivamente 16,7% e 14,6% nos agregados dirigidos pelos homens). Os parentes constituíam provavelmente para essas mulheres chefes de família, o importante pilar para a estabilidade e a segurança no seu lar.

Tabela 5 : Estrutura e composição dos agregados por distritos

	Tipologia dos agregados						Composição do agregado						Total
	Uni-pessoal	Casal sem filhos	Casal com filhos	Mono-parental nuclear	Mono-parental alargado	Família alargada	Chefe	Cônjuge	Filhos	Parentes	Membros não parentes	Domésticas	
Água-Grande	9,5	3,8	31,8	17,1	13,8	23,9	9,5	3,8	49,0	32,1	5,5	0,1	100,0
Mé-Zóchi	9,2	4,6	38,9	16,6	9,3	21,2	9,2	4,6	55,6	26,9	3,4	0,3	100,0
Cantagalo	17,4	6,8	37,0	15,4	8,4	15,0	17,4	6,8	52,4	20,6	2,7	0,0	100,0
Caué	12,7	5,3	50,4	10,1	3,9	17,6	12,7	5,3	60,5	17,4	4,1	0,0	100,0
Lembá	9,7	5,0	44,9	12,8	8,9	18,7	9,7	5,0	57,7	22,8	4,8	0,0	100,0
Lobata	19,5	2,4	34,1	13,5	8,6	21,9	19,5	2,4	47,7	25,6	4,8	0,0	100,0
Príncipe	17,3	4,0	34,8	11,3	7,7	24,9	17,3	4,0	46,1	21,2	11,2	0,2	100,0
Total	11,9	4,3	36,2	15,5	10,5	21,5	11,9	4,3	51,8	27,1	4,8	0,1	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

No geral, denota-se que a população de São Tomé e Príncipe é bastante jovem, sendo que a idade média é de 22,8 anos, em que a maioria são mulheres (51,4%). As mulheres em média têm a idade maior (23,6 anos) do que os homens (22,0 anos). Esta população é composta principalmente por famílias nativas (95,4%) e portanto muito poucas famílias de origem estrangeira (4,6%). As famílias chefiadas por mulheres são principalmente do tipo "monoparental nuclear" ("monoparental alargada" em menor proporção). Encontra-se nela geralmente viúvas ou mulheres "abandonadas" por seus cônjuges vivendo não só com seus filhos (46,2% do total das famílias), mas também com os parentes (35,7% do total do seu agregado familiar). Quanto aos homens, eles são na maioria chefes de família do tipo "casal com filhos" e de "família alargada", e especialmente com os seus filhos (55,2% do efetivo total do seu agregado familiar) e acolhem relativamente poucos parentes (esses últimos representam apenas 22,1% do efectivo total do seu agregado familiar) em relação às mulheres.

CAPÍTULO II : ANÁLISE DA POBREZA MONETÁRIA

2.1 Metodologia da análise da pobreza monetária

O consumo final dos agregados familiares

O inquérito considerou como um indicador de bem-estar das famílias, a despesa de consumo final actual per capita. Com efeito, as análises que se seguem irão considerar esta informação como a melhor aproximação do rendimento disponível das famílias.

Para a definição do âmbito das despesas de consumo corrente das famílias é necessário chegar a um consenso sobre as principais fontes de custos a considerar: as despesas de alimentação e outras despesas não alimentares.

As despesas alimentares : são despesas suportadas para efeitos do consumo de alimentos e de transferências em espécie recebidas pelas famílias. Elas, portanto, têm em conta o autoconsumo e compras de produtos alimentares. Essas informações foram directamente recolhidas durante o inquérito a partir dos módulos relativos às compras e aquisições de bens e serviços definidos como se segue:

- Secção EL: Elegibilidade no preenchimento dos livros de contabilidade;
- Seção 9: Compras e aquisições de bens e serviços diários para consumo doméstico durante 15 dias;
- Seção 11: Despesas e aquisições excepcionais de alimentos nos últimos 12 meses.

As despesas não alimentares: são incluídas nas despesas correntes não alimentares dos agregados familiares:

- Outras despesas diárias não-alimentares;
- As despesas com vestuário;
- As despesas com habitação (incluindo aluguer e estimativa de renda imputada);
- As despesas com bens duráveis pertencentes as famílias;
- As despesas mobiliárias;
- As despesas com a saúde;
- As despesas de transporte;
- As despesas de comunicação;
- As despesas de entretenimento;
- As despesas com a educação;
- As despesas com bens e serviços diversos;
- As oferendas recebidas em espécie.

As despesas diárias consideradas são aquelas que foram efectuadas durante pelo menos dois dias, em 15 dias de observação esperados. A partir de informações sobre a frequência de consumo desses produtos ou serviços, as despesas efectuadas pelas famílias foram depois anualizadas.

Para além desta informação, a análise dos dados do inquérito permitiu revelar alguns problemas encontrados pelos inquiridores no momento da recolha. Esses problemas permitem associar não apenas o dispositivo de recolha de dados utilizados, a forma como o inquérito foi organizado e certamente uma sensibilização prévia insuficiente dos inquiridos, como também a organização das diferentes equipas de trabalho no terreno (os agentes inquiridores, controladores,/supervisores etc.). Estas preocupações estão resumidas em torno dos seguintes pontos principais:

- **Em relação às insuficiências do dispositivo de recolha**

O dispositivo de recolha clássico inclui um livro de conta, uma nomenclatura do consumo, um módulo específico para colheita de informações sobre as características sociodemográficas dos membros do agregado familiar, os seguintes módulos:

- Despesas (diária e retrospectiva);
- Bens duráveis possuídos pelas famílias;
- Despesas de saúde;
- Membros do agregado familiar passíveis de receber um livro de conta;
- As transferências (de dinheiro e em espécie) recebidos pelas famílias;
- Módulo complementar sobre a pobreza subjetiva;
- Módulo sobre as fontes de rendimento do agregado familiar.

No quadro deste inquérito, alguns módulos foram parcialmente tidos em conta quando não tinham sido completamente omitidos.

Unidade parcialmente tida em conta: Trata-se especialmente do módulo sobre "*composição do agregado familiar*", que foi limitado a breves informações sobre a identificação da família (sexo, idade, relação com o chefe de família, nacionalidade e estado civil).

Módulos não considerados : os módulos que não foram tomados em conta neste questionário, são os seguintes :

- Acesso aos serviços sociais básicos (contratos de direito público, o acesso à fonte de água potável mais próxima, acesso à estação rodoviária mais próxima, acesso à electricidade, acesso a escola primária / secundária mais próxima, acesso a um serviço de saúde, centro de saúde, hospital, farmácia, etc. mais próximo.
- As transferências recebidas (em dinheiro ou em espécie) das famílias;
- Gado pertencentes aos agregados familiares;
- Agricultura, pesca, e silvicultura;
- Principais produtos agrícolas;
- Migração e mobilidade espacial.
- Variedade de módulos adicionais (de acesso ao capital financeiro e social, democracia, governação).

Módulos não suficientemente tratados: Trata-se principalmente do módulo "*Rendimentos*". Uma vez que as principais variáveis deste módulo não foram preenchidas corretamente, não foi possível explorá-lo.

A inclusão destes módulos no questionário e a sua administração normal teria permitido enriquecer o conhecimento sobre as condições de vida das famílias e ajudar a melhorar o desenvolvimento do documento de estratégia de redução da pobreza.

- **Em relação a metodologia de observação das despesas**

Alguns inquiridores não seguiram corretamente as famílias no período de duração da recolha de despesas junto dos agregados, de tal forma que algumas famílias não registaram as despesas efectuadas nos últimos 15 dias como havia sido acordado. Quando ela deveria decorrer durante os 15 dias nos agregados, algumas famílias declararam apenas um dia de despesas reais. Por outro lado, o inquérito utilizou como nomenclatura, uma adaptação do COICOP 12, compatível com o SCN93

Os módulos utilizados

Todos os módulos do inquérito eram mais ou menos utilizáveis. Tratam-se principalmente dos módulos seguintes :

- O ficheiro pivô, resumindo todas as despesas anualizadas por produto;
- As características da habitação dos agregados familiares (CQ02, CQ03);
- Pobreza subjetiva (CQ04);
- Identificação dos membros do agregado familiar (CQ05);
- Educação para os indivíduos com 5 anos e mais (CQ06);
- Saúde nos últimos 30 dias anteriores ao inquérito (CQ07);
- Emprego de indivíduos de 15 anos e mais (CQ08);
- As despesas diárias (para todas as famílias que informaram sobre pelo menos dois dias de despesas reais);
- As despesas retrospectivas (CQ09 CQ29 a).

Detalhes sobre o modo de tratamento de certas despesas

A inclusão de determinadas despesas obriga que se proceda a tratamentos específicos que é importante esclarecer: Todas estas preocupações foram analisadas como se segue.

• Tratamento dos bens duráveis

No momento do processamento dos dados com vista a análise da pobreza, as aquisições de meios de transporte (incluindo principalmente viaturas e motorizadas) foram excluídos do consumo corrente das famílias.

• Tratamento das rendas imputadas

Um modelo econométrico foi desenvolvido com o objectivo de imputar as despesas de aluguer para as famílias que não são inquilinos da sua habitação principal. Este modelo tem em conta as rendas efectivamente declaradas pelos moradores e as características fundamentais da sua habitação (paredes, telhados, pisos, principal fonte de iluminação da casa, modo de evacuação dos lixos domésticos, sistema de saneamento utilizado pelo agregado familiar, sistema de abastecimento de água potável, principal combustível utilizado para cozinhar, o número de quartos para dormir e o tratamento de água potável). Dado o número relativamente pequeno de inquilinos, não foi possível usar este procedimento de imputação por região (distrito). Esta informação foi, por conseguinte, escolhida como uma variável de um modelo global.

• Tratamento das transferências recebidas em espécie

As transferências em espécie recebidas pelas famílias, foram sistematicamente incluídas nas despesas de consumo das famílias, mas não as transferências de dinheiro que não são consideradas como tal.

• Tratamento das despesas de festas e cerimónias

Este item de despesa não foi incluído na estimativa da despesa corrente final das famílias principalmente por duas razões: em primeiro lugar, o dispositivo de recolha utilizado não permitia distinguir claramente as despesas atribuíveis aos membros do agregado familiar e, por outro lado, algumas famílias tinham uma tendência em exagerar os valores desses despesas.

A tabela de conversão calórica utilizada

Dado que uma tabela de conversão de calorias de alimentos específica para São Tomé e Príncipe não estava disponível, foi utilizado para a maioria dos produtos alimentares identificados na cesta de alimentos, os valores calóricos fornecidos por um estudo feito para os países africanos. Este estudo, adaptado ao contexto Africano, fornece os valores calóricos da maioria dos produtos consumidos pelas famílias. Esses coeficientes calóricos refletem a caloria por 100 g ou 100 ml de produtos comestíveis.

Método de determinação do limiar de pobreza

O perfil da pobreza é baseado em dados do inquérito sobre as despesas das famílias (IOF), realizado de Março a Maio de 2010 em todo o território nacional. O limiar de pobreza foi determinado pelo **método de custo das necessidades básicas, com base num limiar calórico normativo (LCN) de 2400 kcal por dia per capita.**

Esse método baseia-se na estimativa de duas componentes para a determinação do limiar de pobreza: uma componente alimentar e uma componente não-alimentar. A linha de pobreza é obtida como a soma dos limites dos alimentares e dos não-alimentares.

No quadro da estimativa do limiar alimentar, uma cesta de 47 produtos representativos da despesa total em alimentos no país foi seleccionado com base nos dados do IOF (ver tabela 2). A despesa total desses produtos representa 85% da despesa total de alimentos do país. Em cada um dos distritos seleccionados, a proporção varia entre cerca de 82% e 88%. (ver tabela 1).

Tabela 1 : Participação no orçamento dos produtos alimentares considerados para a determinação do limite das despesas alimentares totais dos agregados segundo o estrato

	Agua-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Parte do orçamento dos produtos alimentares na despesa alimentar total das famílias	82,8	86,0	85,8	84,3	86,2	87,2	85,3	84,8

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Esta cesta de alimentos não é só representativa dos hábitos alimentares de todos os agregados em diferentes estratos do país, mas também bastante variada no aspecto nutricional. Por conseguinte, foi seleccionado para a estimativa da linha de pobreza. O grupo de referência, em relação ao qual as várias componentes da linha de pobreza foram estimadas, é a população total utilizando o perfil médio de consumo de alimentos.

O anexo 2 apresenta a lista dos produtos alimentares seleccionados para o cálculo da componente alimentar da linha de pobreza. A formalização do princípio da determinação do limiar de pobreza alimentar, levou primeiramente a estimativa da linha de alimentação diária no estrato j ($Z_{A_Jour}(j)$) como se segue:

$$Z_{A_dia}(j) = LCN \times \frac{\sum_{i=1}^n Q_i \times Precoméd_i^{Estrato\ j}}{\sum_{i=1}^n Q_i \times C_i} \quad (1)$$

Com :

Q_i = a quantidade média diária consumida do produto i ;

C_i = o valor calórico (por 100g ou 100 ml) correspondente ao produto i consumido;

$\text{Precoméd}_i^{\text{Estrato } j}$ = Preço médio de produto i no estrato j .

LNA = limiar calórico normativo considerado.

O limiar alimentar ($Z_A(j)$) no estrato anual foi então estimado como se segue:

$$Z_A(j) = Z_{A_Dia}(j) \times 365 \quad (2)$$

Após a determinação da linha de pobreza alimentar, a linha de pobreza não alimentar foi estimada. Para esta segunda componente, a abordagem considerada baseia-se nos trabalhos de *Ravallion*. Esta, visa propor uma estimativa não-paramétrica do valor do limiar não alimentar (Z_{na}) correspondente a esperança matemática das despesas não alimentares efectuadas pelas famílias cujo total da despesa de consumo seria na circunvizinhança do limiar de alimentos (Z_a).

$$Z_{na} = E[N_{foodexp} / (1-a)Z_a \leq Y_i \leq (1+a)Z_a]$$

Onde:

$N_{foodexp}$ = total das despesas não-alimentares do agregado familiar;

a = limiar/fracção subjectiva aplicada ao limiar alimentar. Com base nas recomendações de AFRISTAT, sugere-se que este limite seja escolhido entre 10% e 15%. Para os fins deste estudo, o limiar escolhido foi de 10%;

Y_i = a despesa total do agregado familiar i .

Tendo em conta que o facto de o inquérito não incluir uma recolha sistemática de dados sobre os preços em todos os distritos, uma linha de pobreza (Z) foi estimada em cada distrito da seguinte forma:

$$Z = Z_{na} + Z_a$$

Harmonização dos diferentes custos de vida entre os estratos

Dado o facto de que um dispositivo de recolha de preços não ter sido sistematicamente integrado no inquérito, foi difícil obter preços fiáveis em todos os produtos consumidos pelas famílias. Não foi possível estimar os índices de custo de vida em todos os estratos para a harmonização das diferenças de custo de vida.

A alternativa adotada foi, portanto, estimar primeiramente linhas de pobreza para cada estrato. Para isso, foi necessário estimar os preços unitários médios ao longo do período de recolha para produtos comprados na unidade padrão. Estes preços que foram obtidos a partir de informações disponíveis nos dados recolhidos em cada estrato, foram posteriormente validados com os quadros do INE.

A etapa seguinte foi escolher um estrato de referência (Água Grande) em relação ao qual ir-se-á avaliar o custo de vida nos outros estratos. Em seguida, divide-se então o limite estimado para cada distrito pelo nível do distrito de referência. Obtém-se então pseudos deflatores do custo de vida (ver tabela 2). Ao dividir as despesas totais anuais per capita do agregado familiar por este coeficiente, obter-se-á uma despesa total anual per capita harmonizado das diferenças do custo de vida entre os distritos que representam o indicador do nível de bem-estar das famílias.

Tabela 2 : Recapitulativo da estimativa dos limiares de pobreza

	Água-Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe
Limiar alimentar diário (STD)	12 362	11 278	10 361	10 263	10 220	11 576	13 109
Limiar alimentar anual Za (STD)	4 512 185	4 116 437	3 781 771	3 746 177	3 730 338	4 225 234	4 784 757
Limiar não alimentar - Zna (STD)	6 463 542	4 468 028	5 397 169	7 331 373	4 709 943	5 595 238	7 338 024
Limiar de pobreza - Z (STD)	10 975 727	8 584 465	9 178 940	11 077 550	8 440 281	9 820 472	12 122 781
Limiar de pobreza corrigida - Z* (STD)	10 975 730	8 584 465	9 178 940	11 077 550	8 440 280	9 820 470	12 122 780
Pseudo deflator do custo de vida	1,0000	0,7821	0,8363	1,0093	0,7690	0,8947	1,1045

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

• Em relação a evolução da metodologia de análise da pobreza

Em 2000, a medida do limiar da pobreza foi baseada numa abordagem relativa e correspondia a 2/3 da despesa média por agregado familiar harmonizado per capita. Na realidade, esta abordagem relativa é relevante para um país onde toda a população não se veja confrontado com as preocupações para garantir a satisfação de suas necessidades existenciais vitais. Nestas condições, pode-se considerar efectivamente como é que uns vivem em relação aos outros. Mas, nos nossos países de África em vias de desenvolvimento, este contexto não prevalece e a maioria da população encontra dificuldades para satisfazer as suas necessidades alimentares e não alimentares vitais. Assim, recomenda-se optar por uma abordagem absoluta, com base no método de custo das necessidades básicas (CNB).

Apesar desta escolha, não é inútil estimar em 2010 a pobreza utilizando a "mesma base" metodológica de 2000. Esta nuance tem sentido na medida em que certas escolhas metodológicas feitas em 2000 não transpareciam claramente. Além disso, para assegurar a análise apropriada da evolução da pobreza entre estas duas datas na base de pobreza relativa, seria necessário uma análise em termos de preços correntes, fazendo alguns tratamentos adicionais. Este exercício, por mais interessante que seja, não será realizado. A análise comparativa das tendências da pobreza será realizada sobre os valores nominais do indicador do nível de vida encontrados em 2010.

Os resultados (ver tabela 3) mostram que (não seguindo uma abordagem a preços constantes e tendo em consideração a análise relativa), a amplitude da pobreza diminuiu ligeiramente entre 2000 e 2010 e, em todas os distritos excepto o de Água Grande, onde pelo contrario o problema agravou-se. Esta melhoria do nível de vida das populações foi ainda acompanhada por uma melhoria da profundidade de pobreza também em todos os distritos (excepto o de Água Grande), onde este indicador aumentou.

Ao nível nacional, o rácio de pobreza caiu, saindo de 53,8% em 2000 para 49,6% em 2010, igualmente com uma melhoria da profundidade da pobreza (estimada respectivamente em 19,2% e 15,9%). Caué, Lembá e continuam a ser os distritos mais pobres tanto em 2000 como em 2010, sendo Água Grande e Mé-Zóchi (em 2000) e Mé-Zóchi e Cantagalo (em 2010) os distritos menos pobres.

Seguindo a abordagem absoluta, os distritos com taxas de pobreza mais elevadas são os de Caué (84,5%), Lembá (73,4%) e aqueles com as menores taxas são os de Mé-Zóchi (56,6%) e Cantagalo (65,9%).

Ambas as abordagens (relativa vs absoluta) produzem tendências muito diferentes de classificação relativa dos distritos no que concerne a amplitude da pobreza. Mas, doravante, a que deve ser mantida

para futuras avaliações da pobreza, é a abordagem absoluta com base no método do custo das necessidades básicas.

Tabela 3: Balanço sinóptico das estimativas da pobreza (em %) em São Tomé e Príncipe

	Distritos							Total
	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	

Situação em 2000 sobre a base da análise da pobreza relativa (Limiar da pobreza de 2 638 618 Dobras)

Incidência de pobreza (P0)	39,4	58,9	58,9	82,2	76,6	66,4	60,1	53,8
Profundidade de pobreza (P1)	11,9	21,4	17,5	40,5	33,4	25,6	24,1	19,2
Severidade da pobreza (P2)	5,1	10,4	7,3	23,2	18,0	12,9	12,1	9,3

Situação em 2000 sobre a base da análise da pobreza relativa (Limiar da pobreza de 8 680 490 Dobras)

Incidência de pobreza (P0)	52,0	38,0	45,5	69,3	60,2	53,6	58,5	49,6
Profundidade de pobreza (P1)	17,1	11,5	11,9	22,9	21,0	17,3	20,6	15,9
Severidade da pobreza (P2)	7,4	5,0	4,3	10,2	9,7	7,9	9,3	6,9

Situação em 2000 sobre a base da análise da pobreza absoluta – Método do custo das necessidades primárias (Limiar da pobreza de 10 975 730 Dobras)

Incidência de pobreza (P0)	68,3	56,6	65,9	84,5	73,7	67,8	71,4	66,2
Profundidade de pobreza (P1)	26,1	19,1	21,1	34,3	30,7	26,5	29,9	24,8
Severidade da pobreza (P2)	12,8	8,9	8,9	17,2	15,9	13,3	15,4	12,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

2.2 Perfil de pobreza das famílias em São Tomé e Príncipe

A pobreza monetária é um aspecto fundamental das condições de vida dos pobres que merece muita atenção para a formulação de políticas económicas. Para este fim, é essencial assegurar que os grupos pobres ou os mais vulneráveis foram muito bem identificados. Esta sessão é fundamental no que concerne o seu propósito de avaliar a extensão da pobreza e de identificar claramente quem são os pobres em São Tomé e Príncipe. Os capítulos a seguir permitirão identificar os pobres em termos das suas principais características socioeconómicas e geográficas.

O IOF 2010 permitiu constatar que 66,2% do total da população de São Tomé e Príncipe é pobre. Em outras palavras, 66,2% do total da população tem uma despesa anual per capita inferior a 10,975,730 Dobras, o que corresponde ao limiar de pobreza estimado para o país em 2010, ou seja a despesa per capita de menos de cerca de 30 071 Dobras por dia e per capita.

Tabela 4 : Índices de pobreza absoluta em função de certas características dos agregados e da população

	Situação em relação aos agregados familiares						Situação em relação a população total					
	Índices (%)			Contribuições (%)			Índices (%)			Contribuições (%)		
	P0	P1	P2	P0	P1	P2	P0	P1	P2	P0	P1	P2
Água-Grande	58,5	20,1	9,3	39,6	39,9	40,0	68,3	26,1	12,8	38,5	39,4	39,8
Mé-Zóchi	44,8	14,0	6,3	20,6	18,9	18,3	56,6	19,1	8,9	21,7	19,6	18,8
Cantagalo	50,9	14,8	5,9	9,8	8,3	7,2	65,9	21,1	8,9	9,6	8,2	7,2
Caué	70,6	26,0	12,3	5,2	5,6	5,8	84,5	34,3	17,2	5,3	5,7	5,9
Lembá	61,6	24,1	12,1	8,0	9,2	9,9	73,7	30,7	15,9	8,6	9,6	10,2
Lobata	53,7	19,1	9,0	11,4	11,9	12,1	67,8	26,5	13,3	11,6	12,1	12,5
Príncipe	58,2	23,0	11,4	5,3	6,2	6,6	71,4	29,9	15,4	4,8	5,3	5,7
Total	54,4	18,6	8,6	100,0	100,0	100,0	66,2	24,8	12,0	100,0	100,0	100,0

Dois distritos (Água-Grande, Mé-Zóchi) que representam 62,8% do total da população, explicam conjuntamente 60,2% da pobreza nacional. Em menor grau, Príncipe, com uma taxa de pobreza de 67,8% explica cerca de 12% da pobreza nacional.

Mas se o fenómeno da pobreza é uma preocupação no país, a situação é ainda mais grave nos distritos de Caué, de Lembá, do Príncipe, de Lobata e de Água Grande, os distritos onde se constatou que a profundidade de pobreza é superior ou igual a 25%.

Uma pobreza muito marcada no seio das mulheres

A análise dos índices de pobreza por sexo dos indivíduos mostra que o fenómeno é muito mais acentuado no grupo de mulheres, com uma taxa de pobreza de 71,3% contra 63,4% para os homens (excepto o distrito de Caué onde se constata tanto homens pobres quanto mulheres). Se de maneira sistemática a profundidade da pobreza entre as mulheres é maior do que nos homens, a diferença entre homem e mulher para este indicador é superior a 40% em Mé-Zóchi e mais de 50% em Lobata, contra menos de 10% em todos os outros distritos. Apesar destes resultados, são os homens que explicam 61% da pobreza nacional (ver Tabela 6).

Tabela 5 : Índices de pobreza por sexo em função dos estratos

	Índices de pobreza								
	Incidência da pobreza (P0)			Intensidade de pobreza (P1)			Severidade da pobreza (P2)		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	65,8	71,7	68,3	25,2	27,4	26,1	12,5	13,2	12,8
Mé-Zóchi	52,2	63,9	56,6	16,4	23,5	19,1	7,3	11,5	8,9
Cantagalo	65,4	67,0	65,9	21,0	21,4	21,1	8,8	9,2	8,9
Caué	84,7	83,7	84,5	33,7	37,0	34,3	16,8	19,4	17,2
Lembá	72,2	77,4	73,7	30,1	32,4	30,7	15,4	17,0	15,9
Lobata	59,9	83,2	67,8	22,5	34,4	26,5	10,8	18,0	13,3
Príncipe	68,6	77,7	71,4	29,6	30,9	29,9	15,1	16,0	15,4
Total	63,4	71,3	66,2	23,3	27,2	24,8	11,2	13,4	12,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Se os agregados familiares monoparentais, muito marcados pela forte presença de mulheres líderes têm uma grande percentagem de pobres, estas famílias permitem explicar apenas 31,5% da pobreza nacional. No entanto, eles são caracterizados por um gap de pobreza entre os maiores, estimados em 33,8% para as famílias monoparentais alargadas e em 24,5% para as famílias monoparentais nucleares. Pelo contrário, as famílias do tipo casais com filhos, caracterizadas pela presença relativamente mais forte de homens, por si só representam quase 40% da pobreza nacional. Além disso, nesses agregados familiares, o gap de pobreza é muito menor, estimado em 22,8%. Isto quer dizer que em média essas famílias teriam uma vida melhor do que os agregados do tipo monoparental.

Uma pauperização que parece fortemente depender da situação no emprego

A análise da pobreza de acordo com a condição de actividade e o grupo socioeconómico ilustra o impacto da situação de emprego sobre o nível de vida. De facto, nota-se que o grupo de pessoas mais vulneráveis à pobreza está no conjunto dos desempregados desencorajados (80,1%), desempregados de acordo com a OIT (69,2%), inactivos (68,6%) e empregados (65,0%). Mas a situação do empregado varia de acordo com o grupo socioeconómico a que pertencem. Com efeito, os mais pobres da população empregada estão identificados de forma independente entre o sector privado agrícola com 68,4% de pobres, os independentes do sector privado não-agrícola (67,7%), os trabalhadores do sector público (56,6%) e os trabalhadores do sector privado formal (48,4%). Mas são sobretudo os trabalhadores independentes (agrícola ou não) que contribuem para explicar 65,9% da pobreza

nacional. Os grupos socioeconómicos identificados como o mais precário na ordem de os desempregados, inativos, independentes do sector privado agrícola, o sector privado agrícola e os trabalhadores do sector público com valores de P1 (profundidade da pobreza) estimadas, respectivamente, em 33,7%, 27,7%, 25,7%, 24,1% e 20,1%.

Tabela 6 : Perfil de pobreza da população segundo algumas características sócio económicas dos agregados

	Índices de pobreza FGT (%)			Contribuição (%) para pobreza		
	P0	P1	P2	P0	P1	P2
1. Sexo						
Homens	63,4	23,3	11,2	60,7	59,8	59,4
Mulheres	71,3	27,2	13,4	39,3	40,2	40,6
2. Tipologia do agregado						
Unipessoal	12,1	2,4	0,9	0,5	0,3	0,2
Casais sem filhos	26,1	4,5	1,4	0,8	0,4	0,2
Casais com filhos	65,4	22,8	10,4	39,9	37,2	35,1
Monoparental nuclear	67,3	24,5	12,0	13,8	13,4	13,5
Monoparental alargado	80,8	33,8	17,2	17,7	19,8	20,8
Família alargada	67,5	26,7	13,5	27,4	29,0	30,2
3. Situação de emprego						
Activos ocupados	65,0	82,0	23,5	79,4	11,1	77,3
Desempregados BIT	69,2	4,0	29,7	4,7	15,7	5,1
Desempregados desencorajados	80,1	4,9	37,5	6,2	21,2	7,2
Inativos	68,6	9,0	27,7	9,7	14,3	10,4
4. Grupos socioeconómicos						
Trabalhadores do sector público	56,6	20,1	9,0	14,0	13,3	12,3
Trabalhadores do sector privado formal	48,4	17,0	7,5	2,2	2,0	1,8
Independentes do sector privado agrícola	68,4	25,7	12,6	25,3	25,4	25,8
Independentes do sector privado não agrícola	67,7	24,1	11,3	40,6	38,6	37,4
Desempregados	74,8	33,7	18,5	9,0	10,9	12,3
Inativos	68,6	27,7	14,3	9,0	9,7	10,4
5. Quintil do nível de vida do agregado						
20% mais pobres	100,0	62,0	39,2	30,0	49,8	64,8
2º quintil	100,0	40,2	16,4	30,3	32,6	27,4
3º quintil	100,0	20,2	4,5	30,3	16,4	7,6
4º quintil	31,4	1,5	0,1	9,4	1,2	0,1
20% mais ricos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	66,2	24,8	12,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Os pobres, um grupo na realidade muito heterogéneo

A análise da pobreza a partir da perspectiva de variáveis socioeconómicas e demográficas apresentadas na Tabela 6 abaixo destacou o carácter heterogéneo e multifacetário da pobreza. A análise em termos de quintis de níveis de vida, confirma se necessário o resultado, especialmente após a revisão do gap de pobreza. Este indicador é calculado para os 20% das famílias mais pobres em 62,0%, à 40,2% para os 40% de famílias mais pobres e em 20,2% para o quintil seguinte. O gap de pobreza média para todo o grupo de pobres é estimada em 37,3%, em outras palavras, era necessário aumentar o rendimento médio dos pobres de 37,3% para trazê-los de volta ao nível do limiar de 2010. Este valor está bem acima da média nacional estimada em 24,8%.

Essas famílias pobres são também caracterizadas por uma dimensão média significativamente maior do que a das famílias não-pobres (ver Tabela 9) e são identificadas principalmente entre os casais com filhos (40% de todas as famílias pobres), famílias alargadas (27%) e famílias monoparentais alargadas (18%) e monoparental nuclear (14%). No entanto, a maioria (89%) da população dessas famílias pobres estariam compostas por casais com filhos (37%) em domicílios de família extensa (31%) e os agregados monoparentais alargados (21%).

Os pobres são encontrados muito raramente em agregados unipessoais (0,5%) ou em famílias do tipo casais sem filhos (0,8%) representam 1% e 0,2% do total da população dos pobres. A razão é que para

os pobres, a solidariedade e a partilha dos recursos dos membros da família é uma estratégia adaptativa muito importante para a sobrevivência.

A análise dos padrões de vida das famílias segundo a situação de pobreza e os quintis (ver Tabela 10) mostra uma grande heterogeneidade do nível de vida das famílias. A despesa diária per capita das famílias situando-se entre os 20% mais pobres é estimada em 47 cêntimos de euro (ou 11 535 Dobras), estando o segundo quintil dos agregados familiares com 73 cêntimos (18 000 Dobras), o terceiro, quarto e quinto quintis, respectivamente, este valor é estimado em 98 cêntimos de euro, 1,32 euros e 2,75 euros.

Tabela 9 : Tipologia e características dos agregados familiares segundo a situação de pobreza

	Famílias pobres			Famílias não pobres		
	% agregado	% população	Dimensão média	% agregado	% população	Dimensão média
Unipessoal	0,5	0,1	1,0	7,0	1,6	1,0
Casais sem filhos	0,8	0,2	2,0	4,3	2,0	2,0
Casais com filhos	39,9	36,8	4,9	41,4	44,5	4,3
Monoparental nuclear	13,8	10,9	3,9	13,1	10,4	3,1
Monoparental alargado	17,7	20,9	6,1	8,2	10,1	4,8
Família alargada	27,4	31,0	5,5	25,9	31,0	4,5
Total	100,0	100,0	5,4	100,0	100,0	3,3

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 10 : Perfil da repartição (em %) dos agregados segundo a situação de pobreza e o nível de vida

	Quintis das despesas totais					Total
	Q1	Q2	Q3	Q4	Q5	
Perfil em %						
Pobres	100,0	100,0	100,0	31,2	0,0	66,2
Não pobres	0,0	0,0	0,0	68,8	100,0	33,8
Perfil segundo a despesa anual média per capita (STD)						
Pobres	4 210207	6 571 355	8 785 361	10 479 151	-	7 227 046
Não pobres	-	-	-	12 456 619	24 581 144	20 673 058
Total	4 210207	6 571 355	8 785 361	11 843 707	24 581 144	13 358 385
Valor diário (Em STD)	11 535	18 004	24 069	32 449	67 346	36 598
Valor diário (Em Euros)	0,47	0,73	0,98	1,32	2,75	1,49
Valor diário (Em USD)	0,64	1,00	1,34	1,80	3,74	2,03

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Finalmente, as análises anteriores permitem melhor caracterizar os pobres em São Tomé e Príncipe em 2010. Estes indivíduos são facilmente identificados em comparação com um certo número de variáveis relacionadas com a sua situação na actividade e no emprego, com a tipologia do seu agregado familiar, com a dimensão média e a composição do seu agregado familiar. De facto, se os pobres são de modo geral encontrados no seio de indivíduos que não trabalham (desempregados, inativos), uma categoria de empregados parece viver em condições difíceis. Estes incluem os trabalhadores independentes em geral, mais concretamente aqueles que trabalham no sector privado agrícola e, de menor dimensão, os agentes do sector formal (público, privado). Identificados em agregados com dimensão média relativamente grande (casais com filhos, parentes, famílias alargadas, monoparentais alargadas), a composição das famílias pobres dá uma maior importância aos filhos do chefe (57%) e os seus pais (33%). Estas famílias são caracterizadas, finalmente, como vivendo com um rendimento médio diário per capita inferior a 1 euro, ou seja STD 24 500.

CAPITULO III : SAÚDE E EDUCAÇÃO DAS FAMILIAS E DA POPULAÇÃO

3.1 Situação sanitária da população e das famílias

As condições sanitárias de uma população podem afectar as oportunidades que ela pode capitalizar. O apoio a saúde da população está dependente tanto da oferta de serviços de saúde à custa das autoridades públicas, mas também da dimensão da procura a ser atendida assim como do nível de absorção desta oferta. A presente secção é baseada em dados de inquéritos realizados em 2010 no país para fazer um resumo (a partir de declarações das famílias sobre o seu estado de saúde nos 30 dias anteriores ao inquérito) sobre certos aspectos da oferta de serviços de saúde mas também sobre a avaliação de certos aspectos da procura desses serviços. Com base nestes elementos, é possível pôr em evidência algumas características de saúde da população, mas acima de tudo, avaliar a adequação entre a oferta e a procura dos serviços prestados.

A análise dos pontos 3.1.1 à 3.1.5 relativos a saúde foi realizado em quase 20% da população total, tendo os outros se pronunciado como não tendo tido quaisquer problemas de saúde ou de incidentes ligados à saúde nos últimos 30 dias anteriores ao inquérito.

3.1.1 Morbidade

A análise da taxa de morbilidade fornece uma informação geral sobre a prevalência da situação patológica no país. Este indicador de saúde permite saber a proporção do total da população que está doente ou sofreu algum acidente durante os trinta dias anteriores ao inquérito.

A propensão a declarar todo acidente ou doença parece aumentar com o nível de vida

A análise da tabela 1 mostra que a taxa de morbilidade é estimada em 19,7% a nível nacional (18,3% para o sexo masculino contra 21,1% para as mulheres). Os indivíduos provenientes de famílias não pobres têm, mais do que os provenientes de famílias identificadas como pobres, tendência a declarar ser uma vítima da doença ou vários incidentes. De facto, para cada uma dessas categorias, a taxa de morbilidade é estimada, respectivamente, em 23,4% e 17,8%. Os primeiros dispoem de meios relativamente maiores, identificam-se mais numa lógica de saúde preventiva do que a saúde curativa que caracteriza os últimos. De acordo com o sexo, as mulheres declaram mais facilmente do que os homens a sua condição patológica e é assim, em todos os distritos, com excepção do Príncipe.

Tabela 1: Taxa de morbilidade (%) por sexo segundo o estrato

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	14,4	19,5	17,0	21,3	24,3	23,0	16,4	21,1	18,9
Mé-Zochi	17,6	19,3	18,5	21,9	23,0	22,5	19,4	21,0	20,2
Cantagalo	20,2	23,7	21,9	31,2	31,4	31,3	24,0	26,3	25,1
Caué	12,8	14,8	13,8	22,1	21,5	21,8	14,2	15,9	15,0
Lembá	20,3	21,1	20,7	26,7	26,6	26,6	22,0	22,5	22,3
Lobata	14,7	19,6	17,2	20,4	21,9	21,1	16,6	20,3	18,4
Príncipe	14,3	14,5	14,4	17,6	16,0	16,9	15,3	14,9	15,1
Total	16,1	19,5	17,8	22,6	24,1	23,4	18,3	21,1	19,7

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Este resultado é corroborado pelos dados da tabela 2 que mostram que a taxa de morbilidade aumenta com o nível de vida, de 14,7% de indivíduos identificados nos agregados situando-se entre os 20% mais

pobres, para 18,2 %, 20,4%, 21,5% e 23,6%, respectivamente para os indivíduos identificados nos agregados no segundo, terceiro, quarto e quinto quintis do nível de vida. A segurança sanitária e as condições de vida dos idosos merecem ser analisadas mais profundamente, a fim de corrigir essa tendência.

Uma morbilidade bastante restrita variando entre 15% e 26% em todo o país

Dependendo dos distritos, nota-se que a taxa máxima de morbilidade é pouco mais de 25% (Cantagalo) com um valor mínimo de 15,1% (Príncipe). Em todos os distritos, a morbilidade parece mais preocupante para Cantagalo, com prevalência sistematicamente de mais de 20%, independentemente do quintil do nível de vida considerado.

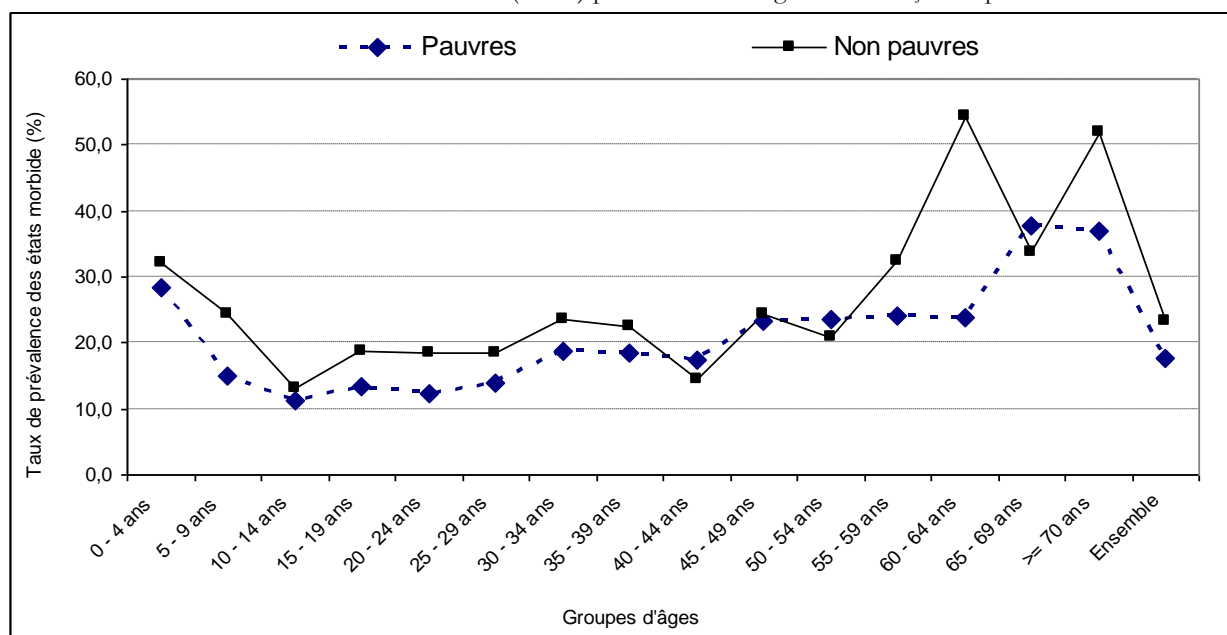
Tabela 2: Taxa de morbilidade segundo o quintil do nível de vida

	Quintil do nível de vida					Total
	20% mais pobres	2 ^{ème} quintil	3 ^{ème} quintil	4 ^{ème} quintil	20% mais ricos	
Água-Grande	15,4	16,5	18,3	24,1	21,2	18,9
Mé-Zochi	11,8	18,3	25,7	18,2	24,0	20,2
Cantagalo	20,2	23,2	21,9	25,9	34,4	25,1
Caué	12,6	14,0	13,4	20,0	22,7	15,0
Lembá	14,0	24,9	23,4	25,2	27,3	22,3
Lobata	15,3	17,6	18,0	18,9	22,8	18,4
Príncipe	14,8	13,7	15,3	16,2	16,1	15,1
Total	14,7	18,2	20,4	21,5	23,6	19,7

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Análise gráfica por grupo de idade da taxa de morbilidade, de acordo com a situação da pobreza mostra que, com poucas excepções, este indicador geralmente se encontra dentro de um intervalo entre 10% e 30% com um valor médio que aproxima dos 20%. As tendências registadas fora do intervalo estão relacionadas com as pessoas com idade superior a 55 anos, mais susceptíveis de serem afectadas nesta idade pelos factores de morbilidade.

Gráfico 1 : Taxa de morbilidade (em %) por faixa etária segundo a situação de pobreza



Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

A prevalência das doenças respiratórias (ver tabela 3) está estimada em 31,6% a nível nacional. Esta situação afecta tanto os indivíduos provenientes de famílias pobres (31,4%) quanto aqueles identificados como pertencentes a agregados não-pobres (31,7%). A prevalência desta condição situa-se acima da média nacional nos distritos de Água Grande (37,9%), do Príncipe (34,9%) e de Mé-Zóchi (32,3%).

O paludismo representa a segunda doença mais comum com uma prevalência estimada em 18,8% a nível nacional. Afecta principalmente pessoas de famílias pobres (21,1%), muito menos do que as de famílias não-pobres (15,4%), provavelmente devido a problemas ligados a qualidade de seu ambiente de vida. A prevalência da malária é maior do que a média nacional nos distritos de Lembá (30,3%), Cantagalo (21,5%) e de Lobata (19,5%).

As outras doenças apresentam uma prevalência global abaixo de 10% a nível nacional, mas com valores superiores a média nacional em alguns distritos. Este é o caso, de Príncipe, Mé-Zóchi, Caué e Lobata no que diz respeito a infecções intestinais. No que diz respeito ao reumatismo, a situação é bastante preocupante em Lembá, Mé-Zóchi e em Caué. Para os problemas de parasitoses, a prevalência registrada em Caué, Mé-Zóchi, Cantagalo e Príncipe está bem acima da média nacional.

Tabela 3 : Taxa de prevalência das principais doenças na população

	Paludismo	Problemas respiratórios	Infecção intestinais	Reumatismo	Problemas de parasitoses	Problemas de hipertensão
Distrito						
Água-Grande	16,8	37,9	5,4	4,5	3,6	5,5
Mé-Zóchi	16,8	32,3	9,8	5,8	8,4	5,5
Cantagalo	21,5	26,8	4,2	4,3	8,2	4,0
Caué	16,9	21,5	8,8	5,6	13,0	4,6
Lemba	30,3	17,9	6,0	6,3	4,3	1,6
Lobata	19,5	27,3	8,5	4,1	4,0	6,0
Príncipe	14,5	34,9	13,3	4,2	7,5	5,3
Estado de Pobreza						
Pobres	21,1	31,7	7,2	4,3	5,8	3,8
Não pobres	15,4	31,4	7,0	5,9	6,1	6,8
Total	18,8	31,6	7,1	4,9	6,0	5,0

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

3.1.2 Taxa de consulta

A análise das taxas de consulta foi feita de duas maneiras: no sentido restrito e amplo. As taxas de consulta no sentido restrito, estão relacionadas com os indivíduos que consultaram durante os 30 dias anteriores ao inquérito sabendo que eles estavam doentes. O teste mede então não o comportamento preventivo dos indivíduos em relação a um estado de doença potencial, mas uma acção curativa específica. Estima-se como sendo a relação de indivíduos que consultaram durante os 30 dias anteriores ao inquérito com o número total de indivíduos que ficou efectivamente doente. A taxa de consulta no sentido amplo por sua vez, mede a prevalência de consulta na população total. Em outras palavras, estima-se como sendo o número de indivíduos que declararam ter consultado, dividido pelo efectivo total da população.

Uma propensão de todos os agregados familiares a consultar com mais frequência os serviços de saúde

Note-se que as taxas globais de consulta, no sentido estrito, das famílias são a favor das famílias não-pobres (86,7%) em relação às famílias pobres (84,9), embora estas duas estimativas não sejam significativamente diferentes. Este resultado ilustra que sendo pobre ou não, mais de 80% dos indivíduos no país, quando ficam doentes, têm bom reflexo de procurar cuidados de uma determinada estrutura de saúde. Este resultado é consistente em todos os distritos, independentemente do estado de pobreza e sexo dos indivíduos em famílias. Este reflexo parece relativamente bem marcado num distrito como o de Caué identificado, aparentemente, como o mais pobre. Por que razão esta contestação? Entre as razões que justifiquem a importância deste indicador, poder-se-ia reter a proximidade dos serviços de saúde provavelmente reforçada pela baixa densidade populacional e o grau de absorção da oferta de serviço público de saúde no país (impacto dos postos médicos, hospitais, centros de saúde, etc.). Isto é discutido em detalhe mais adiante.

Tabela 4 : Taxa de consulta (%) em função do sexo e a situação de pobreza (sentido estrito)

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	84,8	80,6	82,3	93,3	84,3	88,0	88,1	82,0	84,5
Mé-Zochi	89,7	89,7	89,7	85,8	86,4	86,1	87,8	88,1	88,0
Cantagalo	88,7	87,5	88,1	84,2	85,2	84,7	86,6	86,6	86,6
Caué	91,6	89,1	90,3	86,4	87,0	86,7	90,4	88,7	89,5
Lembá	75,3	88,8	82,1	86,2	93,2	89,7	78,8	90,1	84,5
Lobata	81,6	81,6	81,6	79,7	87,0	83,2	80,8	83,3	82,2
Príncipe	81,0	85,8	83,4	86,5	93,9	89,8	82,9	88,2	85,5
Ensemble	85,1	84,7	84,9	87,3	86,1	86,7	86,0	85,2	85,6

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Uma estratégia de saúde preventiva como característica principal das famílias não pobres

A análise da taxa de consulta em termos desta abordagem combina duas dimensões; uma relativa à saúde curativa e outra a saúde preventiva. Nesta base, regista-se comportamentos muito diferentes das pessoas de famílias pobres e não pobres, mas também entre homens e mulheres. De facto, sistematicamente, as mulheres procuram consultar naturalmente mais do que os homens com a finalidade de seguir a saúde da mãe e da criança. Dependendo da situação da pobreza, o valor deste indicador é maior em famílias não-pobres do que em famílias pobres. Ao contrário da análise anterior, nota-se que os valores para este indicador de saúde são mais baixos nos distritos identificados como os mais pobres (Caué, Lobata e Príncipe), mas maior naqueles considerados entre os mais ricos.

Tabela 4 : Taxa de consulta (%) em função do sexo e a situação de pobreza (sentido lato)

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	12,2	15,7	14,0	19,8	20,5	20,2	14,5	17,3	16,0
Mé-Zochi	15,8	17,3	16,6	18,7	19,9	19,3	17,1	18,5	17,8
Cantagalo	17,9	20,8	19,3	26,3	26,8	26,5	20,8	22,8	21,8
Caué	11,7	13,2	12,4	19,1	18,7	18,9	12,8	14,1	13,4
Lembá	15,3	18,7	17,0	23,0	24,8	23,9	17,3	20,3	18,8
Lobata	12,0	16,0	14,0	16,3	19,1	17,6	13,4	16,9	15,1
Príncipe	11,6	12,4	12,0	15,2	15,1	15,2	12,7	13,1	12,9
Todos	13,7	16,5	15,1	19,7	20,7	20,3	15,7	18,0	16,9

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

3.1.3 Agentes de saúde consultados em caso de doença

Os dados do inquérito de 2010 podem distinguir dois tipos de ofertas de serviços de saúde: uma oferta pública que constituída pelos serviços prestados pelos hospitais, postos médicos e centros de saúde. A oferta privada tem duas componentes, uma formal e outra informal. A componente formal da provisão privada de serviços de saúde tem em conta os serviços prestados por clínicas particulares, enfermarias e farmácias privadas. Quanto à componente não-formal (informal), a oferta de serviços privados de saúde tem em conta as prestações dos massagistas, dos terapeutas, dos curandeiros e de outros agentes.

Uma elevada absorção da oferta de serviços públicos de saúde

Os dados da tabela 5 mostram que 82,1% dos serviços de saúde são prestados por estruturas que podem ser do sector público (hospital, centro médico, centro de saúde), contra apenas 13,6% prestados pelos agentes ou entidades formais do sector privado (clínica, hospital, farmácia) e apenas 5% pelos operadores não-formais do sector da saúde (massagistas, médicos tradicionais (curandeiros), outros.).

Este perfil não varia significativamente em todas as situações de pobreza e quintil do nível de vida (tabela 6) a que pertence à família. Este resultado demonstra não só uma grande acessibilidade aos serviços de saúde públicos em todo o território nacional, como também um alto nível de absorção desses serviços pela população.

Tabela 5 : Perfil dos principais serviços consultados no caso de doença

	Hospital	Clínica privada	Infirmaria privada	Posto medico	Centro de saúde	Farmácia	Curandeiro	Massagista	Outros	Total
Água-Grande	39,8	11,7	5,3	34,5	3,2	0,6	0,8	0,6	3,7	100,0
Mé-Zochi	37,9	11,7	3,5	42,4	1,1	2,5	0,5	0,1	0,3	100,0
Cantagalo	29,6	6,9	2,2	50,2	2,4	0,9	0,2	1,3	6,1	100,0
Caué	47,0	0,4	0,4	29,2	15,1	0,4	0,5	0,8	6,3	100,0
Lembá	70,9	1,1	0,7	23,3	0,4	-	-	1,1	2,5	100,0
Lobata	41,8	6,7	3,1	39,0	3,1	1,0	-	1,8	3,4	100,0
Príncipe	71,2	2,6	-	20,0	0,6	-	-	0,7	4,9	100,0
Total	42,2	9,0	3,5	37,3	2,6	1,1	0,5	0,7	3,1	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 6 : Perfil dos principais serviços consultados no caso de doença segundo o estatuto de pobreza e o nível de vida

	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
Hospital	41,3	43,5	43,9	41,9	37,4	41,4	46,3	42,2
Clínica privada	9,0	9,1	4,7	8,2	13,0	9,6	8,4	9,0
Infirmaria privada	3,1	4,0	3,3	3,7	3,2	4,5	2,8	3,5
Posto médico	37,6	36,8	38,2	38,2	37,1	35,5	37,9	37,3
Centro de saúde	3,2	1,7	2,8	2,8	3,4	3,0	1,3	2,6
Farmácia	1,6	0,3	1,3	0,1	3,6	0,4	0,2	1,1
Curandeiro	0,2	0,8	0,8	-	-	1,5	-	0,5
Massagista	0,9	0,5	0,4	1,6	0,6	0,5	0,5	0,7
Outros	3,0	3,3	4,7	3,5	1,6	3,5	2,7	3,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

3.1.4 Acessibilidade financeira aos serviços de saúde

A tabelas 7 e 8 são usadas para formular uma ideia sobre a acessibilidade financeira aos serviços de saúde. Este último é avaliado a partir da análise das despesas médias anuais de saúde da família. Estas representam uma média de 2,8% da despesa total média anual das famílias e essa proporção varia entre 1% e 3,8%. A parcela do orçamento das despesas de saúde no total do agregado familiar não parece portanto, a priori, muito onerosa para as famílias, mesmo aquelas identificadas como as mais pobres.

A análise da estrutura dos gastos em saúde por tipo mostra que as prestações sanitárias que absorvem a maior parte do orçamento das famílias pobres são a compra de medicamentos e materiais terapêuticos (65,6%), serviços dos paramédicos (11,3%) e serviços hospitalares (8,9%). Nas famílias não-pobres, o maior custo dos serviços de saúde, além de compras de medicamentos e equipamentos terapêuticos (54,3%), são as aquisições de materiais e equipamentos farmacêuticos (23,6%).

Finalmente, pode-se considerar que o aumento da oferta de serviços de saúde tem a ver com o maior acesso a medicamentos e produtos farmacêuticos, mas também aos serviços hospitalares e de paramedicina, especialmente para as famílias mais pobres.

Tabela 7 : Despesas médias de saúde por tipo de serviço segundo o lugar de residência
(Em mil Dobras)

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Medicamentos e materiais terapêuticos	240 593	308 084	372 822	104 418	134 124	467 626	155 023	263 450
Outros produtos e materiais farmacêuticos	140 567	243 322	698 66	70 279	35 474	129 124	99 855	167 996
Aparelhos e materiais terapêuticos	3 019 011	1 922 780	-	-	-	-	-	2 657 325
Serviços médicos	162 211	282 417	1 105 88	71 511	47 693	198 168	249 881	171 950
Serviços dentários	113 049	373 041	80 000	10 000	125 000	208 906	200 000	191 359
Serviços paramédicos	221 828	117 761	151 649	86 364	235 197	65 993	150 472	180 657
Serviços hospitalares	592 041	323 287	200 000	83 750	72 727	1 106 000	415 560	536 003
Despesas médias de saúde	396 531	431 686	393 207	128 127	177 978	503 326	235 259	377 852
Em % da despesa média dos agregados	3,0	3,2	2,9	1,0	1,3	3,8	1,8	2,8

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 8 : Estrutura das despesas médias de saúde por tipo de serviço segundo o estatuto de pobreza e o nível de vida
(Em milhares de Dobras)

	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
Medicamentos e materiais terapêuticos	65,6	54,3	73,7	50,7	67,9	71,2	50,1	58,0
Outros produtos e materiais farmacêuticos	5,7	11,1	4,2	10,2	4,1	2,9	13,5	9,3
Aparelhos e materiais terapêuticos	-	12,5	-	-	-	4,2	14,6	8,5
Serviços médicos	6,8	7,3	4,8	6,0	7,4	6,3	7,9	7,1
Serviços dentários	1,8	1,4	0,4	4,8	0,7	1,8	1,1	1,5
Serviços paramédicos	11,3	7,1	6,3	21,4	7,6	6,6	7,2	8,4
Serviços hospitalares	8,9	6,3	10,6	6,8	12,3	7,1	5,5	7,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

3.1.5 Satisfação em relação aos serviços de saúde

A baixa densidade populacional teria um impacto significativo sobre a acessibilidade aos serviços de saúde? Se se pode a priori pensar, deve-se reconhecer também que se está, certamente perante uma prestação de serviços de saúde que parece bastante diversificada e adaptada para a procura da

população. Além disso, o custo financeiro de acesso a estes benefícios de saúde que não parecem proibitivos justifica certamente que 79% dos indivíduos inquiridos estivessem geralmente satisfeitos durante as consultas efetuadas junto dos serviços de saúde nos últimos 30 dias anteriores ao inquérito. Os pobres (80,7%) parecem ainda mais satisfeitos do que os não-pobres (76,4%).

Apesar desta constatação geral positiva, os indivíduos que consultaram os 30 dias que antecederam o inquérito de 2010 consideraram que devem ser feitos esforços para melhorar a qualidade dos serviços, particularmente em relação aos tempos de espera relativamente longos, aos custos por vezes um pouco proibitivo para certos serviços, a ausência de medicamentos na estrutura visitada, a ineficiência do tratamento administrado e a higiene em geral do estabelecimento. Uma série de factores, certamente relacionados com o civismo e a atitude do pessoal da saúde explica 2,9% do nível de insatisfação da população.

Tabela 9 : Problemas encontrados pelos indivíduos consultados segundo o meio de residência

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Nenhum problema (satisfeito)	77,0	73,7	82,2	88,8	86,0	83,6	87,9	79,0
Estabelecimento indecente	1,4	0,3	0,6	1,2	0,6	2,0	0,4	1,0
Tempo de espera muito longo	11,3	13,0	9,4	1,5	4,2	5,8	5,3	9,8
Agente pouco capacitado	0,8	1,6	0,0	0,4	0,5	0,0	1,2	0,8
Falta de equipamento	1,4	2,0	0,2	0,0	0,0	0,4	2,0	1,2
Muito custoso	2,6	2,1	1,8	0,8	1,7	2,1	0,0	2,1
Falta de medicamentos	1,3	1,4	3,5	1,3	0,8	2,5	1,4	1,7
Tratamento ineficaz	3,0	1,1	0,7	1,6	0,3	0,0	0,3	1,5
Problema de corrupção	0,3	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Outros	0,9	4,9	1,5	4,6	6,0	3,3	1,5	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 10 : Problemas enfrentados por pessoas consultadas pela situação de pobreza e de vida

	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não Pobres	20% mais pobres	2ºme quintil	3ºme quintil	4ºme quintil	20% mais ricos	
Nenhum problema (satisfeito)	80,7	76,4	79,5	78,2	83,8	77,0	77,0	79,0
Estabelecimento indecente	1,0	0,9	0,9	1,2	1,1	1,6	0,3	1,0
Tempo de espera muito longo	9,0	10,9	6,9	14,3	6,7	10,0	10,5	9,8
Agente pouco capacitado	1,0	0,5	1,0	0,9	0,6	1,4	0,3	0,8
Falta de equipamento	0,8	1,7	0,8	1,2	0,8	2,4	0,7	1,2
Muito custoso	1,5	3,0	2,3	1,0	1,4	1,4	4,0	2,1
Falta de medicamentos	1,4	2,0	2,0	0,8	1,4	2,1	2,0	1,7
Tratamento ineficaz	1,1	2,2	0,9	0,4	1,8	1,2	2,9	1,5
Problema de corrupção	0,0	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,5	0,1
Outros	3,4	2,0	5,8	2,2	2,5	2,9	1,9	2,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

3.1.6 Principais razões de não consulta de serviços de saúde

A análise dos indivíduos que sofreram uma situação de morbilidade durante os 30 dias que antecederam o inquérito abrangeu cerca de 20% da população total. Neste grupo, verificou-se que 14,4% dos indivíduos, ou cerca de 4.800 pessoas não consultaram junto de uma dada instituição de Saúde (formal ou não). Os principais motivos de não terem consultado normalmente declarados pelos inquiridos estão resumidos como se segue:

- Sem dinheiro (29,7%);
- Doença passageira (28,8%);
- Prática de automedicação (15,9%);
- Distância do local de saúde em relação a casa (4,3%);
- Má qualidade de serviço (0,6%);
- Ninguém em casa para monitorar as crianças na ausência dos encarregados da educação (0,2%).

Este perfil não muda fundamentalmente de acordo com o estado de pobreza. No entanto, isso varia muito quando se considera quintis do nível de vida. Nota-se nestas populações, dois comportamentos bastante negativos em relação as preocupações de saúde pública:

- uma prática muito comum de automedicação no grupo das famílias identificadas como não-pobres, especialmente os dos terceiros quarto e quinto quintis, muito maiores do que o registrado no grupo das famílias pobres;
- uma propensão muito maior, especialmente em famílias pobres a subestimar a medida de seu estado de doença (importância das doenças designadas como passageiras).

Da mesma forma, a importância da rubrica "outros" que representa quase 20% dos motivos de não consultar melhor, permite aprofundar mais este ponto nos inquéritos futuros. Parece muito importante para que não esconda outras preocupações relevantes.

Tabela 11 : Principais motivos de não ir a consulta segundo o estrato

	Água-Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Ensemble
Distância do local	2,8	3,7	11,5	6,6	4,5	2,8	3,6	4,3
Falta de dinheiro	18,0	50,4	31,7	29,6	20,2	37,0	24,6	29,7
Doença passageira	40,1	17,2	8,2	35,6	40,4	21,8	32,3	28,8
Prática da automedicação	31,2	0,0	5,8	3,2	11,3	10,1	17,6	15,9
Ninguém para ficar com as crianças	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,6	0,0	0,2
Má qualidade do serviço	0,0	2,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,6
Outros	7,9	25,7	42,8	25,0	23,6	26,8	22,0	20,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 12 : Principais motivos de não consultar segundo a situação de pobreza e o nível de vida

	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2° Quintil	3° Quintil	4° Quintil	20% mais ricos	
Distância do local	4,2	4,4	6,5	3,2	3,7	5,6	2,7	4,3
Falta de dinheiro	29,1	30,8	34,1	35,1	21,9	30,1	29,0	29,7

Doença passageira	31,2	24,8	35,4	30,2	31,2	24,5	24,1	28,8
Prática da automedicação	15,2	16,9	9,6	7,4	23,2	20,7	16,1	15,9
Ninguém para ficar com as crianças	0,3	0,0	0,0	0,0	0,9	0,0	0,0	0,2
Má qualidade do serviço	0,0	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	3,0	0,6
Outros	20,0	21,4	14,4	24,1	19,1	19,0	25,1	20,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Para além destes resultados, a análise das principais razões de não consultar, reveladas por 3% da população total, pode chamar a atenção para algumas preocupações. Na verdade, essas razões de não consultar ocultam realmente um pouco as restrições financeiras ao acesso aos serviços de saúde (sem dinheiro, doença temporária, a prática de automedicação). Em resposta, o que exigirá ainda mais investigação sobre este ponto.

No geral, a cobertura da saúde é globalmente boa e parece satisfazer as pessoas tendo em conta as taxas de satisfação estimadas. Se a oferta pública de serviços de saúde cobre as necessidades da maioria das pessoas, uma atenção especial deve ser dada igualmente ao desenvolvimento do sector privado de forma a assegurar e / ou harmonizar os custos da prestação em conformidade com a classe e o tipo de estruturas de serviço desejado junto das estruturas vizinhas. A diversificação não só das entidades responsáveis pelo fornecimento de serviços de saúde, mas também da pirâmide da saúde, é uma estratégia que deve ser encorajada com vista a reduzir o custo dos serviços prestados.

3.2 Escolarização e alfabetização no país

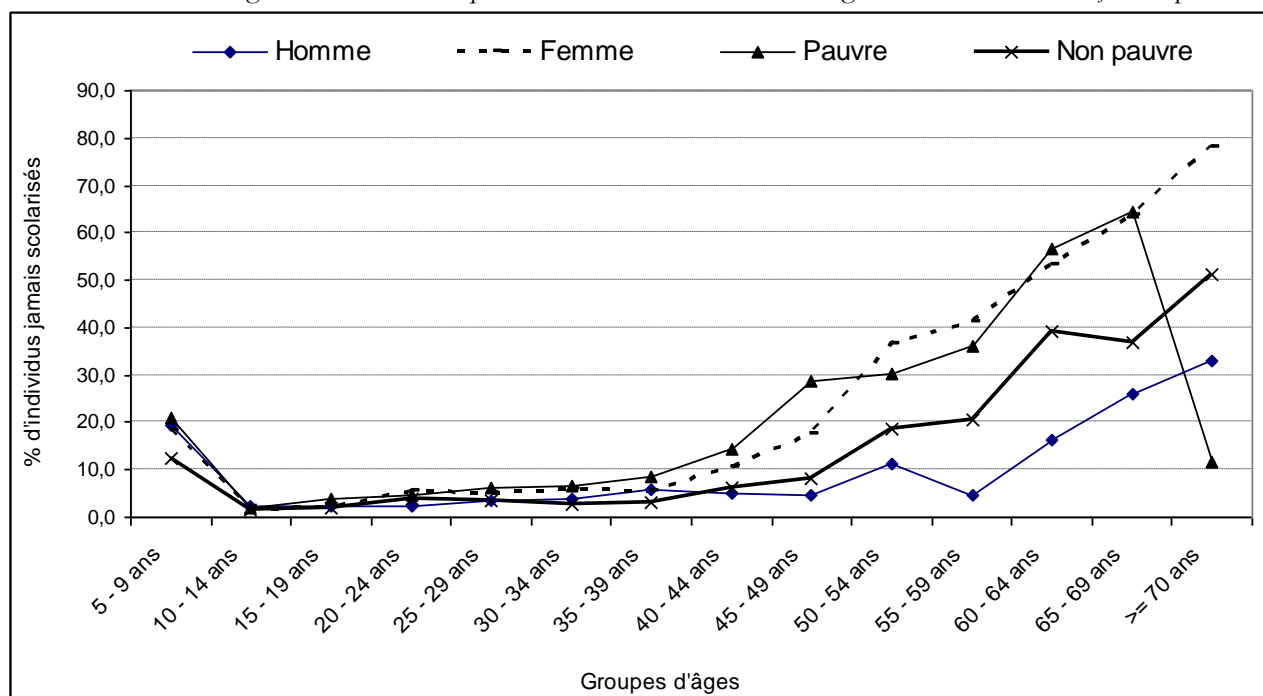
O módulo sobre a escolarização refere-se a indivíduos de 5 e mais anos de idade, ou seja cerca de 138,073 indivíduos dos quais 10,8% nunca frequentaram a escola. A evolução por faixa etária da percentagem de indivíduos de 5 e mais anos de idade e que nunca frequentaram a escola permite destacar vários ensinamentos, dependendo se se considera o sexo dos indivíduos ou a sua situação de pobreza.

A percentagem de indivíduos que nunca foram matriculados é estimada em 2010 em 10,8% em São Tomé e Príncipe (7,5% para o sexo masculino contra 13,5% para as mulheres). De acordo com o sexo, há uma diferença clara entre homens e mulheres em termos deste indicador, em detrimento das mulheres. De facto, a partir do grupo etário 35-39 anos, tem havido um crescente fosso entre o homem e a mulher por um lado e entre pobres e não pobres por outro. A diferença entre homens e mulheres parece ser devido a um efeito de geração para os indivíduos nascidos entre 1940 e 1970, período durante o qual a inscrição de meninas não parecia ser uma preocupação tão importante como é hoje. Na altura, era certamente necessário encorajar as matrículas de meninos, enquanto que as meninas deviam aprender tarefas especialmente domésticas.

Em relação a situação de pobreza, nota-se que a percentagem de indivíduos já inscritos foi de 11,8% para os indivíduos de famílias pobres, contra 8,9% para os de famílias não-pobres. Este resultado tem em conta não apenas a realidade social mencionada acima, como também os recursos de que dispõem as famílias. As famílias não-pobres tendem a enviar mais os seus filhos a escola do que as famílias pobres.

Para os mais jovens (com idade inferior a 40 anos), a taxa de não escolarização é geralmente inferior a 10%, tanto em meninas como em meninos, refletindo, em certa medida o ponto de honra que os Governos ou mesmo as famílias concordam em estimular a escolaridade de cada vez mais crianças e de forma mais sustentável.

Gráfico 1: Percentagem de indivíduos que nunca foram escolarizados segundo o sexo e a situação de pobreza



Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

3.2.1 Instrução e escolarização

O cálculo dos indicadores de matrícula (taxa bruta, taxa líquida) para cada nível de ensino (primário, secundário, superior) foi baseado nos seguintes parâmetros, usualmente partilhados no país (ver tabela 1).

Tabela 1 : Parâmetros utilizados para o cálculo dos indicadores de escolarização

Níveis	Ciclo	Duração em anos de estudos	Classes de idades
Primário	1 ^{er} ciclo	4 anos	6 – 11 anos
	2 ^{ème} ciclo	2 anos	
Secundário	1 ^{er} ciclo	4 anos	12 – 18 anos
	2 ^{ème} ciclo	3 anos	
Superior	-	4 anos	19 – 22 anos

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Um nível de instrução das populações ainda muito baixo

Os indicadores de escolaridade e de instrução permitem ter uma ideia geral sobre a qualidade do capital humano no país. Em São Tomé e Príncipe, o nível de recursos humanos parece bastante problemático, dado que 93,7% da população tem um nível de educação não superior a primária, e apenas 6%, tem um nível de educação igual ou superior ao secundário. Constata-se que não há grande distinção líquida entre homem e mulher, mas ela é muito acentuada entre pobres e não pobres em todas as modalidades de educação (nenhum nível, primário, secundário, superior).

A análise da idade média dos indivíduos (26,3 anos com 25,5 anos para homens e 27 anos para as mulheres) de acordo com seu nível de educação comprova que há uma população de adultos caracterizada por um baixo nível de escolaridade (primário). Este resultado não varia significativamente com a situação de pobreza.

Tabela 2: Níveis de instrução de acordo com o estado de pobreza e género

	Pobres						Não pobres						Total					
	Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total	
	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média
Nenhum	73,1	23,0	77,8	26,7	75,5	25,0	62,6	29,3	67,2	29,8	65,0	29,6	69,5	24,9	74,1	27,7	71,9	26,4
Primário	21,7	25,2	18,4	23,2	20,0	24,3	25,5	27,0	24,8	25,5	25,1	26,3	23,0	25,9	20,6	24,2	21,8	25,1
Secundário	5,1	27,7	3,8	26,7	4,4	27,2	11,1	31,9	7,7	29,8	9,3	31,0	7,2	29,9	5,1	28,3	6,1	29,2
Superior	0,1	30,1	0,1	19,5	0,1	26,4	0,8	32,7	0,3	25,4	0,5	30,4	0,3	32,1	0,2	23,8	0,2	29,4
Total	100,0	23,7	100,0	26,1	100,0	24,9	100,0	29,0	100,0	28,8	100,0	28,9	100,0	25,5	100,0	27,0	100,0	26,3

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Uma dinâmica de escolarização muito positiva no grupo dos agregados pobres

A tabela 3 tenta avaliar o nível de instrução das pessoas cuja escolarização está em curso, durante o tempo de inquérito de acordo com seu nível de educação. Este pressupõe que as taxas de escolarização bruta são relativamente altas, porque a idade média por nível de ensino (primário, secundário, superior) está bem acima da média de idade teórica (respectivamente 8,5 anos, 15 e 20,5 pra o primário, secundário e superior respectivamente). Além disso, constata-se que a idade média dos indivíduos escolarizados de provenientes de famílias pobres é sistematicamente mais baixo do que a dos indivíduos de famílias não-pobres para todos níveis de ensino considerados e, naturalmente, idade média dos pobres é mais fraca (12, 7 anos) do que a dos não-pobres (14,1 anos). Isso certamente poderia revelar dois comportamentos específicos para todas as famílias, mas particularmente para as famílias não-pobres. Trata-se ou de uma propensão deste último em ficar um pouco atrasado no processo de ensino (repetição, primeira inscrição no ensino primário tardia), ou de um claro desejo de melhorar seu nível escolar através de aulas de recuperação de alfabetização.

Tabela 3: Nível de instrução segundo a situação de pobreza e o sexo dos indivíduos actualmente escolarizados

	Pobres						Não pobres						Total					
	Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total		Homem		Mulher		Total	
	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média	%	Idade média
Nenhum	74,6	11,3	74,5	11,0	74,6	11,1	65,0	12,1	67,7	11,7	66,5	11,9	71,8	11,5	72,2	11,2	72,0	11,4
Primário	20,2	16,6	22,1	16,8	21,1	16,7	26,6	18,0	25,6	18,4	26,1	18,2	22,1	17,1	23,3	17,4	22,7	17,3
Secundário	4,5	22,2	3,3	19,0	4,1	20,9	6,7	23,6	6,0	21,4	6,3	22,5	5,4	22,7	4,2	20,1	4,8	21,6
Superior	0,2	22,6	0,2	19,5	0,2	21,2	1,7	30,1	0,7	22,8	1,2	27,9	0,6	28,5	0,3	21,7	0,5	26,3
Total	100,0	12,9	100,0	12,5	100,0	12,7	100,0	14,8	100,0	14,1	100,0	14,4	100,0	13,5	100,0	13,1	100,0	13,3

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Um esforço deve ser feito para encorajar a escolarização na educação de base

A escolaridade das crianças pode ser medida pela taxa de escolarização bruta e líquida. Uma taxa bruta superior a 100 significa que, de facto, existe, para um nível de escolaridade considerado, indivíduos cuja idade não está na faixa normal. Isto pode ser explicado quer por uma elevada taxa de repetição, quer por entrada prematura no sistema de ensino, ou ainda por uma entrada tardia no sistema. Uma análise mais objetiva será conduzida, de preferência, através da taxa de escolarização líquida.

Globalmente, as taxas bruta e líquida são, respectivamente, 136,1% e 87,5%. Isso indica uma grande frequência escolar importante ao nível do ensino primário. Em geral, há uma ligeira diferença em favor dos meninos (de 139,6% e 88,7% respectivamente para a taxa de escolarização bruta e líquida) em comparação com as meninas (respectivamente 132,7% e 86,5%).

A análise a seguir segundo a situação de pobreza mostra as tendências significativamente mais elevadas para os indivíduos provenientes de famílias não pobres em comparação com aqueles de famílias pobres, a taxa bruta e líquida é estimada em 141,5% e 90,7% respectivamente para o primeiro contra 139,9% e 89,8% para o segundo. As diferenças mais importantes de escolarização bruta entre os não-pobres e os pobres são registadas nos distritos de Caué e de Mé-Zóchi e na ordem dos 20%.

É também digno de nota que as taxas brutas são bem superiores a 100% em todos os distritos. Isto pode ilustrar os esforços do governo para incentivar os pais a matriculem os seus filhos na escola primária.

Insuficiências muito notáveis no sistema educativo primário

Além disso, a diferença entre taxa de escolarização bruta e líquida pode ser interpretada como um indicador de problemas específicos no sistema de ensino para o nível de escolaridade considerado. Quanto maior for esta diferença, mais os indivíduos matriculados nas escolas primárias têm uma idade que não está incluída na faixa normal de matrículas no ensino primário (6-11 anos). Esta diferença é superior a 50% nos distritos de Mé-Zóchi (58,4%), de Caué (54,6%), de Lobata (53,6%) e Lembá (51,7%). Nos distritos onde é inferior a 50%, esta diferença é maior do que 40%. Se esses resultados refletem uma política activa de educação promovida pelo Governo nos últimos anos, será necessário no futuro fazer maiores esforços para cumprir as normas mais convencionais de escolarização primária. Isso irá reduzir os atrasos de escolarização na escola primária, mas também as matrículas prematuras. Quanto aos atrasos devidos à repetição escolar, maiores esforços devem ser encetados pelo Governo para resolvê-los. Esses esforços incluem a melhoria da qualidade dos programas, o reforço das capacidades do corpo docente, a melhoria das condições de trabalho para professores e alunos.

Fora dessas considerações, a 2^a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) estipula "garantir a educação primária para todos". Este objectivo deverá ser atingido no contexto de São Tomé e Príncipe. Todavia, este resultado está longe, como tal, de melhorar as condições de vida das populações. Deve ser indispensável, completar este indicador com uma série de indicadores mais qualitativos (taxa líquida de matrícula, nível mínimo aceitável de abandono escolar entre os níveis primário e secundário, a taxa de alfabetização entre pessoas com 15 anos e mais, etc.). Tais disposições permitirão alterar a estrutura da pirâmide da educação com uma proporção relativamente elevada de indivíduos que apresentam um nível superior ao primário.

Tabela 4 : Taxa de escolaridade (bruta, líquida) no primário por estrato segundo a situação de pobreza e o sexo

Meio de residência	Indicadores de Escolarização	Pobres			Não pobres			Total		
		Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	TBE	133.8	122.2	128.0	129.0	135.2	132.3	132.5	126.0	129.2
	TLE	89.8	83.5	86.6	91.8	92.9	92.4	90.3	86.3	88.3
Mé-Zóchi	TBE	153.1	127.3	138.7	166.6	152.0	158.1	157.6	136.0	145.4
	TLE	90.1	83.1	86.2	90.3	87.2	88.5	90.2	84.5	87.0
Cantagalo	TBE	134.6	131.7	133.2	139.4	133.0	135.8	135.7	132.1	133.9
	TLE	90.1	88.5	89.3	89.9	94.2	92.3	90.0	90.1	90.1
Caué	TBE	147.5	127.9	137.7	166.3	151.0	157.5	148.8	130.1	139.3
	TLE	86.5	84.8	85.7	72.6	73.7	73.3	85.5	83.8	84.7
Lemba	TBE	135.8	140.9	138.2	116.2	145.6	129.4	131.5	141.9	136.3
	TLE	81.8	85.4	83.5	84.0	95.1	88.9	82.3	87.4	84.6
Lobata	TBE	139.5	138.7	139.1	125.8	158.5	141.2	135.9	143.6	139.7

Meio de residência	Indicadores de Escolarização	Pobres			Não pobres			Total		
		Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
	TLE	83.9	87.0	85.4	86.8	89.5	88.1	84.7	87.6	86.1
Príncipe	TBE	137.7	135.4	136.6	146.1	120.0	132.8	139.4	132.1	135.8
	TLE	91.2	88.5	89.9	90.7	95.0	92.9	91.1	89.9	90.5
Total	TBE	139.5	128.7	134.0	139.9	142.9	141.5	139.6	132.7	136.1
	TLE	88.3	84.8	86.5	89.8	90.7	90.3	88.7	86.5	87.5

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Um grande abandono escolar entre os ciclos primário e secundário

As diferenças entre as taxas (bruta, líquida) no ensino primário e secundário são muito claras, mais de 50% para cada um dos indicadores considerados. Estes resultados demonstram a relevância/peso do abandono escolar no país à medida que se avança do primário para o secundário. Com efeito, a taxa bruta no segundo ciclo, em 2010 é estimado em 53,3% (contra 136,1% para a taxa bruta no primário), contra 35,3% para a taxa líquida na escola secundária (contra 87,5% para a taxa bruta no primário). Os valores da taxa de escolarização líquida no ensino secundário permitem destacar dois grupos de distritos: aqueles com valores muito baixos para este indicador, menos de 30% e aqueles em que este indicador está entre 30% e 50%. No primeiro grupo encontram-se os distritos de Lembá (19,7%), Caué (28,1%) e Cantagalo (29,5%) e, no segundo grupo, Água-Grande (43,2%), Mé-Zóchi (34,8%), Príncipe (33,2%) e Lobata (30,8%). Esta classificação reflecte uma disparidade significativa na taxa de escolarização no ensino secundário por distrito. Esta disparidade é acompanhada não só por uma discriminação de género, mas também de acordo com o estatuto de pobreza. De acordo com o sexo, os homens passam mais tempo na escola do que as mulheres, e os indivíduos de famílias não-pobres, mais frequentemente do que as de famílias pobres.

As taxas líquidas de escolarização no ensino secundário são geralmente bastante médias (sistematicamente abaixo de 50%) e muito baixas em alguns distritos (inferiores a 20%). Estes resultados sugerem que os esforços do governo na educação primária não são os mesmos para o nível de ensino secundário. Em linha com o objectivo 2 dos ODM (garantir educação para todos), recursos significativos parecem ter sido mobilizados para incentivar e promover a educação básica em detrimento de outros níveis.

Tabela 5 : Taxa de escolaridade (bruta, líquida) no secundário por estrato segundo a situação de pobreza e o sexo

Distrito de residência	Indicadores de Escolarização	Pobres			Não pobres			Total		
		Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	TBE	55,4	57,8	56,6	116,4	80,9	96,2	70,5	64,6	67,5
	TLE	33,8	41,5	37,7	64,9	52,2	57,7	41,5	44,7	43,2
Mé-Zóchi	TBE	51,7	44,3	48,1	44,9	51,9	48,4	49,1	47,3	48,2
	TLE	37,2	29,9	33,7	33,4	39,6	36,5	35,7	33,8	34,8
Cantagalo	TBE	38,3	40,3	39,2	50,3	45,5	48,0	41,4	41,8	41,6
	TLE	25,9	32,5	28,9	31,8	30,3	31,1	27,4	31,9	29,5
Caué	TBE	41,4	40,2	40,8	55,7	71,1	66,7	42,2	44,7	43,4
	TLE	24,4	28,3	26,2	19,6	54,5	44,6	24,1	32,1	28,1
Lembá	TBE	30,6	22,9	26,9	60,8	52,7	55,8	35,8	30,7	33,2
	TLE	19,1	13,6	18,4	31,0	31,7	31,5	21,2	18,3	19,7
Lobata	TBE	44,3	39,3	42,0	65,9	51,5	57,8	49,0	42,9	46,1
	TLE	32,3	30,2	31,3	32,9	26,4	29,3	32,4	29,1	30,8
Príncipe	TBE	41,4	50,8	46,2	51,5	124,4	88,8	43,7	67,8	56,1
	TLE	23,7	36,9	30,5	28,5	55,7	42,4	24,8	41,2	33,2
Total	TBE	47,9	46,8	47,3	71,6	64,5	67,8	54,2	52,3	53,3
	TLE	31,4	33,4	32,4	42,9	42,3	42,6	34,5	36,2	35,3

Um sistema de ensino ainda com espaço para melhorias

A análise das taxas de escolarização demonstra os esforços que as autoridades do sistema nacional de educação deverão levar a cabo para melhorar a situação. Com efeito, a análise da taxa de escolarização (bruta, líquida) para todos os níveis fornece tendências globalmente médias para estes indicadores: uma taxa bruta estimada em 79,4% e uma taxa líquida de 41,7%. As diferenças de estatuto de pobreza são muito marcadas, muito mais do que as entre os homens e mulheres. As taxas brutas para todos os níveis variam de 74% para os indivíduos das famílias mais pobres para 87,9% para os que se encontram entre os 20% mais ricos. A taxa líquida, esta, varia entre 38% e 45% e não permite constatar uma diferença significativa entre os pobres (41,7%) e não-pobres (41,8%).

Tabela 6 : Taxa bruta/líquida de escolarização de todos os níveis por sexo segundo a situação de pobreza

	Homem		Mulher		Total	
	TBE	TLE	TBE	TLE	TBE	TLE
Situação de pobreza						
Pobres	78.9	41.3	75.9	42.0	77.4	41.7
Não pobres	85.4	41.7	83.1	41.9	84.2	41.8
Quintil do nível de vida						
20% mais pobres	77.6	36.7	71.3	41.3	74.6	38.9
2º quintil	78.1	43.0	74.9	39.8	76.5	41.4
3º quintil	80.8	46.1	81.2	42.7	81.0	44.5
4º quintil	82.7	40.1	77.3	44.0	79.7	42.3
20% mais ricos	86.8	41.7	88.9	42.3	87.9	42.0
Total	80.7	41.4	78.2	42.0	79.4	41.7

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

3.2.2 Principais motivos da não escolarização dos indivíduos na idade escolar

No momento do estudo, um grupo de indivíduos foi identificado como não frequentando a escola. Esses indivíduos representam 7,7% da população total, cerca de 12 561 pessoas. A análise das razões para a não inscrição no currículo escolar durante a recolha de dados do inquérito baseia-se em dois níveis de ensino, o primário e o secundário.

Na escola primária, as principais razões para a não escolarização são o custo, a disponibilidade para trabalhar e o limite de idade. Estas três razões representam em média 68,8% do conjunto das razões para a não-inscrição de indivíduos que normalmente deveriam matricular-se na escola primária. Estas três razões representam uma maior percentagem nos agregados familiares pobres com 69,7% contra 63,7% nas famílias não pobres. A importância da percentagem de indivíduos que saíram da escola porque desejam trabalhar ou por terem atingido o limite de idade é consistente com a conclusão acima destacada, principalmente a idade relativamente elevada de indivíduos matriculados nas escolas primárias. Estas razões são frequentemente citadas, tanto pelas famílias pobres como pelas não-pobres.

A análise de acordo com distritos (ver tabela 8) revela diferenças importantes. A distância entre a casa e a escola foi citada por mais de 17% dos não-matriculados em 2010 para Caué, Cantagalo e, em menor grau (13,5%), o Príncipe. Se em todos os distritos, o alto custo do ensino é uma preocupação comum, esse motivo deve ser avaliado de forma mais profunda nos distritos de Lembá e Lobata. Mais do que noutros distritos, a vontade de trabalhar é uma preocupação para os jovens não escolarizados que residem no Príncipe (26,5%), em Lobata (25,5%) e Mé-Zóchi (20,4%). O pouco interesse pela escola é outro motivo muito marcado (mais de 12%) nos distritos de Lembá, de Mé-Zóchi e Caué. O impacto

da gravidez sobre a não-frequência escolar em 2010 é muito significativo no Príncipe, Caué e Lembá porque esse motivo foi avançado por respectivamente, 31,8%, 11,1 e 10,3% dos não-escolarizados.

Ao nível do ensino secundário, as razões para o abandono escolar no momento do inquérito em 2010 são mais variadas: ter atingido a idade (28,2%), vontade de trabalhar (20,4%), fim dos estudos (18,3%), custo (11,2%) e gravidez (10,2%). As razões mais citadas pelas famílias pobres são especialmente o fim dos estudos (20,8% contra apenas 14,8% para os não-pobres) e o alto custo da escola (13,2% contra 8,6% para os não-pobres).

Tabela 7 : Razão evocada de não escolarização para as crianças de 6-11 anos e de 12-17 anos

Motivos de abandono	No primário			No secundário		
	Pobre	Não pobre	Total	Pobre	Não pobre	Total
Fim dos estudos	4,7	2,1	3,9	20,8	14,8	18,3
O nível seguinte não existe	0,9	0,5	0,8	2,4	3,7	2,9
Falta de vaga	1,3	0,5	1,1	1,5	0,7	1,2
Escola está muito longe	5,9	10,1	7,1	2,9	2,0	2,5
Muito caro	20,9	15,0	19,1	13,2	8,6	11,2
Vontade de trabalhar	16,1	22,1	17,8	17,9	23,8	20,4
Não é necessário	8,2	10,2	8,8	4,5	5,3	4,9
Atingiu o limite de idade	32,7	26,6	30,9	28,1	28,4	28,2
Gravidez	6,3	6,8	6,4	8,2	12,7	10,2
Outras	3,2	6,2	4,1	0,4	0,0	0,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Finalmente, as razões mais citadas ilustram realmente os problemas existenciais (certamente a vontade de trabalhar para ajudar a família, alto custo da escola), mas também os efeitos perversos de uma entrada tardia e / ou atraso na progressão escolar (incluindo a repetição), as "crianças" sofrendo com o limite de idade. Os outros factores certamente marginais, mas não menos importantes deverão igualmente ser considerados, tais como a gravidez (6,4% dos motivos da não-escolarização no ensino primário contra 10,2% no secundário), a distância da escola e a importância de ir à escola. A análise destes motivos de não escolarização nesses dois níveis de educação, abre perspectivas para orientar outras políticas para promover a dinamismo da intervenção do Estado em matéria da educação.

Tabela 8 : Razões evocadas de não escolarização (em %) para as crianças de 6-11 anos (primário)

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Fim dos estudos	4,2	3,2	13,5	1,8	0,0	0,0	1,5	3,9
O nível seguinte não existe	1,0	0,2	0,4	3,2	1,0	0,0	3,3	0,8
Falta de vaga	0,4	3,1	0,6	0,0	0,0	0,0	0,0	1,1
Escola está muito longe	1,1	8,2	17,0	17,5	4,0	9,0	13,8	7,1
Muito caro	19,8	14,7	14,3	15,3	37,5	24,1	0,0	19,1
Vontade de trabalhar	14,3	20,4	15,1	17,1	14,5	25,5	26,5	17,8
Não é necessário	4,6	13,3	3,8	12,8	13,3	9,0	7,8	8,8
Atingiu o limite de idade	42,9	30,0	22,6	19,6	19,3	24,2	15,3	30,9
Gravidez	6,4	1,9	4,8	11,1	10,3	7,5	31,8	6,4
Outras	5,2	4,7	7,9	1,5	0,0	0,7	0,0	4,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

3.2.3 Taxa de alfabetização dos indivíduos de 15 ou mais anos de idade

A taxa de alfabetização entre pessoas maiores de 15 anos é estimada em 87,7% (93,8% para o sexo masculino contra apenas 82,1% para as mulheres), em 2010 em São Tomé e Príncipe. Este indicador distingue claramente os pobres dos não pobres com valores estimados, respectivamente em 86,7% e 89,4%, e parece melhorar com o nível de vida. Com efeito, ele sai de 84,9% nos agregados situando-se entre os 20% mais pobres para 87,2% para aqueles do segundo quintil, 88,5% das pessoas no terceiro quintil, 87, 7% para o quarto quintil e 89,5% para os indivíduos que se encontram entre os 20% mais ricos.

Os distritos de Caué e de Lembá são distinguidos com os valores mais baixos para este indicador (respectivamente 76,4% e 79,2%), enquanto que os maiores valores são identificados em Água-Grande e Mé-Zóchi (respectivamente 90, 9% e 88,2%).

Tabela 9: Taxa de alfabetização segundo a situação de pobreza e o nível de vida por sexo e zona de residência

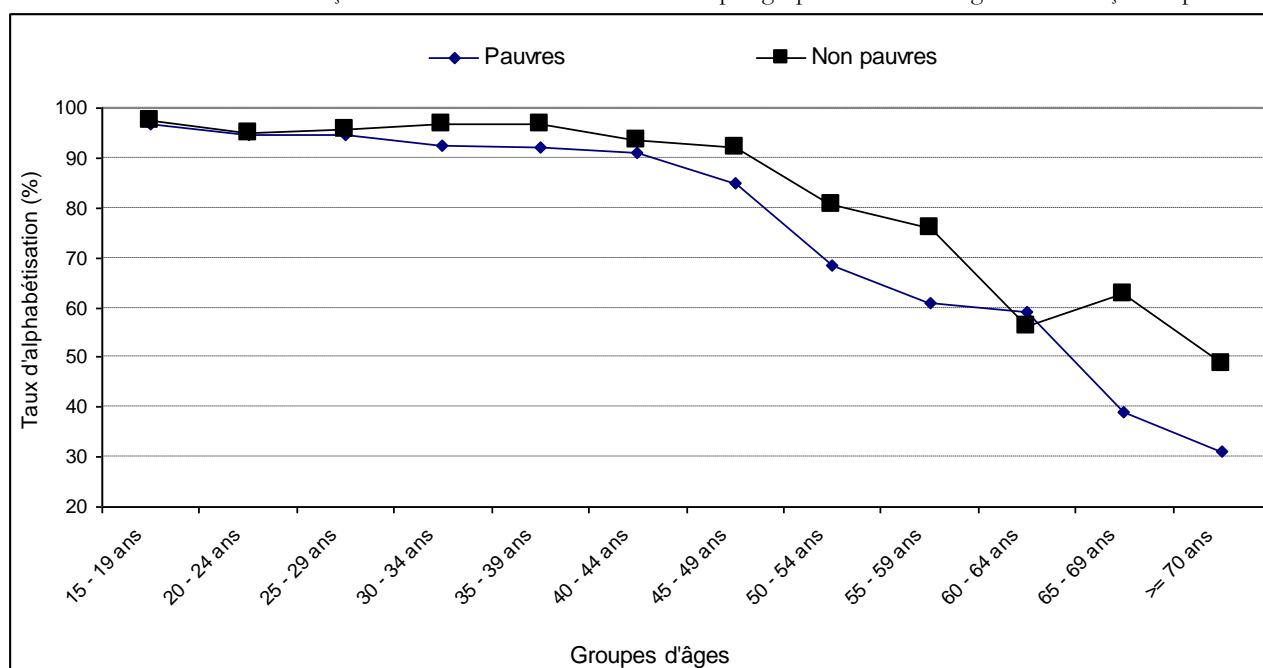
	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
Sexo								
Homem	93,5	94,4	90,6	94,9	94,2	94,1	95,0	93,8
Mulher	80,6	84,5	79,9	80,8	83,1	82,3	83,8	82,1
Zona de residência								
Água-Grande	88,3	95,8	86,9	87,8	90,9	92,7	95,6	90,9
Mé-Zóchi	88,1	88,2	89,6	89,8	87,5	87,1	88,1	88,2
Cantagalo	86,9	83,1	85,0	91,1	87,1	82,5	81,9	85,3
Caué	77,2	73,6	76,6	78,4	76,3	73,5	76,5	76,4
Lembá	78,5	80,9	71,0	81,7	83,2	81,4	81,7	79,2
Lobata	88,1	86,5	86,1	84,8	92,2	87,5	85,7	87,5
Príncipe	86,2	89,8	84,3	87,6	85,0	88,9	91,7	87,4
Todos	86,7	89,4	84,9	87,2	88,5	87,7	89,5	87,7

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

A alfabetização de jovens (15-24 anos) e jovens adultos (25-49 anos) é muito perceptível com uma forte ruptura nas tendências. De facto, observa-se os valores das taxas de alfabetização bem acima de 80% tanto para os indivíduos de famílias pobres como para os de famílias não-pobres antes de 50 anos. Mas, para além de 50 anos, este indicador cai acentuadamente abaixo de 80%, mas permanece acima de 30%, independentemente do estatuto de pobreza dos agregados.

A forma da curva prognostica assim, para o futuro do país, boas perspectivas para a formação de capital humano, o país parece ter engajado num processo gradual de formação de jovens.

Gráfico 2 : Taxa de alfabetização dos indivíduos de 15 anos e mais por grupos de idade e segundo a situação de pobreza



Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

3.2.4 Acessibilidade financeira aos serviços de educação

As duas componentes do acesso aos serviços de educação são a acessibilidade física e acessibilidade financeira. Esta última componente, infelizmente, não foi capturada pelo inquérito uma vez que nenhuma informação é fornecida sobre o tempo de acesso (em horas, em tempo de deslocação) para a escola (primária ou secundária) mais próxima da habitação das famílias. Esta secção da análise só pode, portanto, ser baseada em acessibilidade à educação (ver as tabelas 10 e 11).

Os dados da tabela 10 confirmam os resultados anteriores sobre o custo da escola mencionado pelas famílias dos distritos de Lembá, de Lobata, de Água-Grande e de Cantagalo. Para as famílias destes distritos, o orçamento para despesas com a educação absorve uma parcela relativamente grande da despesa média anual das famílias, estimado em 3,0%, 5,0%, 3,7% e 3,8%. Em média, a parcela do orçamento da educação representa 3,8% da despesa média anual dos agregados familiares.

As despesas com educação no secundário representam 47,5% do orçamento total afecto a educação das crianças

A estrutura por tipo de despesa com a educação mostra que são sobretudo os gastos com educação no nível secundário que absorvem a maior parte do orçamento das famílias destinado à educação, é 47,5%, contra apenas 22,6% das despesas atribuídas à educação de crianças matriculadas nas escolas primárias, e respectivamente 4,9% e 5,0% para os inscritos num nível de ensino superior e outros tipos de educação (programas alfabetização, etc.). Os gastos afectos a educação pré-primária ou pré-escolar para crianças do agregado familiar matriculados neste nível de estudo, representam 20% do seu orçamento total em educação.

Estes resultados não são deslumbrantes, especialmente os relativos às despesas da educação registadas no ensino primário e secundário. Com efeito, a grandeza das taxas de escolarização bruta e, em menor escala, as taxas líquidas espelharam medidas específicas que o governo certamente levou a cabo para promover a educação primária para todas as crianças no país. Se esse esforço é muito perceptível ao nível do ensino primário, ele é certamente menos a nível da educação secundária. Os encargos com a educação das crianças após o ciclo primário pesariam assim principalmente sobre as famílias. Isso

explicaria as duas tendências, a este nível: a taxa de abandono relativamente alta entre o primário e o secundário (embora o efeito de outros factores possa ser muito grande), o custo relativamente elevado do ensino secundário das crianças no orçamento destinado à educação pelas famílias. Nas famílias pobres, essa taxa representa 52,4% do orçamento total destinado à educação das crianças contra apenas 42,6% nos agregados considerados não-pobres.

Tabela 10 : Despesas anuais médias de educação por nível e tipo de ensino segundo o distrito de residência
(Em milhares de Dobras)

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Ensino pré primário	389 212	581 670	597 901	177 987	147 954	238 789	195 239	376 918
Ensino primário	146 522	217 764	237 687	93 557	336 270	357 149	125 771	191 368
Ensino preparatório e secundário	477 312	429 872	203 198	216 970	309 114	1 037 926	148 212	477 395
Ensino profissional	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino superior	2 471 400	0	0	2 260 811	0	600 000	0	2 267 369
Outros tipos de Ensino	1 052 150	1 333 217	0,0	45 000	700 000	59 161	0	1 007 655
Despesas anuais médias de educação	498 274	459 563	510 006	216 922	399 803	672 209	202 270	472 846
Enm% da despesa média anual dos agregados	3,7	3,4	3,8	1,6	3,0	5,0	1,5	3,5

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

O nível de vida parece determinar claramente a estrutura das despesas da educação

O comportamento das famílias em relação à educação parece bastante dependente do seu nível de vida. Nota-se assim, que nos agregados familiares considerados não-pobres, 24,7% do total do orçamento para a educação das crianças é dedicado a educação pré-escolar. Esta parte é estimada em 15,3% em famílias pobres e 13,4% ao nível das famílias que se situam entre os 20% mais pobres. Além disso, a estrutura das despesas da educação das classes de extremidade do nível de vida (20% mais pobres versus os 20% mais ricos) revela um perfil muito mais equilibrado de todos os encargos com a educação nas famílias mais ricas do que nas famílias mais pobres.

Tabela 11 : Estrutura das despesas anuais médias de educação segundo a situação de pobreza e o nível de vida
(Em milhares de Dobras)

	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
Ensino pré primário	15,3	24,7	13,4	23,0	11,4	28,7	21,6	20,0
Ensino primário	26,7	18,6	46,5	31,6	17,1	21,8	18,1	22,6
Ensino preparatório e secundário	52,4	42,6	40,1	44,6	61,2	40,2	45,1	47,5
Ensino superior	5,2	4,6	0,0	0,6	10,0	0,9	6,3	4,9
Outros tipos de Ensino	0,3	9,6	0,0	0,2	0,3	8,5	8,9	5,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Finalmente, a análise do módulo educação permite pôr em destaque os seus principais problemas: diferenças significativas em função dos distritos, alta taxa de abandono escolar entre os ciclos básico e secundário (cujas causas principais são especialmente a necessidade de trabalho de crianças para ajudar os seus pais, a passagem da idade de escolaridade, a distância para a escola, o custo da prestação escolar, a gravidez precoce), o baixo nível de escolaridade das meninas em relação aos rapazes, uma taxa relativamente alta de inatividade dos jovens de 15-24 anos. O grande desafio para o Governo, neste contexto, é inverter nos próximos cinco anos, essas tendências e suscitar nos jovens um maior interesse pela escola.

CAPÍTULO IV : EMPREGO E QUALIDADE DA INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Este capítulo tem por objetivo analisar as dotações em capital económico da população, particularmente a sua situação de emprego e a qualidade de sua inserção no mercado de trabalho.

O quadro 1 a seguir apresenta a definição do conceito de situação dos indivíduos em relação ao emprego

Quadro 1 : A situação em relação ao emprego

O conceito de situação em relação ao emprego que este tema permitiu analisar merece alguns esclarecimentos. As várias modalidades desta variável que são definidas como se segue, são as seguintes:

Os ativos com emprego: Este grupo inclui todos os indivíduos de 15 e mais anos de idade que realmente realizam um determinado trabalho, seja ele qual for;

Os desempregados : Este grupo é constituído por indivíduos de 15 e mais anos de idade que declararam estar desempregados. Em princípio, ele inclui pessoas com 15 e mais anos de idade, que não trabalhando no momento da inquérito, estavam à procura de um emprego e disponíveis para o trabalho. Este grupo permite distinguir os candidatos a emprego (à procura de primeiro emprego) dos antigos trabalhadores na situação de desemprego e a procura de um novo emprego (antigos ativos ocupados).

Os inativos : Este grupo inclui o conjunto constituído não só por indivíduos menores de 15 anos, assim como os aposentados, as donas de casa, estudantes e alunos durante a escolaridade e os deficientes sem emprego.

4.1 Situação no emprego e as principais características dos empregados

Os dados do IOF realizado em 2010 em todo o país mostraram que a população total é composta por 58,3% de empregados (64,4% entre os indivíduos identificados nas famílias não pobres contra 54, 5% das pessoas identificadas em famílias pobres), por 19% de desempregados e 22,7% de inativos. Para as últimas categorias (desempregados e inativos), há uma maior percentagem de indivíduos identificados em famílias pobres (45,5%) que as famílias não-pobres (35,6%). Em relação aos chefes de família, observa-se que 81,8% destes estão empregados (83,4% nos domicílios identificados como não-pobres contra 80,5% naqueles identificados como pobres).

Tabela 1 : Situação no emprego em relação a população total e aos agregados familiares

	Situação em relação a população total			Situação em relação ao total dos chefes de família		
	Pobres	Não pobres	Total	Pobres	Não pobres	Total
Ativos empregados	54,5	64,4	58,3	80,5	83,4	81,8
Desempregados segundo o BIT	10,2	7,2	9,0	4,3	3,3	3,8
Desempregados desencorajados	11,5	7,6	10,0	4,9	2,5	3,8
Inativos	23,7	20,9	22,7	10,2	10,8	10,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

A população empregada está estimada em 49 521 pessoas, das quais 59% são do sexo masculino e em 30 034 agregados dos quais 69,8% são chefiados pelos homens. Três distritos englobam 74,6% de todos os empregados. Estão na ordem decrescente o de Água-Grande (37,7%), Mé-Zóchi (25,1%) e Lobata (11,8%). Os outros distritos abarcam cada um, menos de 10% do total da população empregada.

Note-se que 17,8% dos empregados são jovens de 15-24 anos envolvidos principalmente em atividades do sector de transformação (27,0%) e o sector de serviços (18,2%). Cerca de 41% do total são mulheres, engajadas principalmente em atividades do sector comercial (74,8%) e, em menor medida, do sector de serviços (44,4%).

As empresas nas quais estes activos exercem as suas atividades são muito pouco formalizadas uma vez que apenas 25,8% de entre elas estão registadas pelo menos a um nível. As envolvidas no sector de serviços parecem ser mais formalizadas com menos de 40,6% de entre aquelas que são registadas e pelo menos um nível e 39,0% dos activos que são empregados dispõem de uma folha de salário.

As pessoas empregadas e que trabalham nas áreas de atividades de transformação e serviços parecem ser mais jovens com uma idade média estimada de 33,8 e 37,2 anos respectivamente. Esses sectores também são caracterizados pela menor percentagem de trabalhadores pobres (respectivamente 57,7% e 55,2%) e empregos precários e vulneráveis (respectivamente 20,1% e 22,2%).

Tabela 2 : Resumo sinóptico dos empregos ocupados segundo as classes dos ramos de atividade

	Actividades do sector agrícola	Actividades do sector da transformação	Actividades do sector comercial	Actividades do sector de serviços	Total
% de jovens (indivíduos de 15 a 24 anos) em actividade	14,7	27,0	13,5	18,2	17,8
% de mulheres em actividade	24,4	18,2	74,8	44,4	41,0
% dos empregos assalariados	40,3	69,8	39,9	80,5	59,7
% de empresas registadas ao menos num nível	12,6	17,7	23,4	40,6	25,8
% de activos empregados remunerados	5,7	20,5	10,9	39,0	21,2
Idade média dos activos empregados	40,5	33,8	38,6	37,2	37,8
% de trabalhadores pobres	59,3	57,7	61,9	55,2	58,1
% dos empregos precários ou vulneráveis	55,8	20,1	69,8	22,2	40,6

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Taxa de emprego

Os dados do inquérito foram utilizados para estimar as taxas de emprego. Este indicador é definido como a proporção da força de trabalho, em termos de grupo de idade considerado pelo total da população de idade activa neste grupo etário. A população activa é definida por si só por um conjunto constituído pelos desempregados e os activos ocupados (ver anexo 5).

A análise das taxas de emprego prestou especial atenção ao emprego dos jovens (população de indivíduos com idade entre 15-24 anos), mas foi particularmente pesada em relação a situação das pessoas com 15 e mais anos de idade. Os dados recolhidos não permitiam analisar o trabalho infantil uma vez que o módulo sobre o emprego era limitado apenas a análise de pessoas com 15 anos e mais.

Situação dos jovens de 15-24 anos

A taxa de emprego de indivíduos de 15-24 anos é estimada em 60,9% em 2010 para São Tomé e Príncipe. No geral, a diferença entre os jovens de famílias pobres e famílias não pobres não é significativa (respectivamente 61,4% contra 60,7%), mas é perceptível entre os diferentes distritos e, especialmente, em Caué e Lobata. A diferença por sexo dos jovens empregados também é muito significativa e em favor dos rapazes, independentemente da situação de pobreza considerada.

A análise por distritos destaca as disparidades significativas na taxa de emprego de jovens com estimações muito bem acima da média nacional em Lobata (68,4%), em Caué (66,7%) e, em menor medida, em Água-Grande (61,9%) e com valores mínimos no Príncipe (55,0%), em Mé-Zóchi e em Lembá (57,9%), mas também Cantagalo (59,6%). Mas as taxas de emprego relativamente elevadas não

refletem a qualidade do emprego exercido. A secção será mais tarde dedicada à análise da qualidade dos empregos ocupados pelos activos.

Tabela 3 : Taxa de actividade dos jovens de 15-24 anos segundo a situação de pobreza e o sexo

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	63,1	62,2	62,7	69,9	53,7	61,6	67,7	56,1	61,9
Mé-Zóchi	63,4	47,8	55,9	67,1	45,3	59,1	65,8	46,4	57,9
Cantagalo	69,8	47,2	58,9	74,7	45,1	60,1	72,8	45,9	59,6
Caué	85,8	70,3	76,8	65,7	63,9	64,9	68,2	65,1	66,7
Lemba	61,0	59,7	60,3	66,0	46,8	57,1	64,8	50,5	57,9
Lobata	77,8	69,9	74,5	73,1	56,8	65,4	74,8	60,8	68,4
Príncipe	58,2	59,7	59,2	67,6	40,4	53,1	65,0	47,1	55,0
Total	65,6	56,8	61,4	69,2	51,1	60,7	68,0	53,0	60,9

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Uma ociosidade muito marcada dos jovens de 15-24 anos

A análise da percentagem de jovens de 15-24 anos, que não se encontram nem no sistema educativo nem no emprego, reflete em certa medida o nível de ociosidade deste grupo populacional. Os dados da tabela 4 mostram que esta taxa de inactividade é estimada em 2010 em 29,1%, mas com uma clara discriminação entre raparigas e rapazes em detrimento das meninas (45,8% contra 18% para os rapazes).

Por mais paradoxal que possa parecer, a taxa de inactividade das meninas de famílias não pobres é, de longe, a mais elevada, estimada em 57,6% contra 41,5% para aquelas pertencentes as famílias pobres. Os picos da taxa de ociosidade são realizados ao nível das meninas identificadas em Caué, Lembá, Cantagalo e no Príncipe. Entre as possíveis razões para este resultado, pode-se reter o seguinte:

- as consequências do elevado grau de abandono escolar de que estes jovens são vítimas;
- a falta de oportunidades de emprego que pode oferecer a economia do país, esse fator é agravado pela existência de uma mão-de-obra jovem, inexperiente e com pouca habilitação.

Tabela 4 : Percentagem de jovens de 15-24 anos que não estão nem no sistema educativo, nem no mercado de emprego em 2010

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	26,3	40,1	32,9	9,4	39,0	22,1	20,8	39,8	29,6
Mé-Zóchi	24,0	32,9	28,2	8,4	68,5	26,4	16,6	43,6	27,5
Cantagalo	17,6	61,2	32,2	15,6	77,8	35,2	16,9	67,0	33,3
Caué	12,7	112,0	27,5	2,0	119,4	24,7	11,2	113,4	27,1
Lembá	24,9	65,1	38,6	6,5	90,0	25,7	19,3	70,0	35,1
Lobata	25,9	31,9	28,8	11,6	66,7	22,9	19,9	37,8	26,9
Príncipe	9,6	45,1	21,0	4,4	78,6	22,9	7,9	53,7	21,6
Ensemble	23,1	41,5	31,0	9,4	57,6	25,1	18,0	45,8	29,1

Situação dos indivíduos de 15 e mais anos

A taxa de emprego de indivíduos com 15 ou mais anos está estimada em 2010 em 77,3% (84,8% do sexo masculino contra 70,3% de mulheres). A taxa de emprego dos homens é consistentemente maior do que a das mulheres, independentemente do distrito. Da mesma forma, a taxa de emprego de

indivíduos com 15 e mais anos identificados nas famílias não-pobres é estimada em 79,1% contra 76,3% ao nível de famílias pobres. A análise da tabela 5 não permite provar qualquer correlação entre o emprego e os quintis dos níveis de vida.

Tabela 4 : Taxa de actividade dos indivíduos de 15 anos e mais segundo a situação de pobreza e o sexo

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	84,1	70,1	76,4	85,1	77,5	81,0	84,5	72,6	78,0
Mé-Zóchi	81,0	67,3	74,0	83,6	68,8	76,2	82,2	68,0	75,0
Cantagalo	85,0	64,1	74,2	87,0	58,2	73,6	85,9	61,8	73,9
Caué	86,2	79,0	82,7	93,2	85,5	89,7	87,7	80,3	84,2
Lemba	81,6	65,5	73,5	88,2	71,3	80,3	83,8	67,2	75,6
Lobata	88,0	76,7	82,2	90,3	74,4	84,0	89,0	76,0	82,9
Príncipe	87,1	61,3	72,9	88,8	71,9	80,9	87,8	64,7	75,7
Ensemble	83,9	69,3	76,3	86,0	72,1	79,1	84,8	70,3	77,3

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 5 : Taxa de actividade dos indivíduos de 15 anos e mais segundo o estrato e o nível de vida

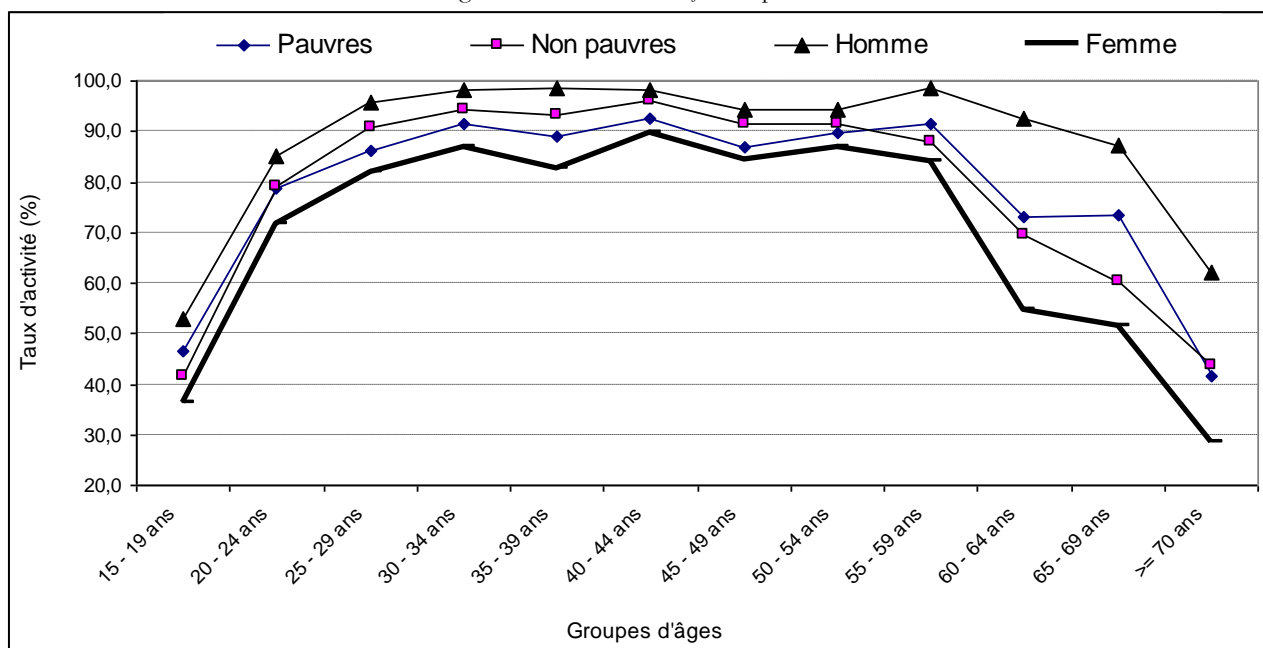
	20% mais Pobres	2° Quintil	3° Quintil	4° Quintil	20% mais ricos	Total
Água-Grande	75,0	77,6	77,6	76,1	82,7	78,0
Mé-Zóchi	75,9	61,1	70,0	76,6	73,6	75,0
Cantagalo	72,1	71,7	75,9	71,4	77,1	73,9
Caué	80,8	82,5	82,0	90,2	90,2	84,2
Lemba	80,0	70,1	73,1	74,9	80,2	75,6
Lobata	81,8	85,8	80,4	82,6	84,4	82,9
Príncipe	73,5	77,6	68,7	72,5	85,8	75,7
Total	76,5	78,1	75,5	76,6	79,6	77,3

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

A análise gráfica da taxa de pessoas com 15 ou mais anos por faixa etária segundo o sexo mostra que a taxa de actividade das mulheres é sempre inferior à dos homens. E a diferença evolui de forma quase regular mas piora para além de 60 anos. A forma de U-invertido da curva é mais acentuada para os homens do que para as mulheres porque, entre outras razões, as diferenças de género são mais sensíveis no acesso à educação secundária e, certamente, maior. No entanto, é possível que factores sociais também ajudem a explicar a baixa participação das mulheres no país (a dimensão do peso do trabalho doméstico, restrições sociais do papel e responsabilidade da mulher, preferência deliberada para o trabalho dos homens, etc.).

É de realçar também duas características distintas entre indivíduos de famílias pobres e os das não-pobres. A primeira é caracterizada por níveis elevados de actividade em idades mais jovens (antes dos 25 anos), demonstrando assim que eles se inserem mais cedo no mercado de trabalho. Para além de 60 anos, a taxa de emprego das pessoas de famílias pobres manteve-se acima dos indivíduos de famílias não-pobres, ilustrando que os pobres permaneçam mais tempo no mercado de trabalho do que os não-pobres. Em contrapartida, na idade de trabalhar (entre 25 e 55), a taxa de emprego dos não-pobres é maior do que a das famílias pobres.

Gráfico 1 : Taxa de actividade (%) dos indivíduos de 15 anos e mais por grupo de idades segundo o sexo e a situação de pobreza



Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Desemprego

O desemprego é uma das principais preocupações do governo, quer seja nos jovens ou nos adultos. A taxa de desemprego é definida como o quociente entre o número de indivíduos de um determinado grupo etário identificado como desempregados e o total efectivo da força de trabalho deste grupo etário. O desemprego é assim analisado neste estudo, em relação ao grupo de indivíduos de 15-24 anos e os indivíduos com 15 e mais anos.

Na realidade, a medição do desemprego, tal como se faz actualmente, não é relevante para captar bem as realidades da nossa economia em desenvolvimento. Com efeito, ela conduz sistematicamente a um viés nas estimativas apresentadas no sector onde predominam na maior parte as actividades informais, marcadas por uma intervenção importante dos apoios familiares (efeito do apoio social). Nos dispositivos de recolha actual de dados serão capturados como activos ocupados, porque eles têm trabalhado pelo menos uma hora na semana anterior ao inquérito, mas a análise dos indicadores de subemprego (visível e invisível) vão dar a esta categoria de agentes valores muito altos. Isso reflete na verdade uma forma de desemprego disfarçado, o que explica mal um indicador como a taxa de desemprego. Lá, onde é predominante esse género de indivíduos, a taxa de desemprego tenderá a ser bastante baixa (caso de Caué, Lembá, Cantagalo). Infelizmente, os dados do IOF 2010 não permitem uma análise mais aprofundada no que diz respeito ao subemprego.

Situação dos jovens de 15-24 anos

Um desemprego que preocupa os jovens, particularmente as raparigas

Em São Tomé e Príncipe como na maioria dos países em desenvolvimento, o desemprego juvenil é uma grande preocupação para os Governos. Este indicador é estimado em 2010 em 23,0% a nível nacional, mas é significativamente maior entre as raparigas (25,3%) do que os rapazes (21,4%).

Dependendo da situação de pobreza, os jovens que pertencem a famílias pobres são mais propensos ao desemprego (24,7%) do que os de famílias não-pobres (19,6%). A situação das raparigas merece especial atenção já que a taxa de desocupação foi estimada em cerca de 26,3% quando elas vêm de

famílias pobres (contra 23,6% para os rapazes) e 23,5% quando elas são provenientes de famílias não-pobres (contra 16,6% para os rapazes).

Tabela 6 : Taxa de desemprego (BIT) dos jovens segundo a situação de pobreza e o sexo

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	29,8	33,1	31,3	30,2	35,3	32,5	29,9	33,8	31,7
Mé-Zóchi	21,0	24,0	21,8	9,4	5,6	7,8	17,1	15,2	16,5
Cantagalo	12,6	24,2	16,9	13,7	26,1	18,5	13,0	25,0	17,5
Caué	10,7	12,0	11,3	0,0	10,8	5,8	9,0	11,8	10,3
Lemba	15,5	6,3	12,0	0,0	14,9	7,8	12,0	9,2	10,8
Lobata	32,0	23,8	28,6	8,3	21,6	13,5	23,3	23,1	23,2
Príncipe	12,2	25,9	17,7	4,4	39,2	26,2	10,3	31,8	20,6
Total	23,6	26,3	24,7	16,6	23,5	19,6	21,4	25,3	23,0

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Grandes disparidades regionais da taxa de desemprego dos jovens

As estimativas da taxa de desemprego dos jovens são usadas para definir quatro grupos de distritos caracterizados abaixo e destacar as suas características específicas. Estes desempregados são compostos principalmente por candidatos ao primeiro emprego (55,4%) contra 44,6% dos activos que estão procurando um novo emprego. Os últimos têm em média a idade de 20,5 anos, mas os mais velhos são encontrados no Príncipe (23,1 anos).

Primeiro grupo: Trata-se do distrito de Água-Grande com uma taxa de desemprego que se aproxima de 30%, tanto para os pobres como para os não pobres. 50,5% dos desempregados neste grupo estão a procura do primeiro emprego. Com uma idade média de 19,7 anos esses desempregados são relativamente mais jovens do que os ex-trabalhadores que se encontram à procura de novo emprego (20,4 anos).

Segundo grupo: Trata-se do distrito de Lobata e Príncipe, respectivamente 23,2% e 20,6% do desemprego juvenil. Os desempregados identificados são na sua grande maioria candidatos ao primeiro emprego de (respectivamente 62,6% e 90,2%) com uma idade média estimada de 19 anos.

Terceiro grupo : Compreende os distritos de Mé-Zóchi e Cantagalo e é caracterizado por altas taxas de desemprego entre os jovens, estimadas em 16,5% e 17,5% respectivamente. Estes jovens desempregados são na sua maioria aqueles que procuram pela primeira vez um emprego (respectivamente 52,7%, 67,8%), com idades, respectivamente, 19,8 anos e 20,4 anos.

Quarto grupo: Inclui os distritos de Caué e Lemba onde se registam taxas de desemprego juvenil mais baixas (respectivamente 10,3% e 10,8%). Estes desempregados são geralmente pessoas que procuram emprego pela primeira vez com idade média de 19,5 anos e 18,1 anos.

Situação dos indivíduos de 15 e mais anos

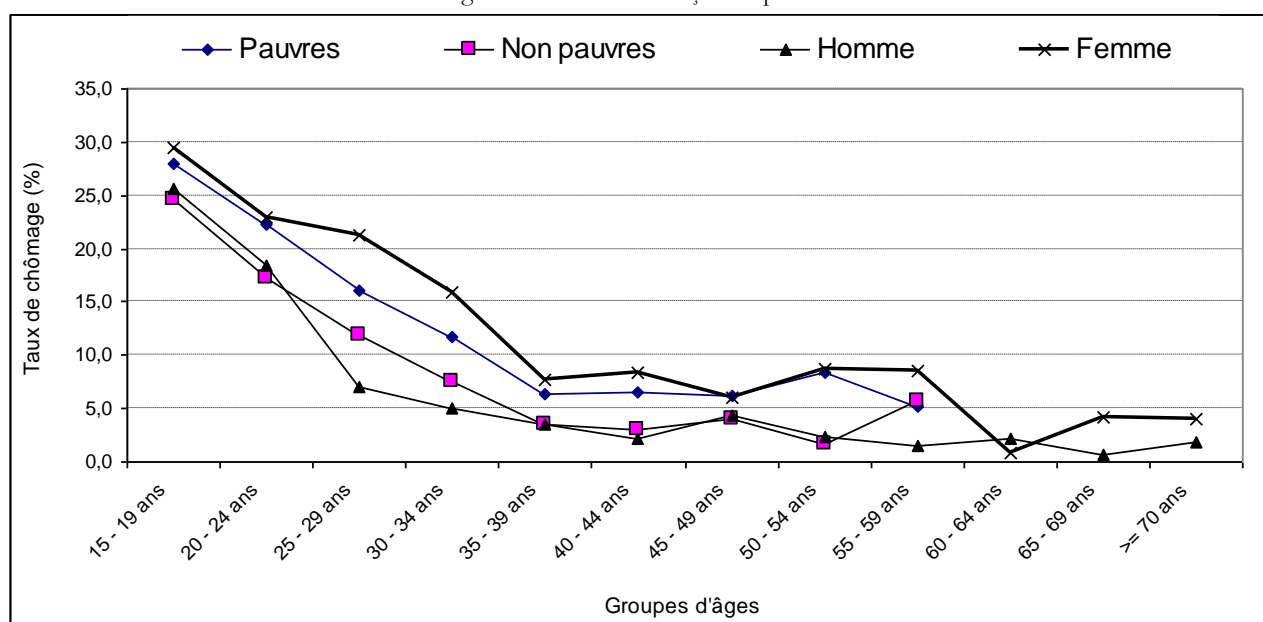
O desemprego entre pessoas com 15 ou mais anos está estimado em 2010 em 11,7% no país. Esta segunda análise confirma a preocupante situação de desemprego das mulheres (14,8%) significativamente maior do que a dos homens (9,0%). Em proporções muito menores, as mesmas tendências reflectem-se com a análise da situação dos jovens, também dependendo do estado de pobreza e a disparidade regional o desemprego.

Tabela 7 : Taxa de desemprego dos indivíduos de 15 anos e mais segundo a situação de pobreza e o sexo

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Água-Grande	14,5	19,6	17,0	9,3	18,5	14,0	12,7	19,2	16,0
Mé-Zóchi	10,0	16,4	12,9	4,4	9,0	6,5	7,4	12,9	9,9
Cantagalo	8,2	11,8	9,8	8,8	8,7	8,8	8,5	10,6	9,4
Caué	3,1	8,7	5,7	0,0	3,7	1,6	2,4	7,6	4,8
Lembá	9,5	10,9	10,2	0,9	7,4	3,6	6,5	9,8	8,0
Lobata	12,0	10,5	11,2	2,6	8,5	4,7	7,9	9,9	8,8
Príncipe	4,7	15,5	9,7	2,2	19,8	9,5	3,7	17,0	9,6
Total	11,1	15,8	13,4	5,8	13,0	9,0	9,0	14,8	11,7

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Essas mesmas condições são ilustradas no gráfico 2, principalmente um desemprego elevado dos jovens, com tendências geralmente desfavorável para as mulheres e os pobres.

Gráfico 2 : Taxa de desemprego (%) dos indivíduos de 15 anos e mais por grupo de idades segundo o sexo e a situação de pobreza

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

4.2 Tendências dos indicadores ligados a qualidade da inserção no mercado de trabalho

O reconhecimento do papel fundamental do trabalho digno e produtivo para todos na resolução do problema da pobreza e da fome permitiu definir um novo alvo e novos indicadores que foram incorporadas ao abrigo do objectivo 1 dos ODM (Objectivos do Millennium para o Desenvolvimento). Este novo alvo é chamado de *"Alcançar o pleno emprego e a possibilidade para todos, incluindo as mulheres e os jovens, de encontrar um trabalho decente e produtivo."* Entre os novos indicadores de emprego associados com este objectivo, pode-se reter os resumidos na tabela 8. Apesar de algumas dimensões do trabalho decente não poderem ser analisados, os dados do IOF 2010 permitiram tratar alguns dos elementos fundamentais resumidos nesta tabela 8.

Tabela 8 : Elementos fundamentais do trabalho decente analisados

Elementos fundamentais	Indicadores estatísticos	Observações
Possibilidades de emprego	• Ratio emprego/População dos 15-64 anos	Este indicador foi estimado para os indivíduos de 15 anos e mais porque a análise das taxas de actividade mostrou uma actividade dos pobres para além dos 60 anos
	• Taxa de desemprego	Este indicador foi estimado para os jovens de 15-24 anos e para os indivíduos de 15 e mais anos
	• % de jovens de 15-24 anos que não estão nem no sistema de educação nem no emprego	
	• Proporção de trabalhadores por conta própria e da família na população activa (taxa de emprego vulnerável)	Convém chamar este indicador a taxa de emprego vulnerável por abuso de linguagem
	• Proporção de emprego assalariado no emprego não agrícola	Este indicador foi estimado para todos os trabalhos (incluindo o emprego agrícola)
Rendimentos suficientes e trabalhos produtivos	• Taxa de emprego dos pobres	
	• Taxa de baixos salários (menos de dois terços da remuneração mediana por hora)	<ul style="list-style-type: none"> • Este indicador foi considerado apenas em relação ao rendimento médio mensal, as horas de trabalho não foram registadas no momento do inquérito. • Taxa de rendimentos mensais inferiores ao SMIG também foi calculada
Igualdade de oportunidades e de tratamento no mercado de emprego	• Segregação (horizontal, vertical) segundo o sexo	
	• Diferença salarial entre homens e mulheres	
Contexto económico e social do trabalho decente	• Crianças não escolarizadas (% por idade)	Este indicador foi calculado para todos indivíduos os não escolarizados
	• A desigualdade de rendimento (D9/D1) relação interdecis-- rendimento ou consumo)	
	• Taxa de inflação	
	• Emprego por ramo de actividade económica	
	• Nível de alfabetização de adultos	Este indicador foi estimado para os Indivíduos de 15 e mais anos

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe (adaptado de « Guide sur les nouveaux Indicateurs d'Emploi des Objectifs du Millénaire pour le Développement: y compris l'ensemble complet des Indicateurs du Travail Décent », Gabinete Internacional do Trabalho – Genève: BIT, 2009, 48 p

Uma oferta insuficiente de emprego no mercado de trabalho

A taxa de emprego que representa a proporção de pessoas empregadas na população em idade activa de trabalhar de um país, foi calculada dividindo o número total de empregados com idade entre 15 e mais anos sobre a população total de indivíduos com 15 e mais anos de idade. Normalmente, compreendido entre os 50% e 75%, este indicador foi estimado em 30,5% para São Tomé e Príncipe em 2010. Esta taxa baixa indica, portanto, que apenas uma minoria da população capaz de trabalhar, trabalha efetivamente. Destaca-se que uma proporção significativa da população não participa da actividade económica. Esta medida tem em conta tanto às pessoas que trabalham no sector formal como aqueles que trabalham no setor informal.

Este indicador está sistematicamente ao favor dos homens (36,9% contra 24,6% para as mulheres), mas também para os activos oriundos de famílias não- pobres (58,8% contra 48,7% para aquelas de famílias pobres). Varia entre distritos nos valores abaixo de 30% (Mé-Zóchi, Lembá e Cantagalo) e valores significativamente maiores (Caué, Príncipe, Água-Grande e Lobata). No entanto, não fornece nenhuma informação sobre a qualidade do trabalho realizado.

Dois quintos de empregos são vulneráveis

É conveniente qualificar como taxa de emprego vulnerável, a proporção dos trabalhadores por conta própria e dos trabalhadores familiares não remunerados no total do emprego. Este indicador mede o que é considerado como uma situação vulnerável no mercado de trabalho, ou seja, o estatuto dos trabalhadores por conta própria (TCP) e os trabalhadores familiares não remunerados. Com efeito, o facto de os TCP e trabalhadores familiares não remunerados serem menos propensos a ter emprego formal, que geralmente têm menos acesso a benefícios ou programas de proteção social e estão mais expostos aos ciclos económicos, esses dois estatutos, são considerados "vulneráveis". Assim, o indicador mostra a relação entre pobreza e emprego vulnerável. Esta ligação parece tão evidente pois que os trabalhadores cuja situação é vulnerável, não têm uma rede de segurança social que lhes permitam fazer face aos períodos de baixa actividade económica e muitas vezes não têm a possibilidade de economizar dinheiro suficiente para eles mesmos e suas famílias para compensar tais períodos.

No contexto de São Tomé e Príncipe, este indicador é estimado em 40,1% a nível nacional com uma situação mais precária de emprego das mulheres (50,8%) em comparação com os homens (33,5%). As estimativas deste indicador em função da situação de pobreza não fornecem valores significativamente diferentes entre os indivíduos de famílias pobres (41,4%) e aqueles identificados como de famílias não-pobres (39,5%).

A análise por distritos em contrapartida demonstram grandes disparidades, com valores bem acima dos 40% em alguns distritos (Lobata, Lembá, Caué e Cantagalo) e tendências bastante menores em outros (Príncipe, Água-Grande, Mé-Zóchi).

Mais de cinquenta por cento de pessoas empregadas sofrem de pobreza monetária

Os trabalhadores pobres são definidos como pessoas que trabalham e vivem numa família em que se estima que os membros vivem abaixo da linha de pobreza definida no país em questão. A taxa de trabalhadores pobres é estimada pela relação entre o número desses trabalhadores pobres de 15 ou mais anos e o número total de empregados com 15 anos ou mais.

O IOF 2010 mostrou que 58,1% dos trabalhadores são pobres (59,8% de mulheres contra 56,9% de homens). Este indicador evidencia disparidades significativas entre os distritos com valores máximos (75,3% em Caué, 62,5% no Príncipe, 61,6% em Água-Grande e 60,6% em Lembá). Os valores mínimos foram registados em Mé-Zóchi (47,8%), em Cantagalo (56,8%) e Lobata (58,5%).

Cerca de três quintos são assalariados

A taxa de emprego remunerado é o produto da relação entre o número de empregados remunerados de 15 e mais anos pelo número total de postos de trabalho de empregado de 15 anos ou mais. Ele mede o grau em que os activos têm acesso a um emprego remunerado, o que tem influência na sua integração na economia monetária. Este indicador também mostra até que ponto os mercados de trabalho estão abertos, refletindo alguma eficiência económica através da flexibilidade do mercado de trabalho e a capacidade da economia para se adaptar às mudanças ao longo do tempo. A taxa de empregado remunerado é uma indicação da autonomia económica dos activos e suas famílias. Uma pequena proporção, ou a diminuição do indicador requer políticas de criação de mais oportunidades de emprego, em termos de acesso e qualidade do emprego.

Em 2010, a taxa de emprego remunerado é estimada em 59,7% a nível nacional com uma proporção relativamente menor de trabalhadores do sexo feminino (57,0%) do que os homens (61,5%). Este indicador é favorável para as mulheres dos distritos de Cantagalo (59,8% contra 51,3% para os homens) e Príncipe (68,8% contra 62,1% para homens).

A análise das tendências desse indicador de acordo com o estado de pobreza e com os quintis do nível de vida mostra que um alto valor deste indicador pode não ter impacto positivo sobre os níveis de vida. Efectivamente, a taxa de emprego remunerado é relativamente alta no grupo de mulheres que trabalham identificadas entre os 20% mais pobres.

30% dos empregados têm um rendimento médio mensal inferior ao SMIG nacional

A análise da taxa de baixa renda, o que representa dois terços do rendimento médio mensal estimado em 786 660 Dobras foi combinado com a de rendimentos inferiores ao rendimento mínimo garantido interprofissional-SMIG (salário mínimo nacional). Em São Tomé e Príncipe, é estimado em 822 255 Dobras. Esta escolha foi feita porque o salário mínimo é uma referência para uma avaliação mais objectiva do nível de rendimentos da população empregada no país.

A análise mostra que 30,1% dos rendimentos recebidos pelo trabalhador são pagos abaixo do salário mínimo. A situação das mulheres é muito mais dramática, com 44,5% para este indicador, contra apenas 20,8% para os homens. Em outras palavras, haveria duas vezes mais de mulheres com renda mensal inferior ao salário mínimo do que os homens. Esta discriminação por género continua a ser plausível de acordo com o estado de pobreza. A taxa de rendimento abaixo do salário mínimo está estimado em 33,6% dos indivíduos identificados em famílias pobres contra 25,2% para aquelas de famílias não-pobres.

A análise em termos de ramo de actividade mostra que a taxa de rendimento baixo em comparação com o salário mínimo são mais significativos no comércio a retalho (41,8%), em actividades de reparação (39,9%), em actividades do sector agricultura / pesca / silvicultura (34,8%) e restaurantes (33,9%). Pelo contrário, essas taxas são as mais baixas no sector das comunicações (8,7%), da indústria de alimentos (14,5%) e hotéis (16,5%). Estes ramos parecem ser caracterizados por uma maior formalização das suas actividades e sua forma de gestão (mais de 68% dos funcionários são assalariados, baixa taxa de emprego vulnerável, mais de 40% dos activos recebem beneficiam de uma folha de salário).

Regista-se também diferenças regionais significativas para este indicador. Com efeito, os distritos de Lembá, Lobata, Cantagalo e Mé-Zóchi diferem com os níveis para este indicador estimado em 49,7%, 39,9%, 37,7% e 33,7%, em grande parte acima da média nacional (30,1%).

Tabela 9 : Tendências dos indicadores do mercado de trabalho segundo o estrato

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Rácio Emprego/população (%)								
Homem	40,5	28,7	37,1	57,0	35,2	35,4	47,1	36,9
Mulher	26,3	19,2	22,6	35,4	21,6	29,6	30,6	24,6
Total	32,7	23,8	29,8	46,3	28,2	32,6	38,5	30,5
Taxa de empregos vulneráveis (%)								
Homem	21,6	29,6	43,2	43,4	49,0	55,6	31,7	33,5
Mulher	48,6	50,0	49,8	50,4	58,7	63,0	36,7	50,8
Total	33,8	37,8	45,6	46,0	52,6	58,5	33,6	40,6
Percentagem de trabalhadores pobres								
Homem	62,7	46,6	54,3	74,3	58,8	54,8	59,7	56,9
Mulher	60,2	49,6	61,1	77,0	63,6	68,0	67	59,8
Total	61,6	47,8	56,8	75,3	60,6	59,9	62,5	58,1
Proporção de assalariados								
Homem	70,5	67,3	51,3	53,2	50,5	41,2	62,1	61,5
Mulher	61,7	60,3	59,8	52,9	48,4	32,6	68,8	57,0
Total	66,6	64,5	54,4	53,1	48,9	37,9	64,7	59,7
Taxa de baixos rendimentos mensais								
Homem	11,7	15,9	26,3	20,9	34,5	24,5	12,5	16,9

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Mulher	32,9	44,8	43,0	28,0	58,8	46,6	26,3	38,4
Total	20,6	26,7	32,9	23,5	43,1	31,9	18,2	25,3
% de rendimento mensal inferior ao SMIG (822 255 STD)								
Homem	14,0	21,3	32,1	25,5	39,1	30,4	12,5	20,8
Mulher	36,2	54,4	46,4	34,8	69,3	59,0	30,9	44,5
Total	23,2	33,7	37,7	28,9	49,7	39,9	20,0	30,1

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 10 : Tendências dos indicadores do mercado de trabalho segundo o nível de vida

	Situação de pobreza		Quintis do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
Rácio Emprego/população (%)								
Homem	59,9	72,9	53,4	61,2	63,2	19,9	74,5	55,6
Mulher	38,8	45,3	34,7	38,1	42,6	13,2	48,8	35,6
Total	48,7	58,8	43,5	48,7	52,7	16,3	61,8	45,1
Taxa de empregos vulneráveis (%)								
Homem	34,1	32,7	35,9	37,8	30,1	35,8	30,6	33,5
Mulher	51,3	50,0	51,8	48,5	55,2	50,1	48,9	50,8
Total	41,4	39,5	42,6	42,3	40,5	41,6	37,7	40,6
Percentagem de trabalhadores pobres								
Homem	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	29,3	0,0	56,9
Mulher	100,0	0,0	100,0	100,0	100,0	32,8	0,0	59,8
Total	56,9	59,8	100,0	100,0	100,0	30,8	0,0	58,1
Proporção de assalariados								
Homem	61,7	61,2	59,8	61,3	64,7	58,2	62,5	61,5
Mulher	56,2	56,2	62,8	54,6	52,3	54,9	60,5	57,0
Total	59,4	60,0	61,1	58,4	59,6	56,8	61,7	59,7
Taxa de baixos rendimentos mensais								
Homem	19,7	13,1	21,1	19,8	17,0	19,7	11,4	16,9
Mulher	43,1	31,7	48,6	40,0	38,3	41,7	29,2	38,4
Total	29,1	20,2	33,0	27,8	24,7	28,4	18,2	25,3
% de rendimento mensal inferior ao SMIG (822 255 STD)								
Homem	23,3	17,5	26,1	23,7	19,5	24,4	15,1	20,8
Mulher	49,1	37,9	55,1	44,9	45,0	47,8	35,3	44,5
Total	33,6	25,2	38,6	32,1	28,8	33,7	22,8	30,1

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

4.3 Tendências dos índices de segregação

A análise do índice de segregação horizontal permite medir um aspeto da divisão sexual do trabalho, incluindo a desigualdade na distribuição de mulheres e homens empregados entre os ramos de atividade (sectores económicos). Ela permite ilustrar os ramos onde que se concentra principalmente a mão-de-obra feminina. A análise continua tentando descobrir as razões para esta tendência.

A classificação dos ramos de actividade utilizados está resumida na tabela 11, e define a partir da classificação da nomenclatura dos ramos de atividade utilizados durante a recolha dos dados. A análise da segregação horizontal baseia-se nesta classificação.

O índice de especialização por género é calculado dividindo-se a percentagem de emprego feminino no emprego de uma ramo de atividade pelo emprego feminino no total do emprego da economia. Um índice maior do que 1 indica uma sobre representação das mulheres no ramo e um índice abaixo de 1 sub-representação. O índice varia entre 2 (todos os trabalhos do ramo são ocupados por mulheres) e 0 (todos os empregos são ocupados por homens).

Este índice é calculado como se segue:

$$I_s(i) = \frac{(\text{número das mulheres empregadas no ramo } i / \text{número total dos empregos no ramo } i)}{(\text{número dos empregos femininos} / \text{número total dos empregos na área de estudo abrangida})}$$

Tabela 11 : Classificação dos ramos de actividade

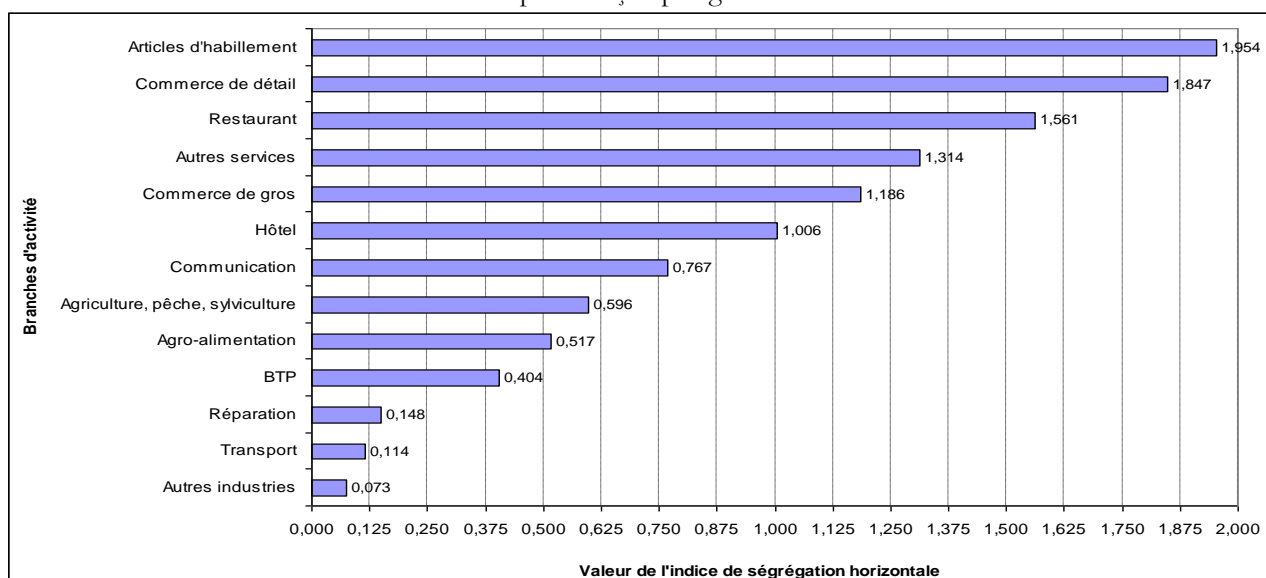
Grupos de ramos	Códigos Ramos	Ramos de actividade	Códigos nomenclaturas de actividades
Atividades agrícolas	1.	Agricultura, pesca, silvicultura	111 à 502
Atividades industriais	2.	Indústrias agroalimentares	1511 à 1600
	3.	Indústrias de confecção têxtil e vestuário	1710 à 1820, 1920
	4.	Construção civil e obras públicas	2021, 2029, 4510 à 4540,
	5.	Outras indústrias	1010 à 1429, 1910, 2010, 2100, 2211 à 4100,
Atividades comerciais	6.	Comércio de retalho (fora e dentro de loja)	5050, 5211 à 5259
	7.	Comércio a grosso (fora e dentro de loja)	5010, 5030, 5040, 5110 à 5190
Atividades de serviços	8.	Transporte	6010 à 6309
	9.	Comunicação	6411 à 6420,
	10.	Hotéis	5511 à 5513
	11.	Restaurante	5521 à 5523
	12.	Reparações	5020, 5260, 7550,
	13.	Outros serviços	4550, 6511 à 7240, 7290 à 9900

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Uma grande segregação horizontal

Em São Tomé e Príncipe, a maioria da população feminina está concentrada em quatro sectores: fabricação de artigos de vestuário, comércio a retalho, actividades de restauração e bar, e outros serviços. Cerca de 80% das mulheres em actividade trabalham no sector do vestuário, 76% no comércio a retalho, 64% em actividades ligadas à restauração e 53% em actividades relacionadas a outros serviços. Elas estão relativamente bem representadas no ramo do comércio a grosso (48,5%) e em actividades relacionadas aos hotéis (41,2%), embora a presença de homens seja dominante. Em todos os outros ramos de actividade, as mulheres estão obviamente muito menos representadas do que os homens.

Gráfico 3 : Índice de especialização por género nos sectores em 2010



Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Segregação vertical relativamente regular

O índice de segregação vertical mede o grau de desigualdade na distribuição de mulheres e homens empregados dentro das indústrias, entre as profissões e as posições ocupadas (categorias socioprofissionais). Permite caracterizar a concentração de mulheres em determinadas posições.

Neste estudo, é dada especial atenção à análise da segregação vertical baseada em categoria socioprofissional definida abaixo:

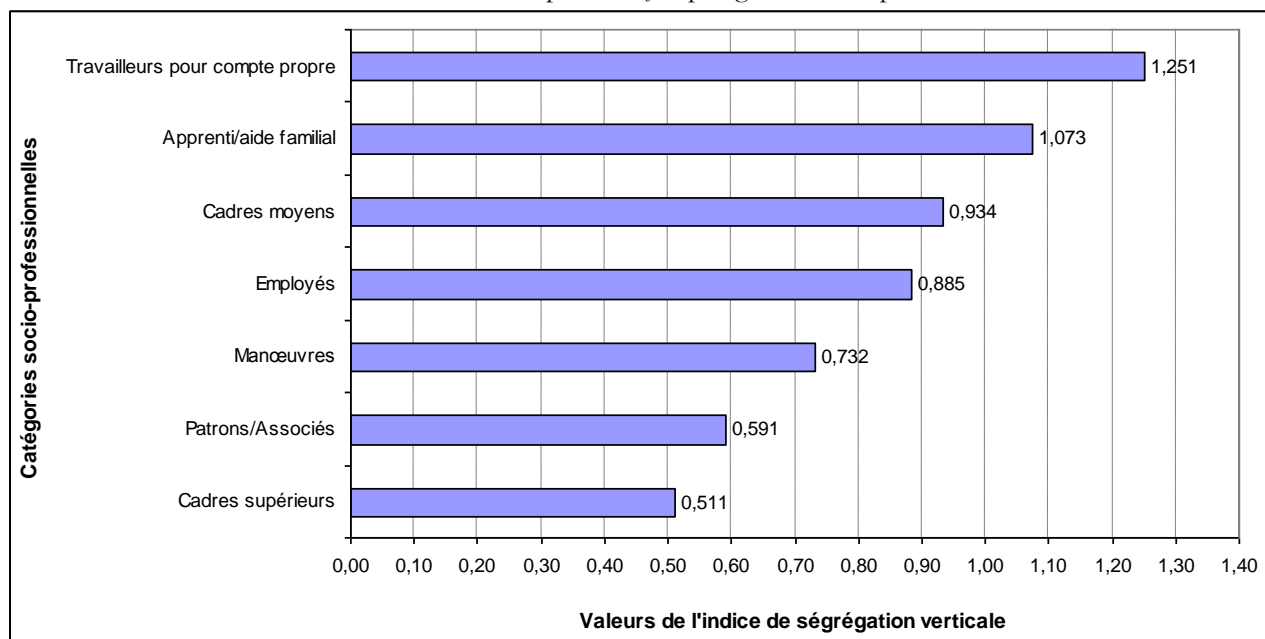
- 1. Quadros superiores, engenheiros e profissionais afins;
- 2. Quadros de nível médio e similares;
- 3. Colaboradores;
- 4. Mão-de-obra;
- 5. Gestor / empregador;
- 6. Trabalhadores por conta própria;
- 7. Aprendizizes / Apoio familiar.

Este índice é estimado como segue:

$$I_{csp} (i) = 100 \times \frac{(\text{número de mulheres empregadas na Csp } i / \text{número total dos empregos na Csp } i)}{(\text{número dos empregos femeninos} / \text{número total dos empregos na área de estudo abrangida})}$$

A segregação horizontal mencionada anteriormente é conjugada com uma forte segregação vertical, felizmente, bastante regular, embora se constate que as mulheres são menos numerosas quanto mais se aumenta na hierarquia das profissões e também na hierarquia de categorias socioprofissionais (ver gráfico 4). Nota-se com efeito uma sobre representação relativamente média das mulheres nos postos de trabalho por conta própria e aprendizizes/apoios familiares, estes postos considerados como os menos posicionados na hierarquia de rendimentos (ver tabela 12). Eles representam nestas posições, respectivamente, 51,3% e (44%) de todos os empregos.

Gráfico 4 : Índice de especialização por género socioprofissional



Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

4.4 Tendências dos rendimentos mensais e adequação emprego/formação

Os dados do IOF 2010 permitiram determinar o rendimento médio mensal que o trabalhador recebeu no último mês anterior ao inquérito. Este rendimento foi declarado quer diretamente quer em parcelas. Um procedimento de imputação estatística com base nas características socioeconómicas (*sexo, grupos etários, a educação, as características de registo ou não da empresa aonde trabalha (registo comercial, segurança social, identificação fiscal), indústria, categoria socio profissional, ocupações, distrito*) desses ativos foi utilizada para estimar os rendimentos médios dos activos assalariados pagos em espécie ou que declararam o seu rendimento em parcelas. Um tratamento similar foi adotado para estimar os rendimentos médios dos ativos empregados (apenas 72 indivíduos) não quiseram declarar os seus rendimentos.

Uma produtividade incontestável da educação no mercado de trabalho no país

Os resultados da análise dão tendências globalmente coerentes, o que confirma não somente algumas conclusões já feitas anteriormente, mas também todos os benefícios provenientes da educação. Na verdade, descobriu-se que o rendimento médio mensal, em igualdade de circunstâncias, aumenta com o nível educacional, primeiro de 1.629.000 Dobras para 1,712,000 Dobras, em seguida para 2,347,000 Dobras e, finalmente, para 3,480,000 milhões Dobras, respectivamente, para indivíduos sem educação, para aqueles com ensino primário, secundário e terciário. O ganho marginal do rendimento médio quando se muda de uma classe para outra qualquer classe *de nível primário* é baixa (5,1%), mas é significativamente maior entre este nível e o nível secundário (37,1%). A transição do ensino médio ao ensino superior parece ser acompanhada por uma melhoria ainda mais significativa de receita marginal estimada em 48,3%.

A adequação entre a formação e a educação em geral e o emprego pode ser medida através da renda média recebida em relação à categoria socioprofissional (CSP), que pertence ao empregado. Aqueles com níveis de educação maior, têm rendimentos mais altos? A análise cruzada das CSP com o nível de escolaridade em comparação com a média de activos de renda mensal permitirá concluir.

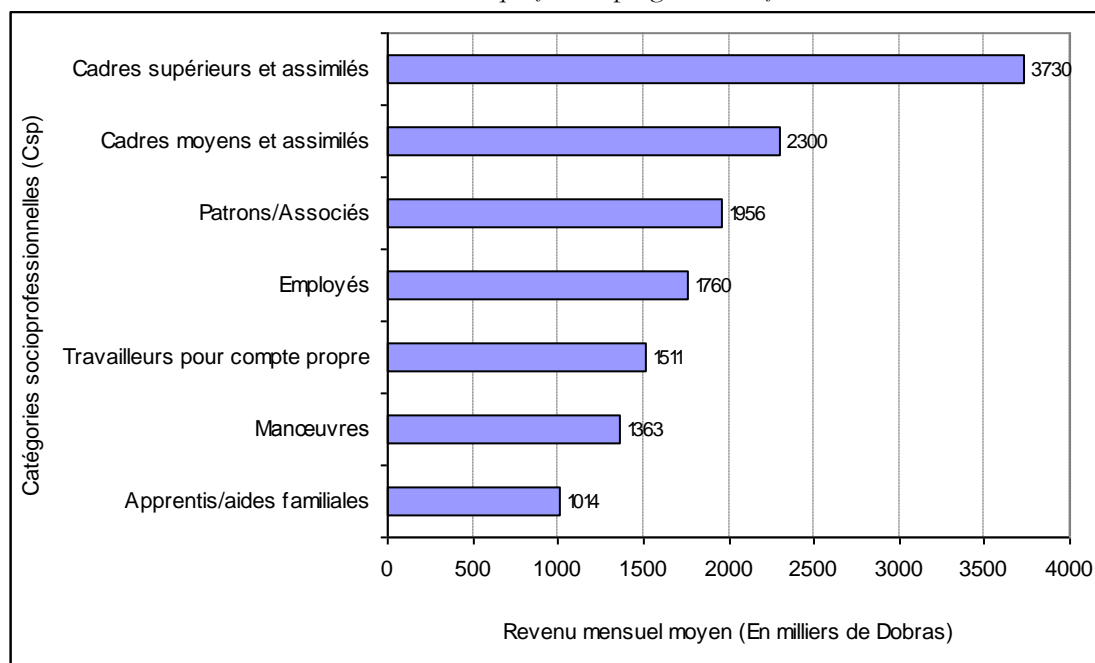
Tabela 12 : Rendimento médio mensal no principal emprego

	Situação de pobreza		Quintis do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
1. Sexo								
Homem	1 951	2 135	1 839	1 983	2 077	1 822	2 252	2 030
Mulher	1 244	1 480	1 148	1 361	1 205	1 347	1 529	1 341
2. Classe de ramo de actividade								
Atividades agrícolas	1 943	1 695	1 814	1 937	2 187	1 722	1 628	1 849
Atividades industriais	1 571	2 108	1 458	1 472	1 628	1 700	2 362	1 796
Atividades comerciais	1 363	1 599	1 363	1 459	1 419	1 341	1 619	1 453
Atividades ligadas aos serviços	1 694	1 929	1 531	1 841	1 767	1 653	2 008	1 800
3. Nível de instrução								
Nenhum	1 611	1 661	1 417	1 831	1 688	1 454	1 732	1 629
Primário	1 685	1 746	1 695	1 412	1 872	1 752	1 769	1 712
Secundário	2 042	2 528	2 517	2 106	1 883	1 874	2 688	2 347
Superior	2 133	3 804	-	-	2 133	7 284	2 720	3 480
4. Categorias socioprofissionais								
Quadros superiores e equivalentes	3 736	3 726	2 182	2 289	3 913	2 986	3 856	3 730
Quadros médios e equivalentes	2 129	2 381	2 221	2 112	2 208	2 688	2 237	2 300
Empregados	1 720	1 823	1 666	1 594	1 915	1 538	1 953	1 760
Mão de obras	1 119	1 878	1 162	1 167	1 085	1 806	1 837	1 363
Dirigentes/Associados	1 784	2 204	1 870	1 817	1 925	1 714	2 294	1 956
Trabalhadores por conta própria	1 527	1 487	1 087	2 077	1 314	1 426	1 559	1 511
Aprendiz/apoios familiares	1 083	754	1 571	862	614	674	875	1 014
5. Grupos sócio económicos do chefe do agregado								
Trabalhadores do sector público	2 165	1974	2 114	1 912	2 094	1 784	2 253	2 071
Trabalhadores do sector privado formal	2 850	2177	2 558	1 532	2 282	2 531	3 003	2 549
Independente do sector privado agrícola	1 677	1926	1 777	1 951	2 138	1 694	1 628	1 833
Independente do sector privado não agrícola	1 619	1424	1 267	1 578	1 404	1 459	1 719	1 499
Desempregados	-	-	-	-	-	-	-	-
Inactivos	-	-	-	-	-	-	-	-
6. Distritos								
Água-Grande	2 286	1 719	1 659	1 500	2 018	1 862	2 351	1 947
Mé-Zóchi	1 498	1 660	1 312	2 101	1 626	1 319	1 657	1 580
Cantagalo	2 060	1 947	1 975	2 609	1 604	2 108	1 865	1 995
Caué	1 973	1 644	1 629	1 796	1 542	1 756	1 938	1 727
Lembá	1 109	1 286	1 186	1 173	1 348	1 309	1 107	1 216
Lobata	1 687	1 509	1 332	1 990	1 304	1 727	1 602	1 583
Príncipe	1 878	1 510	1 592	1 217	1 759	1 449	2 188	1 645
Total	1 886	1 668	1 540	1 736	1 759	1 634	1 976	1 760

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Apesar de os rendimentos médios mensais serem baixos, parece que a educação escolar em geral continua a ser um factor decisivo para a qualidade da inserção no mercado de trabalho no país. Com efeito, como demonstrado na figura 5, abaixo, o nível de rendimento parece aumentar com a hierarquia de posições ocupadas no emprego. Por isso, é necessário incentivar os jovens a prosseguir mais os seus estudos.

Gráfico 5 : Adequação emprego/formação



Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

No total, os dados do IOF 2010 demonstraram que a população total é composta por 58% de empregados, desempregado de 19% e 23% de inativos. A distribuição correspondente em termos de agregados, respectivamente em 82%, 8% e 10%.

Esses trabalhadores, correspondem a 49 521 indivíduos activos de 15 e mais anos de idade dos quais 59% são homens, 17,8% desses activos trabalhadores são jovens de 15-24 anos. O inquérito ajudou também a mostrar que 29,1% da população total de jovens entre os 15-24 anos estão ociosos, não estando nem no sistema educativo nem no mercado de trabalho. A grande maioria dos empregados em 2010 identificados no país encontra-se nos distritos de Água-Grande, da Mé-Zóchi e Lobata.

O modo de organização e gestão das empresas em que estes activos trabalham sugere uma formalização bastante regular, com as seguintes características principais:

- Apenas 25,8% são registados pelo menos em um nível (o registro de empresas, segurança social, identificação fiscal);
- 40,6% dos empregos são vulneráveis (como definido acima);
- 21,1% dos activos têm uma folha de salário;
- 30,1% do rendimento auferido por esses activos são inferiores ao salário mínimo nacional estimada em 822 255 Dóbras.

Os principais indicadores do mercado de trabalho e do trabalho decente permitem destacar as dificuldades de uma integração mais qualitativa das mulheres. Estas dificuldades são ainda agravadas por uma oferta insuficiente de postos de trabalho com um rácio Emprego / População estimada em 45,1% do total (55,6% para o sexo masculino contra apenas 35,6% para mulheres). Confrontado com os níveis de renda mensais relativamente baixos, com apenas 60% dos empregados activos, não é de estranhar que 58% dos trabalhadores são pobres monetariamente.

As restrições relativas a qualidade da integração dos activos no mercado de trabalho, das mulheres em particular, traduzem-se pela desigualdade de remuneração e de género, por uma segregação significativa tanto horizontal como vertical. As mulheres no mercado de trabalho estão de facto concentradas em poucos sectores (indústria de vestuário, alimentação, restauração, outros serviços) e em categorias

profissionais entre os trabalhadores economicamente menos rentáveis (conta própria, os aprendizes / apoios sociais).

Todos os indicadores do mercado de trabalho, do trabalho digno e de qualidade da integração no mercado de trabalho não são a favor das mulheres e dos pobres. Esta situação justifica-se por um lado pelo contexto económico e social com poucas perspectivas (insularidade, baixa propensão a criar empregos, a diversificação insuficiente dos pilares económicos, etc.) e por outro, pelas características objetivas específicas para a força de trabalho (baixa escolaridade, baixa propensão a tomar iniciativas que parecem refletir a importância da taxa de ociosidade, alto custo de vida, certamente devido à insularidade do país, o tamanho da família, encargos sociais, etc.) e outros factores de precariedade do trabalho (importância das atividades informais, trabalhos informais, etc.) e, certamente, a outros factores não observáveis.

O acesso ao emprego discrimina não só indivíduos segundo o sexo, mas também de acordo com seu estado de pobreza e de região para região, marcada por disparidades significativas. Também pode revelar a importância da educação escolar e de forma geral a educação para o desenvolvimento económico e social das sociedades.

Para orientar de outra forma políticas favoráveis a um emprego mais qualificado, é conveniente optar por escolhas políticas que vão contribuir para melhorar não só as condições de acesso ao emprego (formal ou não) em todos os sectores (formal, informal) com especial atenção para adaptar o quadro regulamentar, jurídico e legal do acesso ao emprego e do direito do trabalho.

CAPÍTULO V : DESPESAS DE CONSUMO DOS AGREGADOS FAMILIARES E SUAS DOTAÇÕES

Este capítulo tem como objectivo destacar, em primeiro lugar, o nível de vida das famílias em São Tomé e Príncipe a partir de uma série de características: sexo do chefe, área de residência, tipo de agregado familiar, situação de pobreza, quintil de nível de vida. Em seguida, tenta compreender a estrutura do consumo (especialmente alimentos) das famílias, os principais locais onde compram, as principais razões que justificam o local de compra. Por fim, o capítulo examina a distribuição dos níveis de vida entre as famílias e o grau de desigualdade.

5.1 Despesas de consumo das famílias

5.1.1 Despesas médias anuais per capita dos agregados familiares

A estrutura dessas despesas mostra que as famílias consideradas como não-pobres têm uma despesa média anual per capita quase três vezes maior do que as famílias pobres. Do ponto de vista deste indicador, constata-se que a diferença entre os chefes de família de sexo masculino e feminino não é tão importante quanto se poderia pensar. De facto, a despesa média anual per capita dos homens é de apenas 10% maior do que a de mulheres chefes de famílias.

Tabela 1 : Despesas anuais médias per capita segundo a situação de pobreza e as características dos agregados familiares

	Pobre		Não Pobre		Total	
	Número de Agregado	Despesas médias per capita (Dobra)	Número de Agregado	Despesas médias per capita (Dobra)	Número de Agregado	Despesas médias per capita (Dobra)
1. Sexo do chefe de agregado						
Homem	11 880	7 279 536	11 080	20 426 684	22 960	13 624 915
Mulher	8 292	7 151 850	5 826	21 141 710	14 118	12 924 907
2. Estratos						
Agua-Grande	7 998	7 199 096	5 685	21 651 229	13 683	13 203 565
Mé-Zochi	4 151	7 534 666	5 114	19 700 669	9 265	14 249 742
Cantagalo	1 070	7 790 842	1 903	20 847 066	2 973	14 204 503
Caué	1 059	6 939 798	440	18 517 793	1 499	10 341 592
Lembá	1 610	6 676 856	1 005	20 462 336	2 615	11 975 517
Lobata	2 308	7 082 239	1 987	20 893 471	4 295	13 473 178
Príncipe	1 077	6 632 404	775	20 420 170	1 852	12 401 378
3. Tipologia do agregado						
Agregado unipessoal	537	8 756 756	3 894	30 843 790	4 431	28 167 344
Casal sem filhos	418	9 097 684	1 184	19 984 440	1 602	17 141 640
Casal com filhos	8 103	7 351 737	5 331	16 773 247	13 434	11 090 339
Monoparental nuclear	3 383	7 319 348	2 374	18 023 426	5 757	11 732 849
Monoparental alargado	2 929	6 672 828	952	17 077 016	3 881	9 224 212
Família alargada	4 801	6 955 591	3 175	18 062 800	7 976	11 376 749
Ensemble	20 172	7 227 046	16 909	20 673 058	37 080	13 358 385

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

A análise da despesa média anual per capita seguindo a tipologia das famílias é muito rica de informação. Com efeito, parece que, mantendo constante outras variáveis, em comparação com o nível de vida de um indivíduo que vive sozinho (agregado familiar unipessoal), a escolha de viver com um cônjuge na ausência de um filho reduz o nível de vida da ordem de 39% em média. Da mesma forma, em famílias monoparentais, o facto de aceitar os membros com relação de parentesco que não sejam seus filhos, contribui para afectar negativamente o nível de vida em 21% em média. Embora estes resultados exijam uma maior reflexão, eles revelam a importância dos encargos para as famílias por um lado, a decisão de se unir maritalmente, por outro lado, de aceitar ter filhos e outros parentes à sua custa. Explicaria isso o grande desinteresse pela constituição conjugal e, portanto, a importância de famílias monoparentais (sobretudo nuclear), administrado sobretudo por mulheres?

Tabela 2 : Despesas anual média per capita dos agregados familiares segundo o nível de vida e as características dos agregados

	Repartição (%) dos agregados	Parte (%) de rendimento o total	Despesas anuais médias per capita dos agregados familiares segundo os quintis do nível de vida					
			20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	Total
1. Sexo								
Homem	61,9	63,2	4 222 072	6 607 135	8 802 515	11 906 700	24 482 146	13 624 915
Mulher	38,1	36,8	4 193 684	6 524 633	8 757 376	11 727 552	24 758 468	12 924 907
2. Estrato								
Agua-Grande	36,9	36,5	4 219 621	6 574 752	8 794 861	11 692 881	25 653 150	13 203 565
Mé-Zochi	25,0	26,7	4 178 409	6 678 570	8 890 053	12 018 793	23 197 953	14 249 742
Cantagalo	8,0	11,1	4 647 993	6 552 113	8 852 260	11 782 943	25 448 491	14 204 503
Caué	4,0	3,1	4 278 858	6 554 398	8 624 828	11 538 957	22 218 354	10 341 592
Lembá	7,1	6,3	4 020 118	6 475 579	8 748 567	11 841 245	25 205 211	11 975 517
Lobata	11,6	11,7	4 143 910	3 538 618	8 622 561	12 000 815	24 535 065	13 473 178
Príncipe	5,0	4,6	4 185 848	6 437 280	8 729 229	11 896 686	24 094 548	12 401 378
3. Tipologia do agregado								
Unipessoal	11,9	25,2	4 263 867	6 106 682	8 930 542	11 982 215	32 588 720	28 167 344
Casal sem filhos	4,3	5,5	4 364 454	7 094 702	9 189 272	11 624 300	21 509 345	17 141 640
Casal com filhos	36,2	30,1	4 351 530	6 564 453	8 830 502	11 868 545	20 241 834	11 090 339
Monoparental nuclear	15,5	13,6	4 068 087	6 682 270	8 814 924	11 854 768	21 387 295	11 732 849
Monoparental alargado	10,5	7,2	4 175 948	6 474 034	8 617 774	11 711 127	20 627 017	9 224 212
Família alargada	21,5	18,3	4 129 086	6 576 996	8 660 742	11 844 238	21 640 555	11 376 749
Total	100,0	100,0	4 210 207	6 571 355	8 785 361	11 843 707	24 581 144	13 358 385

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

5.1.2 Peso dos principais produtos alimentares consumidos pelos agregados familiares

O anexo 3 destaca uma lista de 35 alimentos consumidos por mais de 30% da população total. A partir desta tabela, foram identificados os 15 alimentos consumidos por mais de 50% da população total do país. Os produtos desta lista ou os do anexo poderão eventualmente ser identificados como produtos alimentares sensíveis, quando os preços aumentam. Obviamente, essa perspectiva merece uma reflexão mais aprofundada e ser completada com uma análise mais rigorosa de preços.

Tabela 3: Lista indicativa dos produtos alimentares consumidos por mais de 50% da população total

Posição	Código produto	Intitulado	Parte orçamental nas despesas alimentares totais	Valor da despesa total (milhares de STD)	% da população total consumo este produto
1	1114200	Arroz grão longo	10,3	119,096	93,0
2	1152300	Óleo alimentar	5,4	62,335	90,1
3	1172107	Tomate	2,5	29,412	88,6
4	1175101	Massa tomate	1,2	14,262	86,8
5	1111101	Pão médio	7,4	85,061	86,3
6	1181100	Açúcar em pó	2,8	32,499	83,2
7	1173103	Cebola fresca	1,5	17,055	83
8	1192216	Outras especiarias de cozinha	1,4	16,687	81,5
9	1174101	Feijão vermelho (seco)	3,6	41,992	80
10	1164104	Banana doce verde	3,8	44,172	78,3
11	1116300	Esparguete	2,6	30,048	72,4
12	1131111	Peixe (Voador)	4,7	54,708	67,7
13	1172104	Feijão verde (fresco)	0,8	8,895	66,5
14	1173104	Cenoura	1,0	11,426	66,2
15	1173101	Alho	0,8	8,686	63,7
16	1192206	Pimenta	0,6	6,666	62
17	1192202	Malagueta (grande)	0,6	6,684	58,5
18	1152103	Outros óleos	1,0	11,305	52,8

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

5.1.3 Local de compra dos produtos consumidos pelos agregados familiares

Aonde é que os agregados familiares se aprovisionam pelos principais produtos alimentares que eles consomem? A tabela 4 mostra que as famílias em São Tomé e Príncipe aprovisionam-se em geral nos quiosques / alimentação (36,3%), nos mercados (25,5%), a partir dos vendedores ambulantes (12,1%) e nas grandes lojas (10,6%). Estes lugares oferecem 84,5% do valor total dos alimentos consumidos pela população do país.

Tabela 4 : Perfil por distrito dos principais lugares de compra dos produtos alimentares consumidos pelos agregados familiares
(Em percentagem d valor total das despesas alimentares)

Principais lugares de compra	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Quiosque/Alimentação	27,7	40,2	44,6	48,7	47,1	38,0	43,3	36,3
Mercado	32,4	25,7	17,9	12,5	18,5	18,9	15,0	25,5
Vendedor ambulante	11,6	13,0	6,8	5,7	11,7	18,3	10,6	12,1
Grande loja	13,5	12,0	3,1	2,2	3,8	10,2	8,6	10,6
Famílias	4,9	3,9	19,7	12,9	9,9	7,1	12,0	7,2
Outros comércios modernos	3,5	1,8	1,4	1,4	1,5	1,0	2,4	2,3
Lojas especializadas	4,1	1,3	0,8	1,6	0,2	1,4	1,8	2,3
Autoconsumo	0,2	0,8	2,5	2,5	0,8	2,7	0,5	1,0
Outras	2,2	1,3	3,3	12,6	6,4	2,3	5,7	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

A análise do local de compra dos alimentos apresenta algumas particularidades em função dos níveis de vida. Com efeito, as populações mais pobres (do primeiro ao terceiro quintil) têm uma maior propensão a comprar na mão de vendedores de rua e praticar o auto-consumo, enquanto as pessoas com maior dotação financeira (do segundo ao quarto quintil) são um bom cliente para outras famílias. Quanto aos indivíduos que se situam entre os 20% mais ricos, eles, mais frequentemente do que outros são propensos a aprovisionar-se a partir de outras fontes como as lojas modernas ou especializadas.

Tabela 5 : Perfil dos locais de compra dos alimentos consumidos de acordo com o quintil do nível de vida das famílias.
(Em percentagem do valor total da despesa alimentar das famílias)

Principais lugares de compra	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	Total
Quiosque/Alimentação	17,2	10,9	17,4	40,8	7,6	36,3
Mercado	13,5	17,1	18,0	27,3	13,4	25,5
Vendedor ambulante	16,0	15,3	12,8	12,1	6,3	12,1
Grande loja	15,6	13,6	19,5	8,8	21,5	10,6
Famílias	5,1	14,5	12,4	6,5	4,5	7,2
Outros comércios modernos	6,4	7,0	6,6	1,2	11,9	2,3
Lojas especializadas	2,6	3,5	4,2	1,3	17,1	2,3
Autoconsumo	4,5	5,1	3,1	0,6	2,0	1,0
Outras	19,2	12,8	5,9	1,5	15,8	2,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

5.1.4 Distribuição e desigualdade da despesa de consumo dos agregados familiares

A análise da distribuição da despesa anual per capita do agregado familiar assim como a desigualdade na sua distribuição transmite uma perspectiva diferente sobre como as famílias realmente vivem. Esta análise está baseada na análise dos índices de desigualdade (índices de Gini e de entropia) e das curvas de dominância estocástica de primeira ordem.

5.1.4.1 Os índices de desigualdade

Os dados das tabelas 6 e 7 demonstram claramente uma grande desigualdade na distribuição do indicador de qualidade de vida. Com efeito, constata-se que os 20% mais pobres da população acumulam apenas 7,9% da riqueza nacional total, enquanto que os 20% mais ricos tem um cumulativo de 41% da riqueza. As populações pobres representam quase 66% da população total, mas ocupam apenas 57% do rendimento total.

Essa desigualdade muito marcada entre as classes extremas do nível de vida é claramente visível nas estimativas dos principais índices de desigualdade (de Gini, índice da entropia). Com efeito, os maiores valores do índice de Gini são registados no primeiro e no último quintil de nível de vida, estimados respectivamente em 12,4% e 19,5% para valores significativamente mais baixos (inferior a 6%) para os quintis intermediários. Nas classes intermédias do nível de vida, a distribuição do indicador do nível de vida (as despesas totais anuais per capita) seria muito menos desigual do que nas classes extremas de qualidade de vida. Mas este resultado é menos visível em comparação com a análise por situação de pobreza, reflectindo a heterogeneidade do grupo dos pobres.

Além disso, constata-se que a análise segundo os quintis do nível de vida, destaca-se mais do que segundo a situação da pobreza, as principais fontes dessa desigualdade. Com efeito, a desigualdade inter-grupo parece explicar mais de 80% da desigualdade da distribuição do rendimento nas classes inferiores do nível de vida, enquanto que nas faixas mais elevadas, este valor aumenta para 68%. Finalmente, se as diferenças entre pobres e não pobres são visíveis, estas são ainda mais claras quando se afina cada um desses grupos.

Tabela 6 : Indicadores de desigualdade da distribuição das despesas dos agregados familiares segundo os quintis das despesas e a situação de pobreza

	Quintis de nível das despesas					Situação de pobreza		Total
	20% mais pobres	2 ^{ème} quintil	3 ^{ème} quintil	4 ^{ème} quintil	20% mais ricos	Pobres	Não pobres	
Parte na população (%)	20,0	20,0	20,0	20,0	20,0	66,3	33,7	100,0
Parte na despesa total per capita (%)	7,9	12,3	16,5	22,3	41,0	57,2	42,8	100,0
Índice de Gini	12,4	5,0	4,8	5,8	19,5	18,7	21,2	32,9
Índices d'entropia								
GE(-1)	3,7	0,4	0,4	0,5	5,8	7,6	6,9	20,4
GE(0)	3,1	0,4	0,3	0,5	6,3	6,3	7,5	17,8
GE(1)	2,7	0,4	0,4	0,5	7,3	5,6	8,7	18,9
GE(2)	2,5	0,4	0,3	0,5	9,2	5,3	11,4	24,7

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 7 : Análise da fonte de desigualdade segundo os quintis de nível de vida e a situação de pobreza

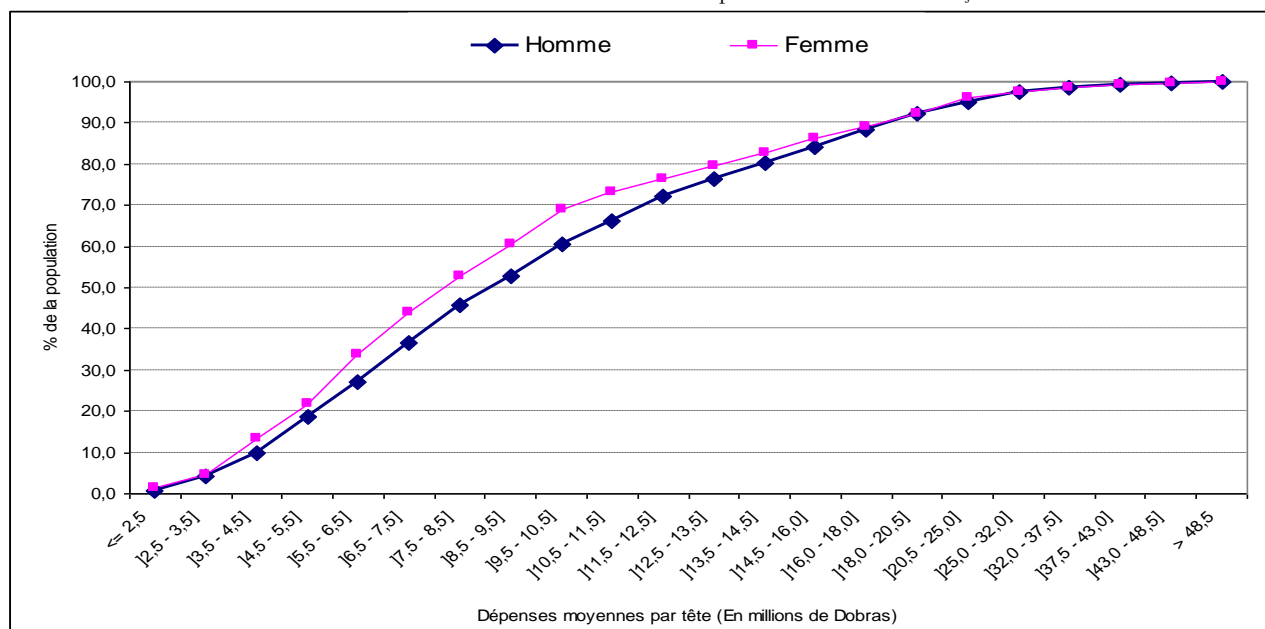
	Segundo os quintis de nível de vida				Segundo a situação de pobreza			
	GE(-1)	GE(0)	GE(1)	GE(2)	GE(-1)	GE(0)	GE(1)	GE(2)
Valores estimados								
Desigualdade Intra grupos	0,028	0,021	0,034	0,080	0,092	0,067	0,074	0,125
Desigualdade Inter grupos	0,176	0,157	0,154	0,167	0,112	0,111	0,115	0,123
Decomposição (%)								
Desigualdade Intra grupos	0,137	0,118	0,181	0,324	0,451	0,376	0,392	0,504
Desigualdade Inter grupos	0,863	0,882	0,819	0,676	0,549	0,624	0,608	0,496

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

5.1.4.2 As curvas de dominância estocásticas de primeira ordem

A análise das curvas de dominância estocástica (de primeira ordem) completa a análise da desigualdade no indicador de nível de vida, para confirmar ou refutar alguns resultados anteriores. Constatou-se assim (ver Quadro 1) que em todos os pontos ao longo da distribuição do indicador de qualidade de vida, a curva de homens domina a das mulheres. Isso confirma que o nível médio de vida é maior para homens do que para as mulheres em 2010.

Gráfico 1 : Curvas de dominância estocásticas de primeira ordem em relação ao sexo



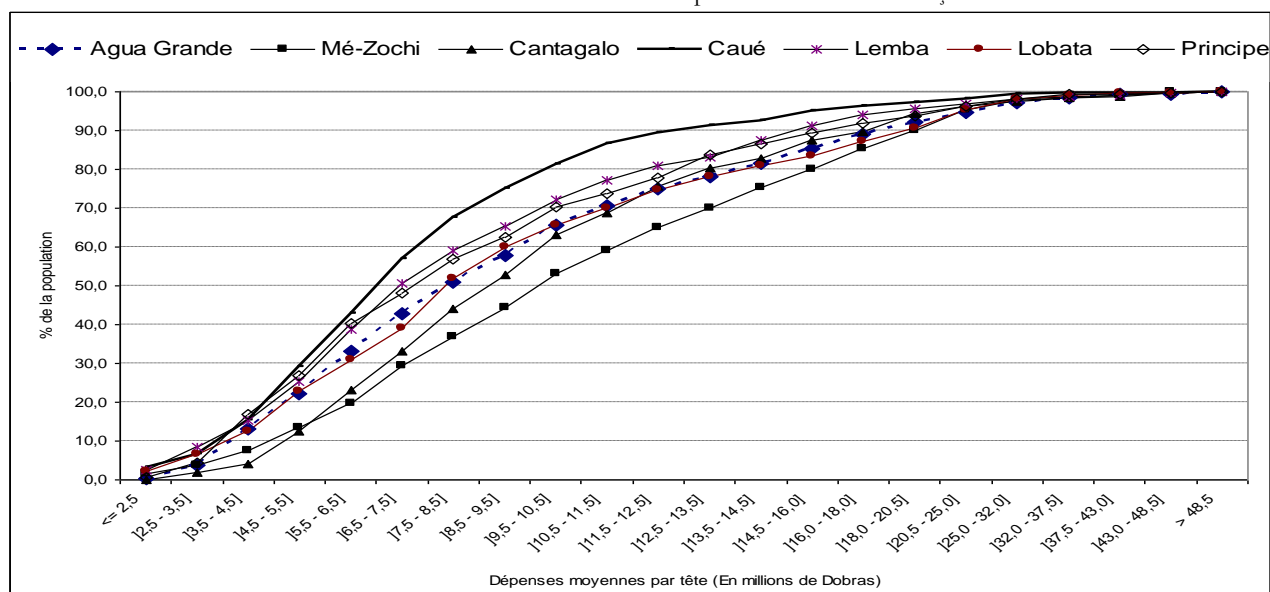
Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

O gráfico 2 permite apenas constatar que Caué é o distrito mais pobre e Mé-Zóchi, o mais próspero, com base nos dados de 2010. Em todos os outros distritos seria difícil (em primeiro grau) definir uma relação clara de pré-ordem entre eles.

O gráfico 3 que se focaliza em grupos socioeconómicos, mostra que os desempregados constituem o grupo mais pobre. Na primeira ordem, seria difícil definir uma relação de pré-ordem entre todos os grupos socioeconómicos, nenhuma dominância clara se apresenta.

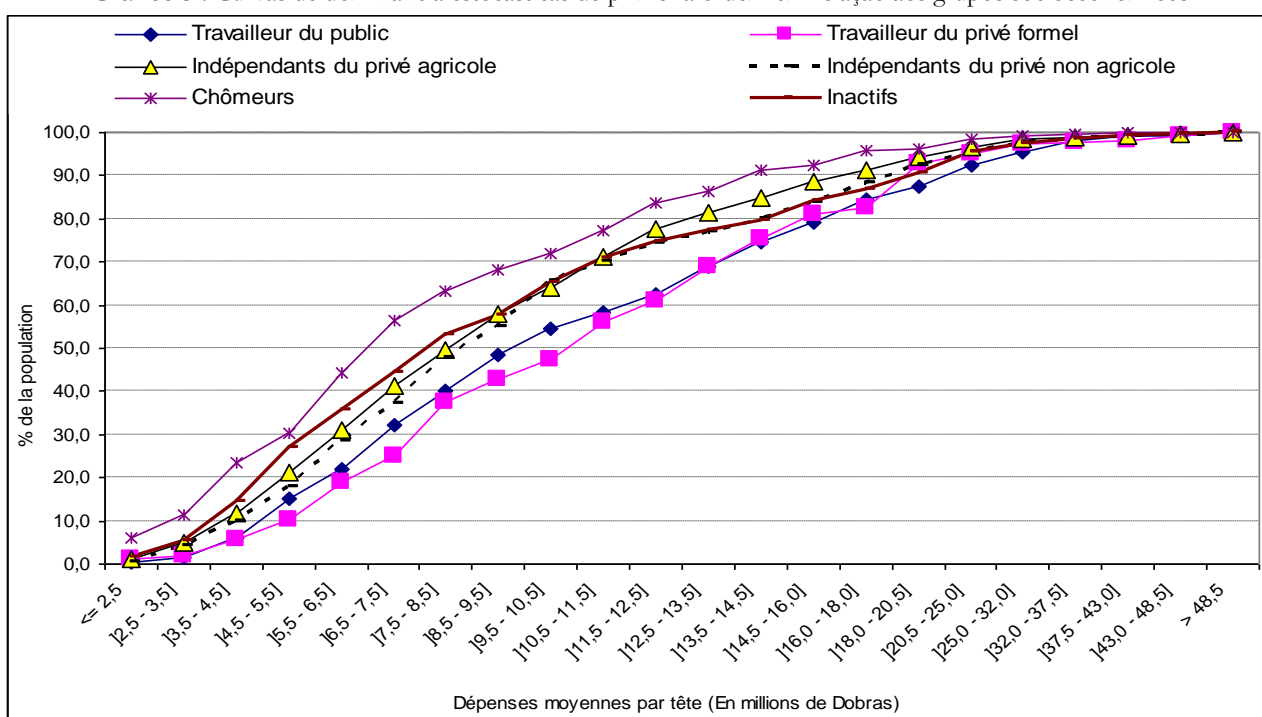
A análise segundo os ramos de actividade (no sector agrícola, de transformação, do comércio e serviços) mostra que o ramo mais rentável no país, em relação aos outros, parece ser o das actividades do sector de serviços e o de transformação, mesmo que não seja possível definir uma hierarquia clara entre eles.

Gráfico 2 : Curvas de dominância estocásticas de primeira ordem em relação aos distritos



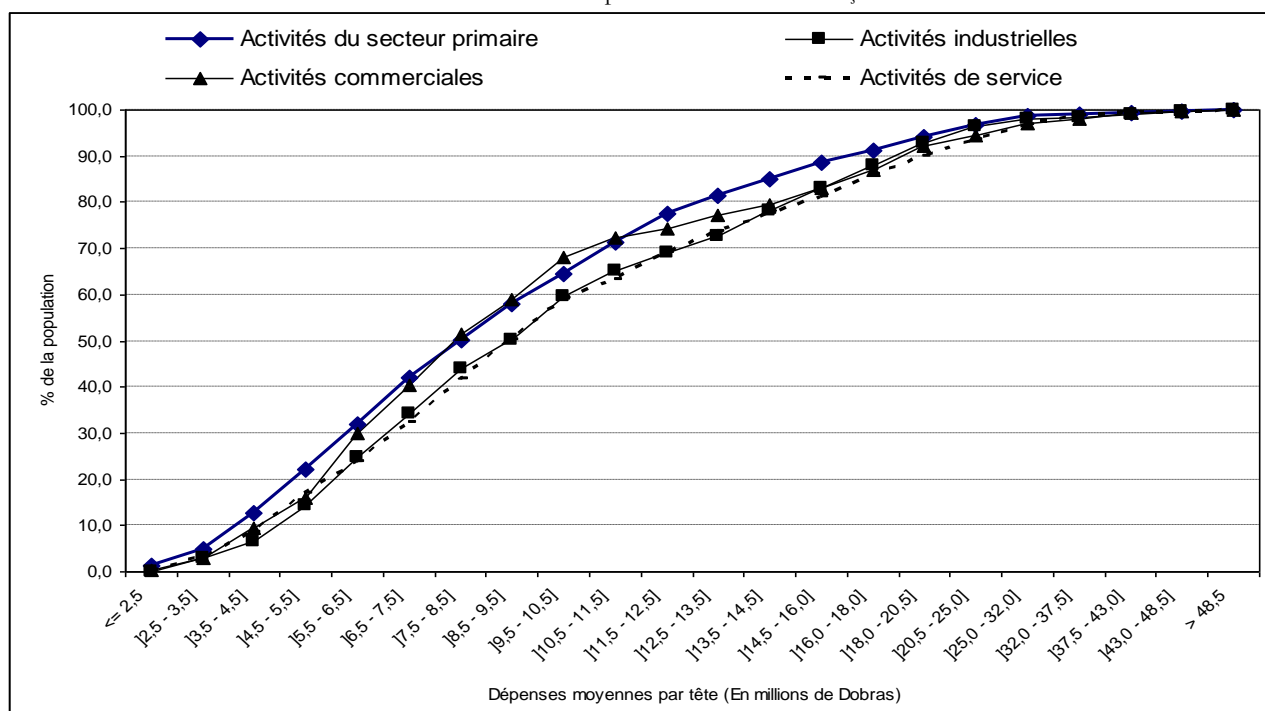
Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Gráfico 3 : Curvas de dominância estocásticas de primeira ordem em relação aos grupos socioeconómicos



Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Gráfico 4 : Curvas de dominância estocásticas de primeira ordem em relação a classe de ramo de actividade



Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

5.2 Outras dotações dos agregados familiares

Esta secção analisa três preocupações: i) as características dos agregados e sua habitação, ii) os bens duráveis que possuem, e iii) as suas dotações (os principais apoios sociais, membros do agregado contribuindo para as despesas da casa, etc.).

5.2.1 Características dos agregados e da sua habitação

Os dados das tabelas 8 e 9 ressaltam que 21% dos alojamentos em que vivem as famílias foram adquiridos antes de 1975. Mas a proporção desses alojamentos estarem entre os mais antigos no país é maior nos distritos de Cantagalo (36,1%) de Caué (31,9%) e Lobata (26,8%). Há uma grande probabilidade de que esses alojamentos, na verdade remontem aos tempos coloniais.

A maioria das famílias do país vive numa situação de comodidades mínimas, particularmente em termos de acesso à eletricidade, água potável e um moderno sistema de saneamento. Nota-se, com efeito, que 79% dos domicílios têm acesso a uma fonte de água potável através de um sistema de canalização (seja dentro ou fora do domicílio) e os valores de mínimos para este indicador são estimados em 66% e 67% respectivamente para os distritos de Mé-Zóchi e do Príncipe. O acesso à electricidade como a principal fonte de iluminação da habitação das famílias é satisfeita para 52,7% das famílias, mesmo se a este nível são registadas disparidades significativas de um distrito para o outro. De facto, em alguns distritos (Caué, Cantagalo e Lembá) a taxa de acesso das famílias à eletricidade é de 30%, enquanto que ultrapassa 40% em todos os outros distritos.

Em relação a existência de um sistema de esgoto moderno (tanque de esgoto, fossa séptica), apenas 36,6% dos lares têm acesso fácil. Este dispositivo é encontrado principalmente nos distritos de Água Grande (49,2%) e Príncipe (47,6%), enquanto que em outros distritos, este indicador varia entre 19% e 34%.

Os sistemas modernos de eliminação de resíduos estão ainda por consolidar. Pode-se constatar, com efeito que apenas 9,6% das famílias utilizam as lixeiras públicas para colocar o seu lixo. Mais uma vez, este dispositivo é mais extensivo e mais usado em Água-Grande e no Príncipe.

Em relação as características da habitação ocupada pelas famílias, muito poucos são construídas com paredes, tetos e pisos feitos de materiais duráveis (estimados respectivamente em 22,6%, 14,8% e 28,9%). Parece mesmo que, nos distritos mais populosos, as características dos tipos dominantes de habitação não obedecem as características geralmente aceites como sendo os materiais duráveis. Isto justifica a baixa proporção de agregados nos distritos de Água-Grande e Mé-Zóchi com as características de suas casas. Esses resultados também podem, de algum modo, justificar que para muitas famílias, o Governo deve estar mais envolvido na construção de moradias para as populações (ver secção 6.4 do capítulo 6).

Esta última conclusão é comprovada pela análise de satisfação do agregado familiar no que diz respeito a uma série de preocupações relacionadas com as suas casas. É de realçar que o índice de satisfação dessas famílias em relação ao sistema de acesso à água potável é muito baixo (21,3%), evacuação de lixo doméstico (9,0%), a drenagem das águas da chuva (10,3%) e o fornecimento da corrente eléctrica (16,8%). Para nenhum desses serviços prestados em relação aos seus alojamentos, independentemente do distrito em questão, a taxa de satisfação não chega aos 30%. A diferença entre as famílias pobres e não-pobres em relação ao nível de satisfação não é muito significativa para cada um dos distritos analisados. É bom então reconhecer para essas famílias, a necessidade não só de construir casas, mas também para além disso, que estas sejam mais modernas, integrando comodidades mínimas (sistema de drenagem das águas pluviais, lixo doméstico, de água potável e eletricidade).

Tabela 8 : Características do alojamento segundo o distrito

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
1. Características dos agregados								
% agregados que adquiriram o seu alojamento antes de 1975	17,3	18,0	36,1	31,9	15,2	26,8	9,3	20,6
% agregados que utilizam lenha para cozinhar	18,7	12,9	21,1	35,6	27,0	36,4	30,9	21,4
% de agregados que utilizam electricidade como principal fonte de iluminação	69,7	52,6	28,5	23,8	29,6	43,5	55,7	52,7
% de agregados que tem acesso a água potável	84,1	66,0	83,1	88,0	90,6	79,4	67,1	78,7
% de agregados que utilizam o sistema de saneamento moderno ^a	49,2	29,0	19,9	33,7	28,5	30,3	47,6	36,8
% de agregados que utilizam os depósitos públicos para deitar os seus lixos	17,8	1,0	7,4	6,1	5,1	2,3	21,9	9,6
2. Principais características do alojamento dos agregados								
% de alojamentos com muros de matérias duráveis	14,9	15,7	35,0	36,4	29,3	35,5	36,9	22,6
% de alojamentos com tectos de materiais duráveis ^c	5,8	6,9	30,5	38,3	22,6	27,1	29,4	14,8
% de alojamentos com solo de materiais duráveis ^d	24,3	17,8	37,2	43,4	34,7	40,7	53,0	28,9
% de alojamentos com cozinha no interior	33,0	17,5	14,5	26,0	10,7	10,5	18,8	22,0
3. % de agregados satisfeito com o seu alojamento em termos do sistema...								
... de acesso a água	27,5	19,7	13,1	10,6	14,1	17,3	28,1	21,3
... de evacuação dos lixos domésticos	12,3	7,8	7,0	6,3	3,6	3,5	17,9	9,0
... de drenagem das águas de chuva	10,5	9,7	9,4	5,0	12,9	10,0	14,9	10,3
... de fornecimento de corrente eléctrica	17,6	18,0	1,5	5,0	23,2	20,8	28,1	16,8

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

(a) : Esgoto, fossa séptica

(b) : Mista/ Mistura, Betão/ Bloco de Pedras

(c) : Roselite / telha, zinco

(d) : Cimento, Telha

Tabela 9 : Características do alojamento segundo a situação de pobreza e o nível de vida

	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
1. Características dos agregados								
% agregados que adquiriram o seu alojamento antes de 1975	21,6	19,3	22,7	20,2	20,1	21,9	19,2	20,6
% agregados que utilizam lenha para cozinhar	20,9	22,1	20,4	19,7	23,4	21,8	21,3	21,4
% de agregados que utilizam electricidade como principal fonte de iluminação	48,2	58,1	42,2	42,7	53,6	57,7	58,3	52,7
% de agregados que tem acesso a água potável	79,3	78,0	78,0	81,6	78,6	79,9	76,8	78,7
% de agregados que utilizam o sistema de saneamento moderno ^a	33,8	40,3	27,2	33,2	39,1	35,2	42,4	36,8
% de agregados que utilizam os depósitos públicos para deitar os seus lixos	8,8	10,4	6,9	10,2	10,2	7,8	11,1	9,6
2. Principais características do alojamento dos agregados								
% de alojamentos com muros de matérias duráveis ^b	21,0	24,5	20,7	22,7	19,8	22,7	24,9	22,6
% de alojamentos com tectos de materiais duráveis ^c	13,8	16,0	14,2	15,8	12,2	13,9	16,8	14,8
% de alojamentos com solo de materiais duráveis ^d	27,7	30,3	28,1	28,6	25,5	29,0	31,2	28,9
% de alojamentos com cozinha no interior	18,3	26,5	11,6	16,0	22,5	23,1	28,6	22,0
3. % de agregados satisfeito com o seu alojamento em termos do sistema...								
... de acesso a água	18,4	24,7	14,6	18,3	21,8	18,8	27,0	21,3
... de evacuação dos lixos domésticos	7,3	11,1	6,2	9,2	8,5	6,5	12,3	9,0
... de drenagem das águas de chuva	9,3	11,5	9,7	9,2	9,7	9,2	12,2	10,3
... de fornecimento de corrente eléctrica	14,4	19,7	12,5	13,3	17,0	18,3	19,3	16,8

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

(a) : Esgoto, fossa séptica

(b) : Mista/ Mistura, Betão/ Bloco de Pedras

(c) : Roselite / telha, zinco

(d) : Cimento,

5.2.2 Bens duráveis na posse dos agregados familiares

É importante analisar a dotação do agregado familiar em termos de bens duráveis, incluindo meios de transporte, bens de equipamentos, não só para o conforto, como também para o lazer.

Compreende-se melhor com esta análise que as famílias esperam que o Governo desenvolva infraestruturas de transportes. Na verdade, esta parece ser uma condição necessária para que incentive as famílias a comprar mais veículos. No contexto actual, de acordo com dados do IOF em 2010, apenas 3,8% e 4,2% dos agregados no país estão dotados de um veículo e uma motorizada.

Ao nível dos bens de equipamento que permitem apreciar o conforto das condições de vida das famílias, consta-se igualmente uma baixa taxa de posse, ainda que as famílias não-pobres pareçam ser relativamente melhores do que as famílias pobres.

Em termos de bens de equipamento para o lazer, observou-se que as taxas de posse são relativamente mais importante para alguns. De facto, 65,5% de todas as casas têm um telefone móvel (62,5% ao nível das famílias pobres e 69,2% ao nível das famílias não-pobres), 55,6% dispõem de um aparelho de televisão (respectivamente 51,7% e 60,2% para os pobres e não pobres) e 41,9% possuem um aparelho de rádio.

É importante mencionar esses itens, porque podem facilitar a disseminação de programas de educação do Estado em relação às suas actividades no domínio da saúde, educação, emprego e/ou outras medidas políticas direccionadas para as populações onde quer que estejam no país.

Tabela 10 : Bens duráveis pertencentes às famílias por distrito

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
1. Meios de deslocação								
Viatura	6,7	2,5	1,8	1,4	1,9	2,3	1,1	3,8
Moto	6,5	4,4	1,5	1,6	1,7	2,5	1,3	4,2
2. Bens de equipamentos na posse dos agregados								
Fugão de petróleo/carvão	84,3	60,5	45,3	40,5	49,2	58,2	48,9	65,2
Congelador	14,3	13,5	4,4	4,2	4,2	6,2	16,7	11,1
Máquina de lavar	0,8	-	0,2	0,5	0,4	0,7	0,4	0,5
Climatizador/Split	1,0	0,1	0,2	0,3	0,0	1,2	0,5	0,6
Ventoinha	38,0	21,7	12,7	10,5	10,7	16,5	37,0	25,7
Telefone fixo	12,8	5,0	4,3	5,9	1,7	4,1	12,5	7,9
Computador sem conexão a internet	2,7	0,2	0,6	0,9	0,4	1,6	3,2	1,5
3. Bens de equipamento de diversão								
Televisão	70,1	55,2	38,5	29,8	29,2	49,5	58,2	55,6
Rádio	51,7	37,3	29,2	32,7	26,3	41,8	48,3	41,9
Computador com conexão a Internet	0,3	0,2	0,2	0,5	-	0,2	0,3	0,2
Telefone móvel	78,9	67,1	44,4	36,7	37,0	62,7	73,6	65,5
Antena parabólica	3,5	2,3	1,3	0,7	0,2	1,1	3,1	2,3

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 11 : Bens duráveis pertencentes às famílias de acordo com situação de pobreza e de vida

	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
1. Meios de deslocação								
Viatura	2,5	5,3	0,1	2,7	4,2	3,5	5,9	3,8
Moto	3,6	4,9	2,8	2,5	5,0	2,8	6,1	4,2
2. Bens de equipamentos na posse dos agregados								
Fugão de petróleo/carvão	61,7	69,4	52,3	61,2	67,8	63,8	72,4	65,2
Congelador	8,8	13,9	4,8	7,9	11,3	13,6	13,8	11,1
Maquina de lavar	0,2	0,7	0,1	0,5	0,1	0,2	1,0	0,5
Climatizador/Split	0,5	0,7	0,5	0,2	0,9	0,7	0,6	0,6
Ventoinha	20,5	31,9	12,3	17,8	25,1	27,4	34,7	25,7
Telefone fixo	6,2	9,9	6,5	2,9	9,3	7,6	10,3	7,9
Computador sem conexão a internet	0,4	2,9	0,2	0,1	0,9	2,1	2,8	1,5
3. Bens de equipamento de diversão								
Televisão	51,7	60,2	43,4	47,5	59,1	56,0	62,6	55,6
Rádio	39,1	45,1	31,1	38,0	45,8	38,6	48,3	41,9
Computador com conexão a Internet	0,0	0,5	-	0,1	0,0	0,1	0,7	0,2
Telefone móvel	62,5	69,2	53,3	63,0	67,7	68,9	68,6	65,5
Antena parabólica	1,0	3,9	0,7	0,6	1,6	2,5	4,3	2,3

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

5.2.3 Outras dotações das famílias

O item relativo ao exame de outras dotações das famílias interessa-se em particular para o status de ocupação do seu alojamento, as condições relativas ao aluguer (a identificação dos principais proprietários de unidades de estruturas construídas, as principais fórmulas de aluguer) assim como membros da família que contribuem para as suas despesas.

Constata-se que em 2010, 67% das habitações são alugadas e, em qualquer distrito considerado, mais de 50% das famílias estão nessa situação. Esta é uma situação preocupante quer para as famílias mais pobres (68,2% dos inquilinos) quer para as famílias não-pobres (65,5% dos inquilinos). Apenas 21,4% das famílias são proprietárias das casas onde vivem e 11,6% estão alojados gratuitamente.

Para os agregados alojados gratuitamente, a família (61,7%) e o Estado (32,1%) são os principais patrocinadores. O estado intervém certamente no quadro de atribuição de alojamentos de função aos seus funcionários e isto, como para as famílias que ajudam seus membros a ser alojados, constitui um grande apoio para o seu orçamento.

No caso dos domicílios arrendados, os métodos que predominam parecem ser a inexistência total de contratos (51,4%) ou dos contratos renováveis, sem periodicidade específica (33%).

Tabela 12 : Outras dotações dos agregados segundo estratos

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
1. Estatuto de ocupação da habitação								
% de proprietários	18,7	12,9	21,1	35,5	27,0	36,4	30,9	21,4
% alojados gratuitamente	15,6	11,8	6,1	3,6	6,0	9,6	11,4	11,6
% inquilino	65,7	75,3	72,8	60,8	67,0	54,0	57,7	67,0
2. Para os agregados alojados gratuitamente, qual é a principal entidade proprietária?								
A família	95,7	71,9	50,4	17,3	36,6	41,3	33,4	61,7

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
O empregador	2,6	4,1	8,4	26,0	7,8	1,8	1,8	5,2
O Estado	0,9	24,0	40,5	53,8	54,6	55,9	63,6	32,1
Outros	0,8	0,0	0,7	2,9	1,0	1,0	1,2	1,0
3. Para os agregados inquilinos, qual é a principal forma de contrato?								
Arrendamento com contrato de duração determinada 3 à 5 anos	5,5	7,8	20,5	6,0	13,5	3,9	3,4	7,0
Contrato renovável sem periodicidade específica	35,1	34,4	22,9	7,7	52,2	27,1	19,1	33,0
Sem contrato	50,4	50,5	24,7	72,7	34,3	67,3	73,1	51,4
Outros	9,0	7,3	31,9	13,6	0,0	1,7	4,4	8,6

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 13: Outras subsídios de famílias por situação de pobreza e de vida

	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
1. Estatuto de ocupação da habitação								
% de proprietários	20,9	22,1	20,4	19,7	23,4	21,8	21,3	21,4
% alojados gratuitamente	10,9	12,4	11,6	11,1	10,9	9,6	13,6	11,6
% inquilino	68,2	65,5	68,0	69,3	65,7	68,7	65,0	67,0
2. Para os agregados alojados gratuitamente, qual é a principal entidade proprietária								
A família	61,0	62,6	46,8	57,8	72,3	69,2	57,5	61,7
O empregador	5,3	5,2	7,1	6,3	3,2	3,7	6,4	5,2
O Estado	32,3	31,8	43,8	35,9	23,0	26,1	35,7	32,1
Outros	1,4	0,4	2,3	0,0	1,5	1,0	0,4	1,0
3. Para os agregados inquilinos, qual é a principal forma de contrato?								
Arrendamento com contrato de duração determinada 3 à 5 anos	3,8	10,3	3,1	3,6	2,9	14,1	8,3	7,0
Contrato renovável sem periodicidade específica	42,1	23,4	48,9	36,0	41,1	30,0	23,5	33,0
Sem contrato	42,7	60,6	36,4	37,2	51,5	51,4	62,8	51,4
Outros	11,4	5,7	11,6	23,2	4,5	4,5	5,4	8,6

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

O IOF em 2010 incluía dados sobre os membros da família que contribuem para as despesas dos agregados. A análise desses dados permitiu por em relevo o perfil desses indivíduos em termos da relação com o chefe da família.

A análise das tabelas 14 e 15 mostra que, além de chefes de família, em média, duas outras pessoas participam nas despesas domésticas. Em 60,4% dos casos em média, as despesas domésticas são suportadas pelo chefe, em 20,7% dos casos pelos seus cônjuges e 15% dos casos pelas crianças. As contribuições de outros membros (pai / mãe, outros membros com relação de parentesco, outros membros não parentes, domésticas) as despesas das famílias são muito marginais, inferiores a 4%.

Nota-se no entanto uma ligeira diferença no perfil dos colaboradores segundo o estado de pobreza da família. De facto, nas famílias pobres, o chefe e o seu cônjuge contribuem em 75,6% para a despesa total das famílias, mas são apoiados por uma contribuição bastante significativa dos seus filhos (19,8%) e, em muito menor proporção, outros membros parentes (3,7%). Ao contrário, nas famílias não-pobres, o chefe e cônjuge contribuem com cerca de 90% para as despesas domésticas. A contribuição das crianças representa apenas 8,7% do valor total das contribuições e a de outros membros com relação de parentesco, apenas 2,4%.

Tabela 14: Característica dos membros que contribuem para as despesas do agregado por distrito

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Tamanho médio dos agregados	4,5	4,5	4,1	4,5	4,9	4,3	3,9	4,4
Efectivo médios dos contribuintes por agregado	1,7	1,6	1,5	1,6	1,6	1,5	1,4	1,6
Perfil (em %) dos principais contribuintes para as despesas dos agregados								
Chefe do agregado	57,6	59,2	63,2	62,9	61,6	65,7	68,7	60,4
Cônjuge do chefe de família	19,6	22,0	21,7	25,0	23,5	18,9	17,2	20,7
Filhos do chefe de família	18,3	14,5	12,5	10,0	13,1	11,3	11,8	15,0
Pai/mãe do chefe de família	0,3	-	0,6	0,3	0,2	0,4	-	0,3
Outros parentes do chefe de família	4,1	3,3	2,1	1,0	1,1	2,9	2,3	3,2
Outros membros não parentes	0,1	0,8	-	0,9	0,5	0,8	-	0,4
Empregadas domésticas	-	0,2	-	-	-	-	-	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 15 : Membros a contribuir para as despesas do agregado de acordo com o estado de pobreza e níveis de vida

	Situação de pobreza		Quintil do nível de vida					Total
	Pobres	Não pobres	20% mais pobres	2º quintil	3º quintil	4º quintil	20% mais ricos	
Tamanho médio dos agregados	5,4	3,3	6,6	5,6	4,7	4,1	2,9	4,4
Efectivo médios dos contribuintes por agregado	1,7	1,5	1,8	1,7	1,7	1,5	1,4	1,6
Perfil (em %) dos principais contribuintes para as despesas dos agregados								
Chefe do agregado	55,7	67,1	51,0	54,0	58,5	62,9	69,1	60,4
Cônjuge do chefe de família	19,9	21,9	16,5	20,9	22,1	22,7	20,4	20,7
Filhos do chefe de família	19,8	8,7	26,0	20,6	11,6	11,6	7,7	15,0
Pai/mãe do chefe de família	0,4	0,1	0,5	0,5	0,2	0,2	0,1	0,3
Outros parentes do chefe de família	3,7	2,4	6,0	3,7	2,5	2,5	2,5	3,2
Outros membros não parentes	0,5	0,3	-	0,3	0,1	0,1	0,3	0,4
Empregadas domésticas	0,1	-	-	-	-	-	-	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Um efeito de especialização mais importante, é portanto, mais perceptível nos agregados familiares não-pobres em comparação com as famílias pobres, o chefe e seu cônjuge, assumindo praticamente todas as despesas da casa. Nas famílias pobres, a diversificação mais significativa dos contribuintes parece ser uma estratégia adaptativa para melhorar as suas condições de vida, mas pode abrir caminho para perturbações sociais significativas (prostituição infantil, as crianças na/ da rua, etc.).

No total, é claro que as famílias chefiadas por mulheres vivem, em média, menos do que aquelas chefiadas por homens, o que confirma o gráfico da curva de dominância estocástica com relação ao sexo. As diferenças entre famílias em termos de categoria socioprofissional, do sector institucional de actividade do chefe de família (público, privado formal, privado informal, doméstico,) assim como do seu distrito de residência, não estabelece uma hierarquia clara entre eles, além de algumas evidências.

Uma boa parte das famílias ocupam casas que datam de mais de 35 anos e as famílias estão geralmente insatisfeitas com as condições mínimas (sistema de abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, abastecimento de electricidade, etc.) que são oferecidas nestas habitações.

CAPITULO VI : ANÁLISE DA POBREZA NÃO MONETÁRIA

Esta seção tem como objectivo proceder a uma análise da pobreza não-monetária. É baseada em dados de um modelo qualitativo que foi conjugado com o inquérito quantitativo realizado junto às famílias. Assim, os resultados obtidos são facilmente extrapolados e interpretados ao nível do país e para os distritos seleccionados. Os dados deste modelo permitem não só avaliar a dimensão e as características principais da pobreza subjectiva, como também as expectativas das pessoas em relação à orientação das políticas públicas.

A noção de pobreza subjectiva utilizada neste estudo, baseia-se numa abordagem que consiste em perguntar directamente aos inquiridos em que nível eles situam o seu nível de vida. Esta informação é fornecida em resposta à pergunta “Se for solicitado para classificar as famílias em “muito pobres”, “pobres”, “nem pobres nem ricos”, “ricos” ou “não sei” onde irá colocaria o seu agregado?”.

Assim, a partir desta pergunta dois grupos de agregados foram constituídos :

- **As famílias pobres:** eles são representativos daqueles que declaram estar "muito pobres" ou "pobres";
- **As famílias não- pobres:** incluem todas as famílias que respondem a outras modalidades.

Esta tipologia de pobreza subjectiva foi confrontada com a tipologia objectiva da pobreza monetária a fim de analisar as percepções que as famílias têm de suas condições de vida.

Apesar da sua utilidade em compreender a satisfação das pessoas em relação ao seu nível de vida real, é difícil utilizar método se se quiser dar uma interpretação normativa a estas comparações subjectivas ao longo do tempo ou em diferentes contextos. As informações disponíveis permitem orientar, com base numa tipologia monetária (condição de pobreza, quintil do nível de vida), as análises com base nos seguintes eixos:

- a percepção da pobreza;
- as dificuldades associadas às condições de vida das famílias;
- as estratégias de adaptação das famílias para melhorar às suas condições de vida;
- Acções prioritárias esperadas da política do governo.

6.1 Percepção da Pobreza

As principais causas da pobreza do ponto de vista dos agregados

A análise da percepção da pobreza permite apreciar como é que as famílias consideram as causas da pobreza em relação à sua experiência quotidiana. De facto, os dados do inquérito revelam que os casos mais citados por ambas as famílias explicando a pobreza, independentemente da ordem de prioridades mencionadas, são resumidos como se segue de forma ordenada (ver tabela 1 mais em baixo):

- falta de trabalho (89%);
- má gestão dos bens públicos (42%);
- o declínio do poder de compra com a subida dos preços (41%);
- a corrupção (29%);
- a falta de terra para plantar (16%);
- a preguiça e falta de iniciativa das pessoas (11%);
- o baixo nível de escolaridade da população (6%).

Estes casos associam bem, ambos os factores relacionados com as orientações de políticas públicas (a falta de trabalho, a má gestão dos bens públicos, o baixo nível de instrução das populações, a

difículdade de acesso à propriedade de terra), mas também factores ligados aos próprios comportamentos das populações (propensão à preguiça, falta de iniciativa).

Tabela 1 : Percepção (%) sobre as principais causas da pobreza segundo a situação de pobreza monetária e o sexo do chefe do agregado

	Prioridade nº1			Prioridade nº2			Prioridade nº3		
	Pobre	Não pobre	Total	Pobre	Não pobre	Total	Pobre	Não pobre	Total
Falta de emprego	91,0	87,8	89,5	1,6	2,5	2,0	0,8	0,7	0,7
Baixo nível de instrução	3,1	3,0	3,1	5,1	6,7	5,8	1,7	1,4	1,6
Falta de terra para cultivar	1,7	2,9	2,2	15,7	15,4	15,6	1,8	1,7	1,7
Preguiça	0,5	0,8	0,7	10,8	10,9	10,9	1,4	3,7	2,5
Superstição	0,1	0,0	0,0	1,6	2,3	1,9	1,2	0,8	1,0
Má gestão dos bens públicos	2,2	3,4	2,7	43,5	41,3	42,5	13,4	12,2	12,8
Corrupção	0,8	1,3	1,1	17,9	16,9	17,5	27,5	30,7	29,0
Diminuição do poder de compra (preço alto)	0,4	0,7	0,6	2,7	2,6	2,6	44,4	37,9	41,4
Outras causas	0,1	0,1	0,1	0,9	1,5	1,2	7,9	10,9	9,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Como é que os agregados pressentem a pobreza no país e a volta deles ?

A grande maioria (74%) de chefes de família acredita que o país não é pobre, embora 83% das pessoas que vivem nas suas comunidades acreditem que são pobres. Além disso, aproximadamente 68% dessas famílias pensam que vivem pior do que os seus vizinhos. No entanto, os chefes de famílias não-pobres parecem ser menos pessimistas do que as famílias pobres. Estas tendências permanecem robustas quando são analisadas em termos de sexo ou de distritos.

Tabela 3 : Percepção geral sobre a pobreza segundo a situação de pobreza e o sexo do chefe do agregado familiar

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
1. Acha que São Tomé e Príncipe é um país pobre ?									
Sim	22,5	22,4	22,4	18,5	16,8	17,9	20,6	20,1	20,4
Não	71,2	71,3	71,2	77,9	76,8	77,5	74,5	73,5	74,1
Não sabe	6,3	6,3	6,3	3,6	6,4	4,6	4,9	6,4	5,5
2. Acha que as pessoas da sua comunidade são pobres ?									
Sim, todas	26,3	21,4	24,3	20,9	14,5	18,7	23,7	18,6	21,7
Sim, a maioria	44,4	48,2	46,0	46,9	40,4	44,7	45,6	45,0	45,4
Sim, a minoria	12,8	13,0	12,9	18,1	23,0	19,8	15,3	17,1	16,0
Não	3,7	3,1	3,4	4,9	5,0	4,9	4,2	3,9	4,1
Não sabe	12,9	14,2	13,4	9,2	17,1	11,9	11,1	15,4	12,7
3. Como é que vive em relação aos seus vizinhos ?									
Melhor do que eles	15,3	16,2	15,7	20,1	20,7	20,3	17,7	18,1	17,8
Como eles	7,9	4,3	6,4	9,8	4,9	8,2	8,8	4,6	7,2
Pior do que eles	70,4	74,8	72,2	63,5	65,2	64,1	67,1	70,9	68,5
Não sabe	6,4	4,7	5,7	6,5	9,1	7,4	6,4	6,5	6,5

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 4 : Percepção geral da pobreza pelos agregados segundo o estrato

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
1. Acha que São Tomé e Príncipe é um país pobre ?								
Sim	19,8	14,9	18,1	27,2	31,9	26,9	20,5	20,4
Não	74,7	81,5	72,6	64,2	60,5	68,9	74,1	74,1
Não sabe	5,6	3,6	9,3	8,7	7,6	4,2	5,5	5,5
2. Acha que as pessoas da sua comunidade são pobres ?								
Sim, todas	17,8	15,4	29,7	39,3	35,1	30,7	12,0	21,7
Sim, a maioria	45,0	48,4	41,7	34,5	48,8	53,0	27,0	45,4
Sim, a minoria	19,6	16,3	16,5	7,1	4,4	7,7	30,1	16,0
Não	3,2	3,9	2,9	4,8	3,0	2,3	20,0	4,1
Não sabe	14,4	16,1	9,2	14,4	8,6	6,3	10,9	12,7
3. Como é que vive em relação aos seus vizinhos ?								

Melhor do que eles	16,5	16,8	21,4	19,3	10,5	23,7	21,5	17,8
Como eles	2,9	12,5	9,5	10,1	6,7	4,7	12,0	7,2
Pior do que eles	73,7	65,5	64,8	64,4	70,0	67,8	55,6	68,5
Não sabe	6,9	5,2	4,4	6,2	12,8	3,9	10,9	6,5

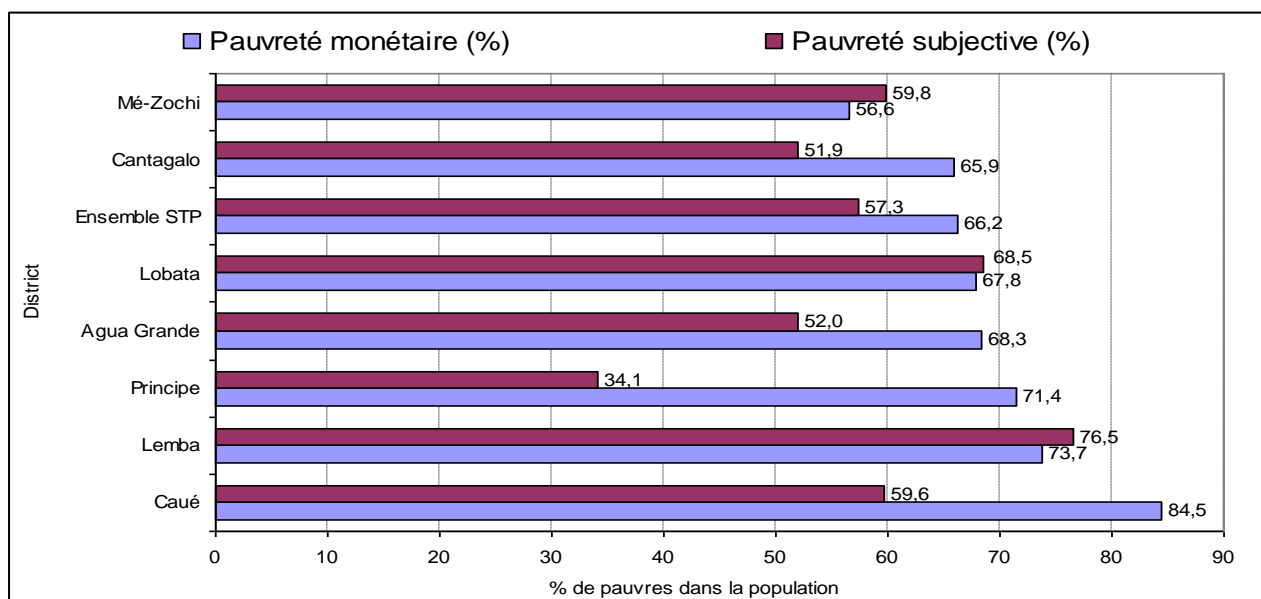
Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Os agregados fazem uma boa avaliação do seu nível de vida?

No geral, constata-se que as famílias que residem em São Tomé e Príncipe, na verdade sentem-se menos pobres do que parecem. Com efeito, a taxa de pobreza subjectiva é estimada em 57,3% contra uma taxa de pobreza monetária de 66,2%. Mas essa percepção parece variar de um distrito para outro. Constata-se que as famílias que vivem em Mé-Zóchi, Lembá e Lobata fazem uma avaliação mais objetiva dos seus níveis de vida (diferença média entre as duas estimativas de pobreza fraca, inferior a 6%), aquelas de outros distritos (Príncipe, Caué, Água-Grande, Cantagalo) sentem-se significativamente menos pobres do que realmente são. O que é que poderia explicar esse sentimento das famílias nestes distritos?

A análise da tabela 9 sugere que este sentimento nos distritos de Água-Grande, Cantagalo, Caué e Príncipe parece justificar-se pela perspectiva económica (em termos de empregos, de diversificação das fontes de rendimento, etc.) relativamente mais importante do que esses distritos oferecem.

Gráfico 1 : Pobreza monetária em relação à pobreza subjectiva



Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 5: Avaliação da percepção dos chefes de família em relação ao seu padrão de vida

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
A. Pobreza monetária (%)	68,3	56,6	65,9	84,5	73,7	67,8	71,4	66,2
B. Pobreza subjectiva (%)	52,0	59,8	51,9	59,6	76,5	68,5	34,1	57,3
Variação em % $[(B/A)-1]*100]$	-23,9	5,7	-21,2	-29,5	3,8	1,0	-52,2	-13,4

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

6.2 Dificuldades ligadas às condições de vida dos agregados familiares

A tabela 6 mostra que, 39% dos agregados acham que o rendimento não seria suficiente para cobrir as suas despesas mensais. Além disso, se apenas 7% dos agregados não têm dificuldade em pagar as taxas escolares dos seus filhos e não têm rendas em atraso, os custos relacionados com o consumo de eletricidade e água (28 %) constituem uma grande preocupação.

Tabela 6 : Perceção das condições de vida segundo a situação de pobreza monetária e o sexo do chefe do agregado

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
1.O rendimento do agregado permite-lhe suportar os encargos?									
Sim	61,2	56,9	59,4	65,1	58,0	62,6	63,1	57,3	60,9
Não	38,8	43,1	40,6	34,9	42,0	37,4	36,9	42,7	39,1
2. Alguns dos seus filhos reprovaram por causa de falta de pagamento das propinas?									
Sim	11,5	11,1	11,4	2,4	3,5	2,8	7,1	8,0	7,5
Não	51,8	48,3	50,4	33,1	34,0	33,4	42,8	42,4	42,6
Não, o agregado não tem filhos na escola	36,7	40,5	38,2	64,5	62,5	63,8	50,1	49,6	49,9
3. Acumulou dívida de aluguer de casa durante estes últimos 12 meses?									
Sim	8,8	7,3	8,2	6,7	6,7	6,7	7,8	7,0	7,5
Não	91,2	92,7	91,8	93,3	93,3	93,3	92,2	93,0	92,5
4. Durante estes últimos 12 meses, o agregado teve dificuldades de pagar as despesas com água e eletricidade?									
Sim	24,2	28,1	25,8	29,9	30,3	30,0	26,9	29,0	27,7
Não	75,8	71,9	74,2	70,1	69,7	70,0	73,1	71,0	72,3
5. Durante estes últimos 12 meses o agregado teve dificuldades de suportar as despesas com aquisição de bens e serviços?									
Sim	6,9	5,2	6,2	9,2	6,0	8,1	8,0	5,5	7,1
Não	93,1	94,8	93,8	90,8	94,0	91,9	92,0	94,5	92,9
6. Como é que evoluiu a situação económica do agregado em relação ao ano de 2009?									
Pior	30,9	36,1	33,1	22,8	31,7	25,9	27,0	34,3	29,8
Um pouco pior	12,5	11,2	12,0	13,7	10,7	12,7	13,1	11,0	12,3
Idêntica	42,7	42,3	42,5	43,2	44,8	43,8	43,0	43,3	43,1
Um pouco melhor	10,1	6,9	8,8	14,6	9,3	12,8	12,2	7,9	10,6
Melhor	3,7	3,6	3,7	5,7	3,5	4,9	4,7	3,5	4,2

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 7 : Perceção das condições de vida do agregado segundo o estrato

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
1.O rendimento do agregado permite-lhe suportar os encargos?								
Sim	60,9	65,0	56,4	57,6	59,9	56,7	63,4	60,9
Não	39,1	35,0	43,6	42,4	40,1	43,3	36,6	39,1
2. Alguns dos seus filhos reprovaram por causa de falta de pagamento das propinas?								
Sim	5,9	6,8	9,4	9,9	12,9	9,7	3,5	7,5
Não	43,2	46,8	38,4	40,4	42,5	35,7	44,7	42,6
Não, o agregado não tem filhos na escola	51,0	46,4	52,2	49,7	44,6	54,6	51,8	49,9
3. Acumulou dívida de aluguer de casa durante estes últimos 12 meses?								
Sim	10,0	8,3	3,8	2,5	4,5	6,1	4,5	7,5
Não	90,0	91,7	96,2	97,5	95,5	93,9	95,5	92,5

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
4. Durante estes últimos 12 meses, o agregado teve dificuldades de pagar as despesas com água e eletricidade?								
Sim	40,6	23,1	16,1	13,1	12,9	19,7	31,0	27,7
Não	59,4	76,9	83,9	86,9	87,1	80,3	69,0	72,3
5. Durante estes últimos 12 meses o agregado teve dificuldades de suportar as despesas com aquisição de bens e serviços?								
Sim	6,7	6,2	4,6	10,8	9,1	9,9	6,8	7,1
Não	93,3	93,8	95,4	89,2	90,9	90,1	93,2	92,9
6. Como é que evoluiu a situação económica do agregado em relação ao ano de 2009?								
Pior	32,0	32,2	28,9	41,1	33,6	16,5	19,2	29,8
Um pouco pior	12,2	9,7	10,2	11,2	16,7	14,8	19,6	12,3
Idêntica	40,8	46,0	48,2	33,4	33,7	51,5	36,6	43,1
Um pouco melhor	8,7	9,7	9,9	8,8	13,8	13,6	20,8	10,6
Melhor	6,4	2,5	2,8	5,6	2,2	3,5	3,8	4,2

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

6.3 Estratégias de adaptação dos agregados para melhorarem as suas condições de vida

Face as dificuldades de sobrevivência, a maioria das famílias em São Tomé e Príncipe depende de duas estratégias principais: buscar trabalho melhor remunerado (81% dos quais 83% nas famílias pobres, contra 78% para as famílias não-pobres) e diversificar as suas fontes rendimento (7,5%, incluindo 7,2% das famílias pobres contra 7,9% para as famílias não-pobres). Na realidade, essas estratégias são dificilmente realizáveis, especialmente num contexto económico marcado pela falta de emprego. Finalmente, a estratégia para a grande maioria das famílias locais será reduzida em diversificar ou multiplicar pequenos trabalhos (importância da pluriatividade), todos os santomenses não têm a sorte de ter um emprego qualitativamente melhor remunerado.

Tabela 8 : Estratégias de adaptação dos agregados segundo a situação de pobreza e o sexo do chefe de família

	Pobres			Não pobres			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Em caso de dificuldade que ações são levadas a cabo pela sua família para melhorar suas condições de vida?									
Procura um trabalho melhor remunerado	84,2	80,5	82,7	79,1	77,1	78,4	81,7	79,1	80,7
Mudar os seus hábitos de consumo	2,1	1,6	1,9	3,9	2,3	3,3	2,9	1,9	2,5
Diversificar sua fonte de rendimento	6,6	7,2	7,2	7,9	8,0	7,9	7,2	8,1	7,5
Migração (êxodo rural ou ao estrangeiro)	2,0	2,4	2,4	5,4	4,3	5,0	3,6	3,5	3,6
Outras estratégias	5,2	5,8	5,8	3,8	8,3	5,4	4,5	7,4	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Tabela 9 : Estratégias de adaptação dos agregados segundo o estrato

	Água-Grande	Mé-Zóchi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
Em caso de dificuldade que ações empreendidas pela sua família para fazer face às despesas?								
Procura um trabalho melhor remunerado	82,3	78,5	87,8	76,8	73,3	80,6	79,3	80,7
Mudar os seus hábitos de consumo	1,7	2,1	1,8	4,9	7,7	2,9	2,5	2,5
Diversificar sua fonte de rendimento	8,4	3,7	4,0	14,4	11,1	8,2	15,3	7,5
Migração (êxodo rural ou ao estrangeiro)	3,5	5,6	3,1	1,5	1,4	3,5	0,4	3,6
Outras estratégias	4,1	10,2	3,4	2,3	6,5	4,7	2,5	5,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

6.4 Ações prioritárias esperadas pela política governativa

Depois de ter caracterizado as principais causas da pobreza das famílias, avaliadas as suas percepções, uma ideia das principais estratégias que elas desenvolvem para melhorar suas condições de vida, é importante analisar as suas expectativas sobre a orientação da política do governo. As acções prioritárias estão hierarquizadas na ordem decrescente de prioridade, a lista a seguir é estabelecida:

- Criar postos de trabalho (89%);
- Garantir a boa governação (49%);
- Garantir os preços acessíveis dos produtos de primeira necessidade (19%);
- Melhorar os salários (19%);
- Lutar contra a corrupção (17%);
- Garantir a segurança de bens e pessoas (11%);
- Facilitar o acesso aos cuidados de saúde (9%);
- Construir habitações (9%);
- Assegurar a distribuição adequada da riqueza nacional (9%);
- Desenvolver infraestruturas de transporte (7%).

O perfil das prioridades mudam ligeiramente em comparação com a condição de pobreza monetária dos agregados familiares e permite caracterizar três blocos de interesse.

Tabela 10: categorização dos desejos esperados pelos agregados segundo a sua situação de pobreza

	Desejo expresso muitas vezes pelos agregados pobres	Desejo expresso muitas vezes pelos agregados não pobres	Desejo expresso nas mesmas proporções pelos agregados pobres e não pobres
Prioridade nº1	-	-	• Criar empregos
Prioridade nº2	• Garantir os preços acessíveis dos produtos de primeira necessidade	• Construir habitações ; • Facilitar o acesso ao ensino e educação	• Lutar contra a corrupção ; • Garantir a segurança das pessoas e bens ; • Facilitar o acesso aos cuidados de saúde ; • Desenvolver as infraestruturas de transporte
Prioridade nº3	• Assegurar a boa distribuição da riqueza nacional	• Melhorar os salários	• Garantir a boa governação

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

A primeira prioridade para as famílias de São Tomé e Príncipe é que a economia nacional contribua na criação de muitos empregos. Esta necessidade, expressa por 89% das famílias confirma um resultado anterior de que a taxa de emprego seria apenas 45%. Em outras palavras, apenas 45% da população em idade activa têm um emprego.

Uma série de prioridades identificadas como secundárias para as famílias, independentemente da situação de pobreza, continua a ser a luta contra a corrupção, a garantia da segurança de pessoas e bens, a facilidade do acesso aos cuidados de saúde e o desenvolvimento de infraestruturas de transporte. De forma mais específica, para as famílias pobres, uma atenção especial deve ser dedicada à garantia de preços para os alimentos básicos, e para as famílias não-pobres, os esforços devem ser feitos não só para construir mais casas, mas também facilitar acesso à educação. O fenómeno de arrendamento de habitações no país ganha terreno tanto do lado das famílias pobres (68,2%) como das famílias não-pobres (65,5%), pode-se facilmente entender a razão pela qual todo mundo quer que seja o Estado a investir na construção das habitações.

A luta para garantir a boa governação, se ela é ressentida tanto pelas famílias pobres como pelas famílias não pobres, constitui uma prioridade de último grau, assim como a boa distribuição da riqueza nacional (ao nível de famílias pobres) e melhoria dos salários (nas famílias não-pobres).

Tabela 11 : Acções prioritárias esperadas do Governo para melhorarem as condições de vida dos agregados familiares segundo a situação de pobreza e o sexo do chefe de família (Em % do número total de agregado)

	Prioridade nº1			Prioridade nº2			Prioridade nº3		
	Pobres	Não pobres	Total	Pobres	Não pobres	Total	Pobres	Não pobres	Total

Criar empregos	89,3	88,1	88,8	1,6	1,6	1,6	1,2	0,6	1,0
Facilita o acesso a instrução	1,8	1,9	1,9	3,3	4,1	3,7	0,1	0,2	0,2
Desenvolver as infraestruturas de transporte	2,3	2,0	2,2	6,8	6,7	6,8	0,7	0,3	0,5
Facilitar o acesso aos cuidados de saúde	0,9	1,6	1,2	8,7	8,7	8,7	1,5	0,9	1,2
Construir as habitações	0,8	0,7	0,8	7,9	9,4	8,6	0,6	0,6	0,6
Garantir a segurança das pessoas e bens	0,7	0,5	0,6	10,3	11,0	10,6	1,4	1,4	1,4
Lutar contra a corrupção	1,1	1,2	1,2	17,5	17,3	17,4	3,0	4,2	3,6
Garantir os preços acessíveis dos produtos de primeira necessidade	1,1	1,2	1,2	20,2	17,3	18,9	10,8	10,3	10,6
Assegurar a boa distribuição da riqueza nacional	0,2	0,7	0,5	6,0	5,2	5,6	10,4	8,3	9,4
Melhorar os salários	0,5	0,8	0,7	14,1	14,0	14,1	18,4	19,8	19,1
Garantir a boa governação	1,2	1,1	1,2	3,1	4,5	3,7	49,2	48,6	48,9
Outros	-	0,1	0,1	0,5	0,2	0,4	2,6	4,8	3,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte : IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

CAPITULO VII : ANÁLISE DA PROPENSÃO DAS FAMÍLIAS A SEREM POBRES

7.1 Abordagem metodológica

Esta secção tem como objetivo analisar a propensão das famílias a serem pobres. Para isso, ela está baseada em duas variáveis principais: a percepção que as próprias famílias têm de seu nível de vida (P) e análise do seu estado de pobreza (Q).

Cada uma das variáveis é dicotómica como se segue:

$P = 1$ se o chefe da família acha que é pobre subjectivamente
 $= 0$ se não.

A análise da pobreza monetária pela via do custo das necessidades básicas permite distinguir objectivamente as famílias pobres das famílias não pobres. A dicotomia dessa informação é da seguinte forma:

$Q = 1$ se o agregado é monetariamente pobre
 $= 0$ se não.

Com base nessas duas variáveis, convém analisar o impacto de uma série de factores sobre a propensão das famílias a serem pobres. Estas duas situações estão certamente correlacionadas, uma das análises foi feita a partir de um modelo Probit bivariado (modelo 1). Esta especificação permite determinar, mantendo tudo constante, quais são os determinantes que influenciam as duas decisões associadas (a percepção subjetiva de seu estado de pobreza, a estimativa objetiva do estado de pobreza). Este modelo não corresponde a um modelo de seleção e as famílias podem pensar que são pobres, mas o não serem na realidade, ou vice-versa. Estas duas decisões darão lugar a uma análise possível da propensão das famílias a serem pobres de acordo com seus perfis diferentes (modelo 2 - Probit multivariado). A ideia por trás de cada um desses modelos é analisar se a percepção subjetiva que as famílias têm de seu nível de vida tem um impacto sobre seu padrão de vida objetivo.

Especificação do modelo Probit bivariado

Este modelo permite especificar, mantendo tudo constante, o que são os determinantes que influenciam as duas decisões conjuntas. Tenta destacar o grau de dependência mais ou menos importante que pode existir entre essas duas decisões (problema de endogeneidade). Na verdade, as famílias podem, por uma razão ou outra, pensar que são pobres e não quererem fazer esforços para melhorar as suas condições de vida. Por outro lado, alguns podem pensar que são pobres, mas tomar todas as iniciativas possíveis para alterar o seu estatuto social.

A análise deste modelo consiste, portanto, em analisar as determinantes da probabilidade de serem pobres. A variável dependente é assumida como determinada por uma série de variáveis relacionadas com as características sociodemográficas do chefe da família (*sexo, faixa etária, escolaridade, tipo de agregado familiar, nacionalidade, nível de alfabetização*), suas características socioeconómicas (*estatuto de ocupação do alojamento, número de contribuintes activos para as despesas do grupo familiar, grupos socioeconómicos*), as características psicossociais (*percepção sobre a preguiça, a feitiçaria, a percepção em relação à pobreza no país, a percepção em relação à pobreza dos membros de sua vizinhança*) e local de residência (distrito).

Quadro 1 : O modelo probit bivariado

Formalmente, as equações a serem estimadas são as seguintes (modelo 1) :

$$(1) Y_{Zi}^* = \beta X_i + \mu_{Zi}$$

$$(2) Y_{Zi} = 1 \text{ se } Y_{Zi}^* = 1, \text{ senão } Y_{Zi}^* = 0$$

Y_{Zi}^* é uma variável latente não observável que reflecte a participação ou não do chefe de família no mercado de trabalho .

Do mesmo modo, as equações seguintes modelizam o estatuto de pobreza (1) ou não (0) do agregado (modelo 2) :

$$(3) Y_{Hi}^* = \beta X_i + \mu_{Hi}$$

$$(4) Y_{Hi} = 1 \text{ se } Y_{Hi}^* = 1, \text{ senão } Y_{Hi}^* = 0$$

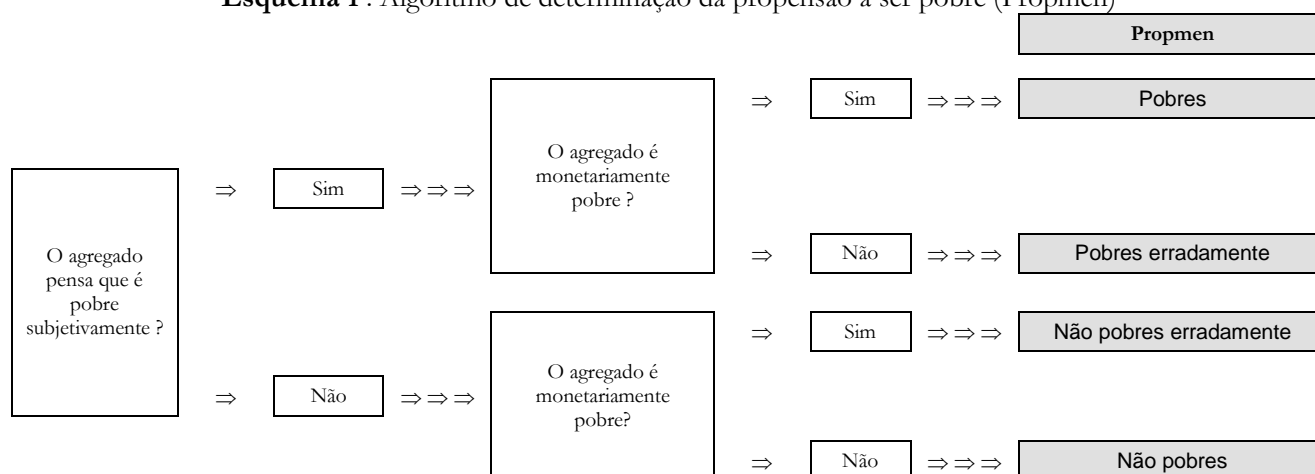
Os resíduos μ_{Zi} et μ_{Hi} têm uma distribuição normal

Ao escolher uma função densidade dos resíduos do tipo Probit, estima-se um coeficiente de correlação (rho) entre os resíduos. Esta função permite vincular a estimativa das duas equações e destacar a natureza simultânea ou não das duas situações.

Especificação do modelo Probit multivariado

Além desta análise inicial, as duas decisões analisadas permitem caracterizar uma tipologia da propensão das famílias a serem pobres (ver figura 1) e considerar uma segunda análise.

Esquema 1 : Algoritmo de determinação da propensão a ser pobre (Propmen)



Quando se pretende analisar a propensão para ser pobre, é possível realizar separadamente, um após o outro, quatro modelos probit, isto é, um modelo para cada procedimento assim caracterizados. Mas pode-se perguntar se seria possível usar a interdependência que poderia existir entre as várias situações destacadas para expandir a nossa análise. Para fazer isso, pode-se usar um modelo Probit multivariado. Este modelo consiste em estimar vários modelos Probit simultaneamente e em avaliar os coeficientes de correlação entre cada um dos modelos.

Tal modelo baseia-se no método de máxima verossimilhança simulada (LMS) e é implementado pelo procedimento "mvprobit" em Stata. No nosso caso, quatro modelos Probit foram estimados, correspondendo a quatro modalidades da nossa variável de interesse que é a propensão para ser pobre.

De maneira formalizada, estima-se as quatro equações seguintes :

$$Propmen_i = \begin{cases} 1 \text{ se o agregado do perfil } i \text{ é pobre} = \beta_1 X_{li} + \varepsilon_{li} > 0 \\ 0 \text{ se não} \end{cases}$$

$$Propmer2_i = \begin{cases} 1 & \text{se o agregado do perfil 2 é pobre} = \beta_2 X_{2i} + \varepsilon_{2i} > 0 \\ 0 & \text{se não} \end{cases}$$

$$Propmer3_i = \begin{cases} 1 & \text{se o agregado do perfil 3 é pobre} = \beta_3 X_{3i} + \varepsilon_{3i} > 0 \\ 0 & \text{se não} \end{cases}$$

$$Propmer4_i = \begin{cases} 1 & \text{se o agregado do perfil 4 é pobre} = \beta_4 X_{4i} + \varepsilon_{4i} > 0 \\ 0 & \text{se não} \end{cases}$$

Os vectores X_i ($j = 1, 2, 3, 4$) representam o mesmo sistema de variáveis explicativas e ε_i os resíduos estão distribuídos conjuntamente de acordo com uma distribuição normal, tais como:

$$\begin{pmatrix} \varepsilon_0 \\ \varepsilon_1 \\ \varepsilon_2 \\ \varepsilon_3 \end{pmatrix} \longrightarrow N(0, \Sigma) \quad \text{Com} \quad \Sigma = \begin{pmatrix} 1 & \rho_{12} & \rho_{13} & \rho_{14} \\ \rho_{21} & 1 & \rho_{23} & \rho_{24} \\ \rho_{31} & \rho_{32} & 1 & \rho_{34} \\ \rho_{41} & \rho_{42} & \rho_{43} & 1 \end{pmatrix}$$

Os coeficientes ρ_{jk} (com $j \neq k$) reflectem a correlação que pode existir entre os erros das quatro equações estimadas. Se essas diferentes alternativas são independentes, estes coeficientes são zero. Ao contrário, eles são significativamente diferentes de zero se as alternativas são dependentes umas das outras.

7.2 Análise e interpretação dos resultados obtidos

Análise dos resultados do modelo 1 (ver anexo 4.1) mostra que as percepções de famílias em relação a sua condição de pobreza parecem determinadas por um lado, pelo seu nível de educação e alfabetização e, por outro lado, pelas suas características psicossociológicas. Estas características psico-sociológicas estão baseadas em percepções que as famílias têm das fracas potencialidades económicas do país (o país é pobre), mas também o nível geral das condições de vida de pessoas que vivem mais próximas. Nota-se no entanto que, se a preguiça e a bruxaria são citadas entre as causas da pobreza, na realidade esses factores não influenciam na sua avaliação subjectiva dos seus níveis de vida.

O resultado relativo à educação e alfabetização são facilmente interpretados em relação ao nível médio de educação das famílias de São Tomé e Príncipe. Esta situação parece predispor-los a acreditar na influência de factores misteriosos e mais subjectivos sobre o seu nível de vida. Nota-se assim, que os factores objectivos do nível de vida (sexo, faixa etária, tipo de família, grupo socioeconómico, a posse da habitação) não intervêm realmente na apreciação que as famílias fazem do seu nível de vida.

No entanto, não é inútil analisar em que medida a avaliação subjectiva que fazem as famílias do seu nível de vida, determina o seu nível de pobreza objectiva. A análise de duas equações, mostra que a correlação entre as duas formas de pobreza é estimada em 18,4%. Por outras palavras, a percepções subjectiva que têm as famílias dos seus níveis de vida, explica em 18,4% de casos o nível de pobreza objectiva. Todos os outros factores objectivos explicariam então em 82% dos casos a pobreza monetária das famílias do país.

A análise desses factores objectivos de pobreza mostra que o mais importante parece ser, mantendo tudo constante, a tipologia e a composição dos agregados familiares, o seu nível de instrução e de

alfabetização, o seu grupo socioeconómico e as perspectivas que se apresentam no seu distrito de residência.

Quanto aos resultados do modelo Probit multivariado (ver anexo 4,2), eles permitem analisar os perfis comportamentais de grupos de agregados identificados a partir dos quatro perfis obtidos com base em dois tipos de pobreza (objectiva, subjectiva).

Para cada um dos quatro perfis de família definidos, os dois blocos de variáveis (objectivos, subjectivos) desenvolvem-se de formas diferentes. O bloco das variáveis objectivas, refere-se principalmente a tipologia e à composição das famílias, a seu nível de alfabetização, ao seu status de ocupação do alojamento que ocupam, ao seu grupo socioeconómico, a sua nacionalidade e ao seu distrito de residência. Com pequenas diferenças, estas variáveis oscilam de forma diferente conforme os perfis das famílias envolvidas. Quanto ao bloco de variáveis subjectivas, na maioria das vezes refere-se em como as famílias pressentem a pobreza na sua comunidade ou bairro e a apreciação que elas têm em relação a condição de pobreza geral do país. Esta percepção é, certamente, determinada pela referência à limitação de recursos económicos actualmente disponíveis para o país, mas também às consequências da sua insularidade. Esses factores psicossociais (o país é pobre, a comunidade é pobre) não parecem determinar significativamente a percepção dos agregados familiares cujos perfis são 'pobre' e 'pobres erroneamente' em relação a apreciação que têm do seu nível de vida. Ao contrário, entre as famílias com perfis "Não pobres erroneamente" e "não pobres", esses factores têm um impacto muito maior sobre o seu comportamento (susceptibilidade, desconfiança, a atenção particular para práticas misteriosas, etc.).

A análise dos coeficientes de correlação entre esses diferentes perfis de agregados familiares revela as anti-correlações (entre -39% e -60%) relativamente grandes de cada um dos perfis "Erroneamente pobres," e "Não erroneamente pobres" e "Não pobre" com perfil de "Pobres". Isso reflete o facto de que esses três perfis comportamentais das famílias contrastam significativamente com o das famílias de "pobres". Famílias "Pobre erradamente" e "não pobres indevidamente" têm características que os distinguem com clareza suficiente das famílias "não pobres", já que a correlação entre esses perfis é estimada em -34% e -22%.

No entanto, com pequenas nuances, ligeiras diferenças, relacionadas certamente com as características económicas e / ou a má apreciação do seu nível de vida real, as famílias com o perfil "Não pobre erradamente" têm semelhanças importantes de comportamentos com o perfil dos "Pobres de forma errada."

Finalmente, convém lembrar que a susceptibilidade dos agregados familiares, as dificuldades económicas e de subsistência que encontram, a fraca avaliação do potencial económico do país são realmente muitos factores que determinam o julgamento subjetivo que as famílias têm do seu nível de vida. Infelizmente, esse comportamento afecta objetivamente o seu comportamento como um agente económico.

CAPÍTULO VIII : CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

8.1 Conclusão e as principais lições em relação a pobreza no país

Em 2010, segundo o inquérito sobre as condições de vida das famílias realizado pelo INE, São Tomé e Príncipe tinha 163 763 habitantes, dos quais 95% são indígenas e 51,4% são mulheres. Dos 37 080 agregados identificados, constata-se que 38% são chefiados por mulheres. Os tipos predominantes de famílias são casais com filhos (36,2%), famílias alargadas (21,5%) e famílias monoparentais nucleares (15,5%). Estas famílias são geralmente identificadas como tendo dimensão bem acima da média a nível nacional, estimada em 4,4 pessoas. Nota-se também que, 81% do total da população é identificada como famílias de grande dimensão. As mulheres chefes de famílias são geralmente identificadas como líder das famílias monoparentais, sobretudo as nucleares, e os homens são líderes dos casais com filhos. A composição do agregado familiar mostra que as crianças dos chefes de família representam mais de 50% dos seus membros. Nas famílias chefiadas por mulheres, em comparação com as que são geridas pelos homens, regista-se uma presença considerável de pais e filhos (mais de 35% e 22%).

A análise dos dados permitiu delinear um perfil de indivíduos identificados como pobres. Estes são na grande maioria dos casos as mulheres (71,3%) do que os homens (63,4%), justificando-se de um baixo nível de instrução. O seu baixo nível de vida relacionado com a sua situação de emprego, afecta menos os activos empregados do que os inactivos e os desempregados. No emprego, os activos mais vulneráveis a pobreza são trabalhadores independentes do sector privado agrícola (68,4%) e do sector privado não-agrícola (67,7%), enquanto outros activos têm níveis de pobreza abaixo de 60%. Um em cada três postos de trabalho ocupados pelos pobres é caracterizado por um salário mensal inferior ao salário mínimo (822 255 STD) contra um em cada quatro postos de trabalho ocupado por não-pobres. Além disso, uma proporção significativa dos trabalhadores pobres permaneça mais tempo no mercado de trabalho, para além de 65 anos.

Os pobres são também distinguidos com um menor nível de alfabetização (80,6% contra 93,5% para os não-pobres), com uma dimensão média estimada em 5,3 indivíduos (contra apenas 3,3 pessoas em famílias não-pobres) e são encontrados com maior frequência do que as famílias não-pobres no seio de família monoparental do tipo alargado (17,7% contra 8,2% para os não-pobres) e família alargada (27,4% contra 25,9% para os não-pobres). Eles têm uma tendência de subestimar a amplitude do seu estado de doença. Se se constata alguma especialização nos cuidados do agregado pelo chefe de família e seu cônjuge (90%) em famílias não-pobres por um lado, nas famílias pobres por outro lado, pode ser visto certa diversificação, em que o chefe e seu parceiro contribuem com uma média de 75,6%, as crianças 19,8% e os outros membros parentes do chefe das famílias com 3,7%. Mais do que para as famílias não-pobres, os indicadores sobre o mercado de trabalho e do trabalho decente para as famílias pobres demonstram as dificuldades que enfrentam. Eles estão sobretudo preocupados com o facto de o Estado garantir os preços acessíveis dos bens essenciais e a distribuição adequada da riqueza nacional.

8.2 Principais recomendações do estudo

Estas recomendações abrangem três aspectos: o primeiro diz respeito as considerações metodológicas associadas à recolha e à análise de dados. O segundo relaciona-se com os eixos estratégicos para a orientação de políticas socioeconómicas no país. O terceiro, consiste em considerar o estabelecimento de um sistema de informação para monitorização da pobreza.

8.2.1 Recomendações sobre as orientações metodológicas

- *Chegar a um consenso sobre estratificação do país a considerar:* A análise por distritos parecia emergir das necessidades expressas pelas autoridades nacionais. Apesar disso, é necessário aprofundar a reflexão sobre a divisão administrativa e também sobre a classificação dos meios entre o urbano e o rural. Para este fim, é desejável que os serviços administrativos competentes (INE, a direção da Administração do Território, os especialistas em demografia, etc.) estejam de acordo em

todos estes aspectos de modo a chegar uma conclusão com respeito a todas essas preocupações. As principais conclusões do trabalho desses serviços serão sintetizadas num relatório para ser disseminado em todas as instituições do país;

- *Garantir a melhoria das ferramentas metodológicas para a recolha de dados:* O questionário utilizado para o IOF 2010 é muito rico em informações. No entanto, precisa ainda ser melhorado e deve ser enriquecido com informações adicionais, incluindo as seguintes (em termos indicativos):
 - o acesso aos serviços sociais básicos (contratos de direito público, o acesso à fonte de água potável mais próxima, acesso à estação rodoviária mais próxima, acesso à electricidade, a escola primária / secundária mais próxima, acesso a um serviço de saúde - centro de saúde, hospital, posto de saúde, farmácia, etc.) mais próximo, etc.) em termos de distância percorrida e do tempo.
 - transferências recebidas (em dinheiro ou em espécie) das famílias;
 - vários módulos complementares (acesso ao capital financeiro e social, democracia, governação);
 - vários outros aspectos do trabalho decente (horário de trabalho, estabilidade e segurança no trabalho, trabalho infantil, concertação social e representação de trabalhadores e empregadores);
 - empresas individuais não-agrícolas para pessoas com 15 anos ou mais;
 - os animais de pecuária pertencentes a famílias (tipo e número de animais em sua posse afecto ao autoconsumo e a venda, etc.)
 - a agricultura, piscicultura, pesca e silvicultura (número de famílias envolvidas em cada uma dessas actividades, área de exploração e o número de pessoas que nela trabalham, estatuto de ocupação da terra utilizada, método de avaliação da sua operação em relação com as suas condições de vida, etc.)
 - principais produtos agrícolas cultivados pelas famílias (tipo de produções agrícolas cultivadas e sua dimensão);
 - Migração e mobilidade espacial dos indivíduos.
- *Melhorar o sistema de recolha de dados relativamente a recolha de preços:* se o método de análise da pobreza é rigoroso, deve-se reconhecer que é limitada pela disponibilidade de outros dados relevantes, principalmente os preços. Estudos futuros devem incluir a recolha sistemática de preços em cada um dos distritos seleccionados;
- *Investir em um processo de capitalização e de propriedade:* Dadas as dificuldades encontradas na implementação desta edição do inquérito, é importante, desde já, apresentar num relatório, todas as preocupações, desafios e soluções definitivamente encontradas para superá-los. Isso aplica-se a todas as fases do processo (trabalho preparatório, a sensibilização da população e dos principais agentes interessados, a formação dos diferentes agentes-recolha, registo, processamento, análise e arquivamento de dados, divulgação dos resultados) e permitirá tirar as devidas lições. Assim, a realização do próximo tomará em consideração os erros para não voltar a cometê-los;
- *Restringir-se as recomendações metodológicas da medição e análise da pobreza, adoptadas no âmbito da avaliação da pobreza em 2010:* É importante cumprir as orientações metodológicas para a análise da pobreza adoptadas desta avaliação para as avaliações futuras. Isto irá assegurar com pertinência a comparabilidade do acompanhamento desse fenómeno. A política nacional de luta contra a pobreza deve ser baseada numa análise monetária (método do custo das necessidades básicas), mas sustentado pelas lições tiradas com outras dimensões da pobreza (não monetários e/ou subjetiva, a análise das condições de vida);

- *Facilitar as condições para uma melhor monitorização e avaliação dos principais indicadores socioeconómicos:* a fim de atingir este objectivo, é desejável sistematizar a preparação de futuras edições do IOF, a produção numa base harmonizada, dos principais indicadores socioeconómicos e os OMD. Isto supõe o desenvolvimento de um manual de definições e conceitos compartilhados e validados por todas as partes (INE, serviços de saúde, educação, emprego, habitação e planeamento urbano, economia e finanças, tesouro, justiça, etc.) envolvidas na produção de estatística nacional;
- *Contribuir para a capacitação dos quadros nacionais na área de avaliação e análise da pobreza:* INE não tem uma equipa de quadros nacionais experientes nem na condução e implementação de inquérito junto dos agregados familiares para a avaliação da pobreza, nem na análise das questões da pobreza em particular e no processamento estatísticos em geral. É desejável, portanto, considerar uma série de ateliers e/ou programas de formação de duas semanas (teoria e aplicação de dados de inquérito) para familiarizá-los com estas técnicas. Esta operação será acompanhada, se necessário, de outros programas específicos de formação.

8.2.2 Recomendações sobre os eixos possíveis de políticas socioeconómicas

A preocupação para o Estado de reverter as tendências económicas e sociais caracterizadas nas análises anteriores obrigá-lo-á a rever algumas das suas orientações políticas e/ou suas intervenções, principalmente:

No domínio da saúde :

- *melhorar e/ou reforçar a qualidade da prestação dos serviços de saúde* (tempos de espera, o acesso à medicamentos, higiene geral do estabelecimento, hospitalidade e cortesia do pessoal, etc.)
- *avaliar mais detalhadamente o custo do acesso financeiro para a prestação de serviços de saúde.* Para uma categoria da população, esses custos aparentemente acessíveis constituem ainda restrições significativos;
- *sensibilizar as populações para certos comportamentos de saúde de risco*, principalmente a prática da auto-medicação, a propensão a subestimar as manifestações de certas doenças, mesmo as doenças aparentemente benignas (supostamente temporária), e incentivá-los a ir sistematicamente ao centro de saúde ou posto de saúde mais próximo;
- *prestar atenção especial à saúde de indivíduos com 60 e mais anos* frequentemente vítimas de várias doenças (grande morbilidade);
- *reforçar as intervenções na luta contra as grandes endemias* (malária, problema respiratório, doenças parasitárias, infecções intestinais, etc.) e educar as pessoas para melhorar o seu quadro de vida.

No domínio da educação:

- *reforçar as medidas de apoio do Estado para a educação além do ensino básico.* Com efeito, as despesas com educação relacionada com a inscrição de crianças no ciclo secundário absorvem cerca de 50% do orçamento total das famílias destinado à educação, contra apenas 22% para o ciclo primário;
- *fortalecer as iniciativas de alfabetização de adultos.* Com efeito, muitos indivíduos não matriculados no ensino primário (31%), mas ainda querendo ir para a escola são, infelizmente, afectados pelo limite de idade. Esta situação é igualmente válida para o secundário;
- *reduzir por um lado, as principais causas do elevado abandono escolar entre o ciclo primário e o secundário e, por outro, as razões da não escolarização, tanto a nível do primário como do secundário.* As estratégias possíveis poderiam consistir em reavaliar os custos da prestação de educação no ensino primário e secundário, em reflectir sobre a melhoria das condições de vida das famílias através de criação de

emprego, em sensibilizar a juventude sobre o comportamento sexual de risco, a fim de não só evitar a gravidez na adolescência, mas também doenças sexualmente transmissíveis, etc.;

▪ *contribuir para a redução das disparidades regionais dos níveis de ensino, investindo mais em distritos (Lembá, Caué, Cantagalo) onde as taxas de escolaridade são mais baixas.* Se esta estratégia visa especificamente estes distritos, não deve excluir outros. Esforços devem ser empreendidos a nível nacional para melhorar a qualidade da prestação dos serviços de educação em quantidade e qualidade;

▪ *prestar especial atenção no respeito da idade da primeira matrícula das crianças.* Isso pressupõe que o Estado invista num programa activo de informação, educação e comunicação (IEC) para incentivar os pais a matricular seus adolescentes mais rapidamente;

▪ *Educar os pais para encorajar as suas filhas a prosseguirem os seus estudos por mais tempo.* O país tem, em média, mais mulheres do que homens, enquanto os indicadores de educação são a favor dos homens. A escolha da tal opção política irá reduzir a discriminação de escolarização entre rapazes e raparigas.

No domínio do emprego :

- *estimular / promover o desenvolvimento de centros económicos regionais, com particular ênfase para a valorização das actividades agrícolas.* Isso permitirá, por um lado, reduzir significativamente as disparidades regionais relacionadas com a oferta de emprego, e em segundo lugar, aumentar a produção de excedente agrícola, incluindo a produção de alimentos. O impacto sobre a diminuição dos preços dos produtos alimentares será significativo. Esta medida também deve ser acompanhada de um esforço para o acesso das pessoas, a fim de incentivá-los a explorá-las;
- *reforçar o acompanhamento das medidas de implementação da protecção social dos trabalhadores e legislação laboral.* A definição do conceito de "regulação" diz que é uma "actividade intencional com vista a controlar, dirigir ou influenciar o comportamento dos outros de acordo com normas ou finalidades definidas¹." O Estado, mas também os agentes da vida económica devem tomar as medidas que forem necessárias para atender a aplicação dos textos legais, possivelmente alterá-los de acordo com os eixos de orientação definidas na pirâmide das estratégias (cf. figura 1). É necessário ter em conta a grande diversidade de situações de trabalhadores (formal, informal) e das actividades que desempenham. As leis que se aplicam a estas diferentes categorias devem ser específicas e as respostas desejáveis também diferentes em função das circunstâncias. Esta disposição vai melhorar significativamente o nível de alguns indicadores do mercado de trabalho (taxa de rendimento inferior ao salário mínimo, a taxa de empregado remunerado, etc.)

Esquema 1 : A pirâmide das estratégias de aplicação dos textos relativos ao direito do trabalho



¹ L'économie informelle en Afrique, Promouvoir la transition vers la formalité, défis et stratégies, Genève BIT 2010

- *investir a curto e/ou médio prazo nas actividades de alta intensidade de mão de obra (AIMO).* Esta estratégia (cooperativa, etc.) pode ser determinante num contexto em que a força de trabalho é pouco qualificada e pouco disponível;
- *Reavaliar as disposições do Código da Família.* Isto é necessário pois as dificuldades enfrentadas pelas famílias chefiadas por mulheres estão entre outros altamente correlacionadas com a composição do seu agregado, principalmente do tipo monoparental (nuclear). A revisão destes textos e algumas destas disposições contribuirá para melhor promover os direitos das mulheres após a saída do seu cônjuge, especialmente quando o casal já tem filhos;
- *investir em programas de inserção de jovens de 15-24 anos que não estão no sistema educativo nem no mercado de trabalho através de actividades de formação profissional bem específicas;*
- *investir em programas de capacitação e/ou formação continua dos activos ocupados, particularmente das mulheres* para melhorar o seu nível de competência. Com efeito é indispensável incentivar todas as iniciativas em favor da emancipação das mulheres não só através da escola e da formação, mas também no seu meio profissional;
- *promover o empreendedorismo entre as mulheres e orientá-las nesse sentido.*

No domínio de melhoria das condições e da qualidade de vida

- *Assegurar a acessibilidade dos preços dos produtos essenciais.* Na realidade, essa preocupação depende implicitamente da implementação de algumas medidas citadas acima (o investimento no desenvolvimento agrícola, com especial ênfase na produção de alimentos). Mas é desejável acima disso estabelecer um dispositivo de controlo e monitorização dos preços dos produtos de primeira necessidade;
- *Melhorar os salários.* Este é um aspecto das prioridades de acção do governo que é expressa com mais frequência pelas famílias não-pobres, mas compartilhada por todas as famílias.
- *Fortalecer a melhoria do nível de vida.* Esta é uma preocupação que as famílias manifestam através do desenvolvimento de infraestruturas de transporte, a melhoria não apenas dos sistemas de fornecimento de água potável, mas também de drenagem de águas pluviais e usadas assim como do fornecimento de corrente eléctrica. Os esforços do Estado esperados pela população para promover a construção da habitação mais digna com melhor conforto e mais modernas podem se inscrever ao nível deste eixo estratégico;
- *Desenvolver a rede de apoio da comunidade para desenvolver a implementação da política social mais formal e activa.* Perante as dificuldades das famílias entre outros, para se alojar, a família e o Estado representam um importante apoio. Uma análise mais aprofundada das dificuldades das condições de vida das famílias, tendo em conta a baixa densidade populacional no país, pode ser um importante ponto de partida para o desenvolvimento de uma rede de solidariedade mais formal, adequada as realidades sociais das populações;
- *Sensibilizar as populações no sentido de superarem os preconceitos psicossociológicos em relação a pobreza.* Para 12% das famílias, a pobreza é devido à preguiça e/ou bruxaria. Isso reflete, em certa medida a mentalidade de boa parte da população do país, esta situação afecta assim a racionalidade económica. Deve-se, portanto, encorajar essas pessoas a superarem estes preconceitos através de campanhas activas de sensibilização.

No domínio de melhoria institucional e da governação

- *Garantir o bom funcionamento das instituições e a boa governação.* É uma ação de intervenção do Estado que é altamente esperada e que resulta na urgência para o Estado de garantir a boa governação (49%), de garantir a segurança de bens e pessoas (11%), de lutar contra a corrupção (17%) e de garantir uma correcta distribuição da riqueza nacional (9%).

8.2.3 Perspectivas para um melhor seguimento-avaliação dos indicadores dos DSRP e dos OMD

O acompanhamento da implementação das orientações de política económica incluídas no programa nacional de luta contra a pobreza requiere a criação de um monitoramento e avaliação de indicadores-chave do PRSP e OMD. Neste contexto, seria desejável estabelecer um sistema completo de informações adequadas que compreende os mecanismos seguintes:

- O inquérito nacional junto dos agregados familiares para a avaliação e percepção da pobreza. Este dispositivo deve ser realizado de cinco (5) em cinco (5) anos em todo o território nacional. Mas por causa de insuficiências constatadas na implementação da primeira edição do IOF, seria desejável considerar rapidamente o reforço da capacidade dos quadros estatísticos do INE para prepará-los para as fases seguintes;
- Entre o último IOF e o próximo que está agendado, seria desejável alcançar a nível nacional, um pequeno inquérito sobre as condições de vida das famílias para a produção de importantes indicadores socioeconómicos, mas não incluindo o módulo de consumo. Poderia ser qualquer tipo de dispositivo convencional do tipo QUIBB ou por fases, de emprego (fase 1) e sector informal (fase 2) do dispositivo 1.2.3. O presente inquérito, de facto, não traz informações detalhadas sobre o emprego no sector informal. Ora, este sector de actividade está certamente presente no país e permitiria fazer propostas valiosas sobre as orientações desejadas da política de emprego e/ ou criação de actividades geradoras de rendimento;
- Um inquérito demográfico e social (IDS) para compreender as diferentes dimensões das condições sócio sanitárias de vida das famílias em São Tomé e Príncipe. Este inquérito poderia ser realizado um ano após um IOF;
- O desenvolvimento de bases de dados sobre dados de rotina dos principais sectores (saúde, educação, planeamento, habitação, emprego e urbanismo, estado civil, agricultura, turismo, etc.)
- A assistência técnica regular para a formação dos funcionários nacionais envolvidos na realização destas diferentes operações estatísticas;
- A mobilização dos recursos necessários (financeiros, humanos, logística) para a realização regular destas actividades.

ANEXOS

Anexo 1: Composição da equipa para a realização do IOF 2010 e do perfil de pobreza

1. COMITÉ DE PILOTAGEM

Apelidos e nomes	Função	Instituições
Elsa Cardoso Helder Salvaterra	Directora Geral Director de Estatística Demográfica Sociais	INE

2. COORDENAÇÃO

Apelidos e nomes	Função	Instituições
Helder Salvaterra Antonia Rita Armilinda Carvalho	Director de Estatística Demográfica Sociais Chefe Dep.Estatística Económica Financeira Chefe Dep.Estatística Demográfica	INE

3. PREPARAÇÃO TÉCNICA

Apelidos e nomes	Função	Instituições
Helder Salvaterra	Director de Estatística Demográfica Sociais	INE

4. ASSISTÊNCIA TÉCNICA

Apelidos e nomes	Função	Instituições
Freeman AMEGASHIE	Perito Estatístico-informático, Coordenador do DASD	AFRISTAT
Ousman KORIKO	Perito em inquéritos juntos dos agregados, DSSRP	AFRISTAT
Siriki Zanga COULIBALY	Perito em análise da pobreza, CERA	AFRISTAT

5. APOIO NA FORMAÇÃO DAS EQUIPAS DO TERENO

Apelidos e nomes	Função	Instituições
Helder Salvaterra Antonia Rita Armilinda Carvalho Jeudiger Nascimento Heng dos Santos Idalio Luis Ana Justina Maria Glória tenjua Adriana carvalho	Director de Estatística Demográfica Sociais Chefe Dep.Estatística Económica Financeira Chefe Dep.Estatística Demográfica Departamento de Metodologia e Difusão Departamento de Metodologia e Difusão Departamento de Informática Departamento de Contas Nacionais Departamento de Estatística Financeira Departamento de Estatísticas Empresariais	INE

7. APOIO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

Apelidos e nomes	Função	Instituições
Mario Coelho Octavio Silva Ana Lima	Director Planeamento Controlo e Cooperação Departamento Administrativo e financeiro Departamento Administrativo e financeiro	INE

Anexo 2: Composição da cesta dos produtos alimentares para a determinação do limiar alimentar

Código de Produtos	Produtos	Valores Calóricos (100 mg ou 100 ml)	Despesas Totais (Em milhares de Dobras)							
			Agua-Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total
01114200	Arroz grão curto	363	36,2	34,9	10,5	4,0	8,5	14,6	10,3	119,1
01111101	Pão (médio)	159	32,8	22,2	9,1	3,7	4,2	9,4	3,7	85,1
01152300	Óleo alimentar	884	22,2	16,1	6,9	2,1	4,8	8,6	1,6	62,3
01131111	Peixe voador	140	20,0	16,6	5,7	1,3	2,5	7,3	1,3	54,7
01164104	Banana madura	110	16,2	9,9	4,9	2,1	4,1	6,5	0,5	44,2
01131128	Outros peixes frescos (tubarão)	165	19,8	13,0	1,6	0,9	3,6	2,5	0,7	42,1
01174101	Feijão (seco)	318	14,4	10,7	4,1	1,5	3,5	5,4	2,4	42,0
01181100	Açúcar em pó	351	10,5	10,8	3,5	1,3	1,7	3,6	1,1	32,5
01116300	Esparguete	343	10,2	9,1	2,9	1,1	1,9	3,6	1,3	30,0
01172107	Tomate fresco	21	13,2	7,7	2,3	0,8	1,5	3,0	0,9	29,4
01131101	Badejo	90	13,7	5,9	2,2	0,1	1,2	3,9	0,1	27,2
01164103	Banana prata	135	8,3	8,7	2,0	0,7	0,8	1,8	2,5	24,7
01133300	Peixe salgado (Fulo-fulo = = ???)	272	10,1	4,3	3,1	1,0	1,1	3,1	1,1	23,8
01131106	Cavala (Azul)	181	4,6	4,5	3,0	1,4	2,7	3,8	0,3	20,3
01173103	Cebola fresca	41	7,2	3,9	1,5	0,7	1,1	2,0	0,7	17,1
01192216	Outras especiarias (pimenta em grão)	346	5,6	4,3	2,0	0,5	1,2	2,3	0,8	16,7
01152201	Óleo de palma	862	5,4	4,6	1,4	0,7	1,2	2,0	1,2	16,6
01126201	Coxa de frango congelado	128	9,7	2,7	0,7	0,0	0,5	1,2	0,7	15,5
01175101	Massa tomate	39	4,7	4,0	1,4	0,5	1,0	1,8	0,8	14,3
01128102	Chouriço/Salchicha	112	5,7	3,4	1,5	0,6	0,7	1,9	0,6	14,3
01176201	Batata-doce	121	4,8	3,9	1,3	0,5	0,8	1,3	0,7	13,4
01142500	Outros tipos de leite em pó (excepto para bebé)	490	5,6	2,7	0,9	0,2	0,5	3,0	0,6	13,4
01117100	Farinha de milho	333	3,6	4,9	1,0	0,6	1,1	1,3	0,5	13,1
01131102	Cavala-bonito	111	2,7	1,2	0,9	0,6	0,7	0,6	5,3	12,1
01126203	Outras partes do frango (asas)	146	6,4	3,0	0,4	0,0	0,4	1,5	0,0	11,7
01114100	Arroz grão longo	363	7,0	2,0	0,7	0,2	0,4	1,1	0,2	11,6
01111102	Pão (pequeno)	159	6,3	3,3	0,4	0,4	0,4	0,7	0,0	11,5
01173104	Cenoura	40	5,6	2,8	0,8	0,2	0,6	1,2	0,2	11,4
01152103	Outros óleos	779	4,8	2,5	1,1	0,3	0,5	1,7	0,4	11,3
01141102	Leite semi concentrado	90	5,7	3,2	0,9	0,1	0,5	0,3	0,4	11,2
01131108	Maxipombo	103	4,4	2,1	1,0	0,0	0,4	1,5	0,2	9,6
01131110	Peixe vermelho	92	3,1	2,1	1,1	0,4	1,2	0,7	0,6	9,2
01164126	Fruta-pão	109	3,0	2,4	1,0	0,8	0,8	0,9	0,1	9,1
01211102	Café moído não solúvel	273	2,4	2,0	1,5	0,5	0,8	1,6	0,3	9,0
01172104	Feijao verde fresco	350	4,5	1,7	0,8	0,2	0,6	0,9	0,1	8,9
01173101	Alho	131	3,0	1,9	1,0	0,4	0,7	1,1	0,5	8,7
01222400	Bebidas refrescantes (Coca, Fanta, etc.)	30	4,8	1,0	0,2	0,1	0,2	0,7	0,4	7,5
01131103	Carapau	181	2,8	2,2	0,5	0,1	0,6	1,0	0,1	7,3
01128800	Carne de porco salgado (carne de porco magra)	373	3,4	0,9	0,6	0,1	0,3	0,8	0,6	6,8
01192202	Malagueta (grande)	42	2,7	1,6	0,7	0,4	0,5	0,7	0,1	6,7
01192206	Pimenta em pó	346	2,0	1,9	0,8	0,2	0,6	0,7	0,3	6,7
01117200	Farinha de trigo	332	2,6	2,1	0,3	0,1	0,3	0,8	0,2	6,5
01172106	Pimenta	48	3,3	1,5	0,4	0,1	0,3	0,6	0,1	6,3
01133400	Peixe fumado (Merlan/Hareng fumé)	171	2,9	1,9	0,7	0,1	0,2	0,3	0,0	6,1
01123900	Outra parte de carne (pés)	305	3,4	1,2	0,2	0,2	0,3	0,1	0,3	5,8
01146100	Ovo de galinha fresco	140	4,1	0,7	0,2	0,0	0,1	0,3	0,3	5,7
01192101	Sal grosso	0	1,1	2,0	0,7	0,2	0,5	1,0	0,2	5,7
Orçamento médio dos produtos da cesta básica nas despesas alimentares globais (%)			82,8	86,0	85,8	84,3	86,2	87,2	85,3	84,8

Source: IOF 2010, INE Sao Tomé e Príncipe

Anexo 3: Lista dos produtos alimentares consumidos por mais de 30% da população total

Posição	códigos produtos	Intitulado dos códigos produtos	Agua-Grande	Mé-Zochi	Cantagalo	Caué	Lembá	Lobata	Príncipe	Total	% população
1	01114200	Arroz grão curto	8,0	11,7	9,9	10,4	11,8	11,1	19,4	10,3	93,0
2	01111101	Pão (médio)	7,2	7,5	8,6	9,6	5,8	7,1	7,0	7,4	86,3
3	01152300	Óleo alimentar	4,9	5,4	6,5	5,5	6,6	6,6	3,0	5,4	90,1
4	01131111	Peixe voador	4,4	5,6	5,4	3,5	3,5	5,5	2,4	4,7	67,7
5	01164104	Banana madura	3,6	3,3	4,6	5,5	5,6	5,0	1,0	3,8	78,3
6	01131128	Outros peixes frescos (tubarão)	4,4	4,4	1,6	2,4	4,9	1,9	1,4	3,7	40,2
7	01174101	Feijão (seco)	3,2	3,6	3,9	3,9	4,8	4,1	4,5	3,6	80,0
8	01181100		2,3	3,6	3,3	3,3	2,3	2,7	2,1	2,8	83,2
9	01116300		2,2	3,0	2,7	3,0	2,6	2,7	2,5	2,6	72,4
10	01172107		2,9	2,6	2,2	2,2	2,0	2,3	1,7	2,5	88,6
11	01131101		3,0	2,0	2,1	0,2	1,7	2,9	0,2	2,4	41,0
12	01164103		1,8	2,9	1,9	1,9	1,1	1,3	4,7	2,1	44,3
13	01133300		2,2	1,4	3,0	2,6	1,5	2,3	2,0	2,1	43,8
14	01131106		1,0	1,5	2,8	3,6	3,8	2,9	0,5	1,8	33,2
15	01173103		1,6	1,3	1,5	1,8	1,5	1,5	1,4	1,5	83,0
16	01192216		1,2	1,4	1,9	1,4	1,7	1,8	1,5	1,4	81,5
17	01152201		1,2	1,6	1,3	1,9	1,6	1,5	2,2	1,4	46,5
18	01175101		1,0	1,4	1,3	1,4	1,4	1,4	1,4	1,2	86,8
19	01128102		1,3	1,1	1,4	1,5	1,0	1,4	1,1	1,2	47,2
20	01176201		1,1	1,3	1,2	1,4	1,1	1,0	1,4	1,2	34,3
21	01117100		0,8	1,6	1,0	1,4	1,6	1,0	1,0	1,1	38,5
22	01111102		1,4	1,1	0,4	1,0	0,6	0,5	0,0	1,0	30,5
23	01173104		1,2	0,9	0,8	0,5	0,9	0,9	0,4	1,0	66,2
24	01152103		1,1	0,8	1,1	0,9	0,6	1,3	0,8	1,0	52,8
25	01164126		0,7	0,8	1,0	2,0	1,1	0,7	0,2	0,8	44,0
26	01211102		0,5	0,7	1,4	1,2	1,1	1,2	0,6	0,8	42,9
27	01172104		1,0	0,6	0,8	0,5	0,9	0,7	0,2	0,8	66,5
28	01173101		0,7	0,6	1,0	1,0	1,0	0,9	1,0	0,8	63,7
29	01192202		0,6	0,5	0,7	0,9	0,7	0,5	0,1	0,6	58,5
30	01192206		0,4	0,7	0,8	0,6	0,9	0,6	0,6	0,6	62,0
31	01117200		0,6	0,7	0,3	0,4	0,4	0,6	0,4	0,6	43,1
32	01172106		0,7	0,5	0,4	0,2	0,5	0,4	0,2	0,5	39,1
33	01192101		0,2	0,7	0,7	0,5	0,7	0,8	0,3	0,5	38,5
34	01161200		0,5	0,2	0,3	0,5	0,4	0,1	0,1	0,3	38,3
35	01171109		0,4	0,4	0,3	0,2	0,3	0,3	0,0	0,3	34,1
Total			69,2	77,6	77,8	78,8	77,8	77,6	67,3	73,9	-

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Leitura: O arroz é consumido por 93% da população total do país. Representa 10,3% do valor global das despesas em produtos alimentares consumidos no país.

Anexos 4 : modelos econométricos de propensão a ser pobres

Anexo 4.1 : Resultados do modelo Probit bivariado

VARIÁVEIS	Estimação da situação nº 1 (P)		Estimação da situação nº 2 (Q)		Efeito marginal no ponto médio [Pr(P=1, Q=1)]	
	Parâmetros estimados	Pr > z	Parâmetros estimados	Pr > z	dydx	Pr > z
A. Características sociodemográficas						
Sexo						
Homem (<i>Referência</i>)						
Mulher	-0,023	--	0,038	--	0,003	--
Faixa etária						
15 – 24 anos (<i>Referência</i>)						
25 – 39 anos	-0,131	--	0,090	--	-0,009	--
40 – 59 anos	-0,115	--	0,185	***	0,012	--
>= 60 anos	-0,169	--	0,174	--	-0,001	--
Tipologia do agregado						
Unipessoal/Casais sem filhos (<i>Referência</i>)						
Casais com filhos	-0,049	--	1,661	*	0,301	*
Monoparental (nuclear, alargado)	0,017	--	1,600	*	0,278	*
Família alargada	0,015	--	1,556	*	0,266	*
Estatuto em termos de alfabetização						
Sim (<i>Referência</i>)						
Não	-0,395	*	-0,272	*	-0,149	*
Nível de instrução						
Nenhum (<i>Referência</i>)						
Primário	-0,118	***	-0,298	*	-0,089	*
Secundário, superior	-0,289	*	-0,821	*	-0,216	*
Nacionalidade						
Nativos (<i>Referência</i>)						
Estrangeiros	-0,039	--	-0,189	****	-0,050	--
B. Características socioeconómicas						
Estatuto de ocupação do alojamento						
Proprietário (<i>Referência</i>)						
Inquilino/alocado gratuitamente	-0,011	--	0,032	--	0,005	--
Especialização em relação às despesas do agregado						
O chefe do agregado e seu cônjuge (<i>Referência</i>)						
Outros	-0,035	--	0,056	--	0,005	--
Grupos socioeconómicos do chefe						
Trabalhadores dos sectores públicos e privados (<i>Referência</i>)						
Independentes do privado agrícola	-0,067	--	0,111	****	0,010	--
Independentes do privado não agrícola	0,005	--	0,170	**	0,038	***
Desempregados/Inactivos	0,048	--	0,059	--	0,023	--
D. Características psicossociológicas						
São Tome e Príncipe é pobre ?						
Sim (<i>Referência</i>)						
Não	-0,385	*	-0,141	**	-0,114	*
As pessoas da minha comunidade são pobres?						
Sim (<i>Referência</i>)						
Não	-0,570	*	-0,019	--	-0,128	*
A preguiça e a superstição influem na pobreza?						
Sim (<i>Referência</i>)						
Não	-0,010	--	0,005	--	-0,001	--

Anexo 4.1 : Resultados do modelo Probit bivariado (continuação)

VARIÁVEIS	Estimação da situação n° 1 (P)		Estimação da situação n°2 (Q)		Efeito marginal no ponto médio [Pr(P=1, Q=1)]	
	Parâmetros estimados	Pr > z	Parâmetros estimados	Pr > z	dydx	Pr > z
D. Lugar de residência						
Água-Grande (<i>Referência</i>)						
Mé-Zóchi	0,237	*	-0,504	*	-0,079	*
Cantagalo	-0,045	--	-0,174	**	-0,048	***
Caué	0,226	*	0,352	*	0,130	*
Lembá	0,688	*	-0,068	--	0,109	*
Lobata	0,387	*	-0,117	--	0,047	****
Príncipe	-0,357	*	0,139	****	-0,054	**
Constante	0,992	*	-0,959	*		

Número de observações	3 200	
Teste de Wald Chi2 (50)	1 003,07	
Prob > Chi 2	0,0000	
Teste do rácio de verossimilhança de rho = 0 :	Ch 2 (1) = 33,44 Prob > Chi 2 = 0,0000	
Athrho	0,184	*
Rho	0,181	*

Source: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Medidas de referência : * ($p < 0,01$) ** ($p < 0,05$)

*** ($p < 0,10$)

**** ($p < 0,15$)

-- (Não significativo para além dos 15%)

Anexo 4.2 : Resultados do modelo Probit multivariado

	Pobres	Pobres erroneamente	Não Pobres erroneamente	Não pobres
Percentagem de agregado (%)	34,2	22,5	20,2	23,1
A. Características sociodemográficas				
Sexo				
Homem (<i>Referência</i>)				
Mulher	0,078 ⁻⁻	-0,120 ^{****}	-0,075 ⁻⁻	0,024 ⁻⁻
Faixa etária				
15 – 24 anos (<i>Referência</i>)				
25 – 39 anos	0,097 ⁻⁻	-0,197 ^{**}	0,036 ⁻⁻	0,106 ⁻⁻
40 – 59 anos	0,175 ^{***}	-0,280 [*]	0,029 ⁻⁻	0,061 ⁻⁻
>= 60 anos	0,117 ⁻⁻	-0,233 ^{**}	0,098 ⁻⁻	0,110 ⁻⁻
Tipologia do agregado				
Unipessoal/Casais sem filhos (<i>Referência</i>)				
Casais com filhos	1,089 [*]	-0,975 [*]	1,213 [*]	-0,715 [*]
Monoparental (nuclear, alargado)	1,064 [*]	-0,866 [*]	1,204 [*]	-0,716 [*]
Família alargada	1,063 [*]	-0,856 [*]	1,154 [*]	-0,696 [*]
Estatuto em termos de alfabetização				
Sim (<i>Referência</i>)				
Não	-0,342 [*]	-0,055 ⁻⁻	0,149 ^{***}	0,388 [*]
Nível de instrução				
Nenhum (<i>Referência</i>)				
Primário	-0,203 [*]	0,124 ^{***}	-0,087 ⁻⁻	0,270 [*]
Secundário, superior	-0,505 [*]	0,179 ^{***}	-0,521 [*]	0,679 [*]
Nacionalidade				
Nativos (<i>Referência</i>)				
Estrangeiro	-0,097 ⁻⁻	0,060 ⁻⁻	-0,147 ⁻⁻	0,209 ^{****}
B. Características socioeconómicas				
Estatuto de ocupação do alojamento				
Proprietário (<i>Referência</i>)				
Inquilino/alojado gratuitamente	0,084 ^{***}	-0,084 ^{****}	-0,057 ⁻⁻	0,049 ⁻⁻
Especialização em relação às despesas do agregado				
O chefe do agregado e seu cônjuge (<i>Referência</i>)				
Outros	0,019 ⁻⁻	-0,081 ⁻⁻	0,021 ⁻⁻	-0,004 ⁻⁻
Grupos socioeconómicos do chefe				
Trabalhadores dos sectores públicos e privados (<i>Referência</i>)				
Independentes do privado agrícola	0,029 ⁻⁻	-0,126 ^{***}	0,096 ⁻⁻	-0,058 ⁻⁻
Independentes do privado não agrícola	0,109 ^{****}	-0,136 ^{***}	0,063 ⁻⁻	-0,067 ⁻⁻
Desempregados/Inactivos	0,112 ⁻⁻	-0,067 ⁻⁻	-0,028 ⁻⁻	0,067 ⁻⁻
D. Características psicossociológicas				
São Tome e Príncipe é pobre ?				
Sim (<i>Referência</i>)				
Não	-0,321 [*]	-0,056 ⁻⁻	0,254 [*]	0,194 [*]
As pessoas da minha comunidade são pobres?				
Sim (<i>Referência</i>)				
Não	-0,407 [*]	-0,315 [*]	0,398 [*]	0,260 [*]
A preguiça e a superstição influem na pobreza?				
Sim (<i>Referência</i>)				
Não	0,046 ⁻⁻	-0,062 ⁻⁻	-0,050 ⁻⁻	0,067 ⁻⁻

Anexo 4.2 : Resultados do modelo Probit multivariado (continuação)

	Pobres	Pobres erroneamente	Não Pobres erroneamente	Não pobres
A. Distrito de residência				
Água-Grande (<i>Referência</i>)				
Mé-Zóchi	-0,192**	0,561*	-0,356*	0,121--
Cantagalo	-0,210**	0,214**	0,067--	0,039--
Caué	0,202**	0,032--	0,103--	-0,343*
Lembá	0,261*	0,480*	-0,507*	-0,426*
Lobata	0,051--	0,464*	-0,110--	-0,174***
Príncipe	-0,318*	-0,145****	0,483*	0,028--
Constante	-0,880*	0,276****	-2,182*	-0,912*

Número de observações	3 200	
Test de Wald Chi2 (100)	1264,89	
Prob > Chi 2	0,0000	
Teste do rácio de verossimilhança de $\rho_{ij} = \rho_{ji} = 0, i \neq j$	Chi2(6) = 2010,2	Prob > Chi2 = 0,0000
	Athrho	Rho
ρ_{21}	-0,402*	-0,381*
ρ_{31}	-0,599*	-0,537*
ρ_{41}	-0,395*	-0,376*
ρ_{32}	-0,069*	-0,069*
ρ_{42}	-0,337*	-0,325*
ρ_{43}	-0,218*	-0,214*

Fonte: IOF 2010, INE São Tomé e Príncipe

Mediadas de referência : * ($p < 0,01$) ** ($p < 0,05$) *** ($p < 0,10$) **** ($p < 0,15$) -- (Não significativo para além dos 15%)

Anexo 5: Quadro conceptual dos principais indicadores

População activa empregada/Força de trabalho: Número de indivíduos identificados como tendo idade de trabalhar e que declaram, efectivamente ocupar um emprego durante a semana de referência anterior ao inquérito. De acordo com a OIT é a população de indivíduos com idade de 15 a 64 anos.

População activa: Número de desempregados (OIT, no sentido lato) e da população empregada

População inactiva: Número de crianças inferior a idade convencional de acesso ao mercado de trabalho, actualmente matriculadas e os idosos (população de 65 anos e mais de acordo com a OIT).

Taxa de actividade: $100 \times (\text{força de trabalho} / \text{população total em idade de trabalhar})$

Rácio emprego/população: Este índice, também chamado taxa de emprego, representa a proporção de pessoas ocupadas na população em idade de trabalho de um país. O indicador é calculado dividindo o número total dos trabalhadores atingindo uma certa idade (15 ou mais) pela população da mesma faixa etária.

$$\text{Rácio emprego/população} = 100 \times \frac{\text{Efectivos activos empregados}}{\text{População na idade de trabalhar}}$$

O indicador é normalmente compreendido entre 50% e 75%. Um rácio elevado indica uma maior proporção da população susceptível de trabalhar e efectivamente trabalha. Um rácio baixo indica que parte da população não participa efectivamente na actividade económica. A medida tem como objetivo integrar tanto as pessoas que trabalham no sector formal e no sector informal. O indicador fornece informações sobre a capacidade de uma economia em gerar empregos. Valor e as variações no tempo do rácio podem ser considerados em relação com o crescimento económico, a fim de determinar em que medida esse crescimento é pró-emprego e pró-pobre.

Taxa de emprego vulnerável: trata-se, de facto, de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados no total da população empregada. O indicador mede o que é considerado como uma situação de vulnerabilidade no mercado de trabalho, ou seja, os estatutos dos trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados. A taxa de emprego vulnerável é igual à parcela de trabalhadores por conta própria e trabalhadores familiares não remunerados no total do emprego.

$$\text{Taxa de emprego vulnerável} = 100 \times \frac{(\text{Número dos TCP} + \text{Número dos trabalhadores familiares não remunerados})}{\text{Número total dos empregados}}$$

Este indicador é uma nova escala que mede o número de pessoas que trabalham em condições relativamente precárias por causa da sua situação de emprego. O facto que os TCP e os trabalhadores familiares não remunerados são menos propensos a ter um emprego formal, que geralmente têm menos acesso a benefícios ou programas de proteção social e estão mais expostos aos ciclos económicos, estes dois estatutos são consideradas como "vulneráveis". O indicador mostra a relação entre pobreza e emprego vulnerável. Com efeito, a ligação aparece na medida em que os trabalhadores com estatuto vulnerável não têm protecção social que lhes permitam fazer face aos períodos de baixa actividade económica e muitas vezes não têm a oportunidade de economizar dinheiro suficiente para si e suas famílias para compensar tais períodos.

Proporção de pessoas remuneradas (no sector não-agrícola): O indicador também chamado de taxa de emprego assalariado, informa sobre o número de pessoas remuneradas no número total de postos de trabalho empregadas. Ele mede o grau em que os activos têm acesso ao emprego remunerado, o que tem uma influência sobre a sua integração na economia monetária. Este indicador também mostra a medida em que os mercados de trabalho estão abertos, o que reflete uma certa eficiência económica através da flexibilidade do mercado de trabalho e capacidade da economia de se adaptar às mudanças ao longo do tempo.

$$\text{Proporção de assalariados} = 100 \times \frac{\text{número dos assalariados}}{\text{número total dos empregados}}$$

Uma melhoria do indicador muitas vezes tem um impacto positivo sobre a redução da pobreza. A criação de emprego decente e produtivo é uma estratégia fundamental para o fortalecimento económico dos activos e suas famílias. Uma baixa proporção ou um declínio do indicador requer da parte dos dirigentes um aumento das oportunidades de emprego em termos de acesso e qualidade do emprego.

Taxa de desemprego de acordo com a BIT : $100 \times (\text{Número de desempregados de acordo com o BIT} / \text{população activa})$

Taxa de desemprego no sentido lato: $100 \times (\text{Número de desempregados no sentido lato} / \text{população activa})$

Taxa de subemprego visível: $100 \times (\text{Número de empregados que involuntariamente trabalham menos do que a duração semanal convencional de trabalho} / \text{Número de empregados})$. A natureza voluntária é importante para distinguir o trabalho a tempo parcial e as profissões em que o número de horas trabalhadas é normalmente menor do que o trabalho convencional semanal.

Taxa de subemprego invisível: $100 \times (\text{Número de trabalhadores assalariados que ganham menos do que o salário mínimo por hora} / \text{Número de empregados})$

Taxa global de subemprego: $100 \times (\text{Número de trabalhadores desempregados e empregados na situação de subemprego (visível ou invisível)} / \text{Número de empregados})$

Salário de reserva: o nível de remuneração mínima abaixo da qual os desempregados dizem que não querem aceitar trabalhar

Sindicalização:

Taxa de pluriatividade: $100 \times (\text{Número de empregados com mais de um emprego} / \text{Número de empregados})$

Índice de segregação horizontal ou de especialização por género no ramo i : $I_s(i)$:

$$I_s(i) = \frac{(\text{Número de mulheres empregadas no ramo } i / \text{Número total dos empregados no ramo } i)}{(\text{Número de empregos femininos} / \text{Número total de empregos no dans le champ d'étude couvert})}$$

Índice de segregação horizontal permite medir um aspecto da divisão sexual do trabalho, incluindo a desigualdade na distribuição de mulheres e homens empregados entre os ramos de actividade (sectores económicos).

Índice de segregação vertical ou de especialização por género na categoria socioprofissional i : I_{csp} (1) :

$$I_{csp} (i) = 100 \times \frac{\text{Total das mulheres empregadas na CSP i}}{\text{Total dos empregos}}$$

Ao contrário, o índice de segregação vertical mede o grau de desigualdade na distribuição de homens e mulheres empregados nestes sectores, entre as profissões e posições ocupadas (categorias socioprofissionais).

Anexo 6: Balanço comparativo sobre a metodologia de análise da pobreza em 2000 e em 2010, São Tome e Príncipe

Classes de despesas e métodos	Intitulados	Análise em 2000	Análise em 2010	Observações
Despesas diárias	Despesas de consumo alimentar	<ul style="list-style-type: none"> • Valor em dinheiro das despesas de famílias destinadas a alimentação. Eles foram estimadas a partir das despesas declaradas para as duas semanas anteriores à entrevista. 	<ul style="list-style-type: none"> • O valor total em dinheiro de despesas das famílias destinadas a compra de alimentos nas últimas duas semanas. Os agregados familiares que declararam passar um só dia de despesa foram excluídos da análise. 	-
Despesas retrospectivas	Outras despesas de consumo	<ul style="list-style-type: none"> • Valor do autoconsumo alimentar; • Donativo de alimentos recebidos pelas famílias (produtos vegetais, cereais, produtos de origem animal). Estes agregados foram estimados pelos próprios inquiridos; • O valor das despesas com educação, saúde (15 dias anteriores ao inquérito), vestuário, habitação, transporte. Estes custos foram estimados directamente a partir da declaração dos inquiridos em conformidade com os períodos de referencia específica a cada módulo, (última quinzena, mês anterior, trimestre, doze últimos meses); • aluguéis pagos pelos inquilinos de habitação em que vivem. 	<ul style="list-style-type: none"> • O valor total das despesas de auto consumo; (Alimentares, não-alimentares); • O valor total de despesas não-alimentares (educação, saúde, vestuário e calçado, equipamento e decoração, a habitação (incluindo aluguer declarado), água, electricidade, gás e combustível, transporte, recreação, comunicações, entretenimento e cultura, restaurantes e cafés, viagens, turismo e hotelaria, a de bens e serviços diversos; • rendas declaradas pelos agregados familiares locatários do imóvel que ocupam. 	-
	Despesas de grande ou excepcional aquisição de produtos alimentares	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma menção específica sobre o tratamento desta rubrica de despesas 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor das despesas realizadas nos últimos doze meses 	-
	Alugueres fictícios das famílias não arrendatária do alojamento que ocupam	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma menção específica sobre o tratamento desta rubrica de despesas 	<ul style="list-style-type: none"> • Estimativa seguindo um modelo econométrico do valor total dos rendimentos para os agregados familiares que não arrendatários da sua própria habitação. 	-
	Despesas de festas e cerimónias	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma menção específica sobre esta rubrica de despesas 	<ul style="list-style-type: none"> • Valor das despesas é discriminada por item (alimentação, vestuário, etc.). 	-
	Despesas com bens duráveis	<ul style="list-style-type: none"> • Nenhuma menção específica sobre esta rubrica de despesas 	<ul style="list-style-type: none"> • As despesas com bens usados por mais de um ano, mas cuja destruição não se chega a constatar. Todos os bens são tomados em conta, exceto os relativas a meios de transporte, principalmente os veículos .. 	<ul style="list-style-type: none"> • Aquisição de veículos novos ou usados não faz parte do consumo corrente do agregado familiar, mesmo que seja efectivo.
	Envio de fundos desembolsados	<ul style="list-style-type: none"> • Valor de remessas domésticas não-reembolsável para outras famílias. Essas transferências são para estas últimas consideradas como transferências recebidas. Estes envios foram estimados directamente a partir da declaração dos inquiridos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Estas transferências sendo alocadas a outras famílias não estão incluídas na despesa de consumo final das famílias inquiridas. 	-

Classes de despesas e métodos	Intitulados	Análise em 2000	Análise em 2010	Observações
Metodologia de avaliação da pobreza	Procedimento para a harmonização das diferenças regionais do custo de vida	<ul style="list-style-type: none"> • Estimativa de um índice de Paasche dos preços 	<ul style="list-style-type: none"> • A harmonização das diferenças regionais do custo de vida é obtida utilizando o custo pseudo-deflator do custo de vida. Geralmente é usado quando o dispositivo de recolha do inquérito não fornece a recolha paralela de dados em todos os distritos do país; • Estes coeficientes que são um proxy para o índice de preços refletem todos os produtos (alimentares, não-alimentares) consumidos pelas famílias e são estimados como a relação entre o limiar de pobreza calculada em cada distrito ao limiar do distrito de referência considerado (Água Grande). 	<ul style="list-style-type: none"> • Não se sabe se o índice de preço de Paasche foi calculado com base numa amostra de produtos alimentares e não alimentares • Esta escolha pressupõe que os preços foram colectados em todas as regiões / distritos durante o inquérito de 2000.
	Abordagem utilizada	Abordagem relativa	Abordagem absoluta baseada no método do custo das necessidades básicas	-
	Indicador do nível de vida dos agregados familiares	Despesa de consumo final anual per capita harmonizada dos agregados familiares	Despesa de consumo final anual per capita harmonizada dos agregados familiares	No entanto, este conceito reflecte as realidades diferentes das condições de vida das famílias
	Determinação do limiar da pobreza	Este indicador representa dois terços da despesa média anual per capita harmonizada das diferenças regionais do custo de vida	Este indicador representa a soma das componentes alimentares e não-alimentares do limiar da pobreza	A estimativa da componente alimentar baseia-se na satisfação de uma ingestão calórica de 2400 kcal por dia a partir de uma cesta de produtos alimentos que convém determinar. A componente não-alimentar é a despesa mínima do agregado familiar que lhe permita satisfazer as necessidades básicas que não sejam alimentares (ver "Metodologia para a determinação do limiar de pobreza, capítulo 2")